

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

DOUGLAS NASCIMENTO DOS SANTOS

A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA DA MEMÓRIA
JAPONESA: IDENTIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA EM
SUZANO (1921 – 2019)

Dissertação apresentada como requisito
final para obtenção do título de Mestre em
Ensino de História pela Universidade
Federal de São Paulo

Área de concentração: Ensino de História
Linha de Pesquisa: Saberes
Históricos em diferentes espaços de
memória.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Pianelli
Godoy

Guarulhos

2020

Douglas Nascimento dos Santos

**A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA DA MEMÓRIA
JAPONESA: IDENTIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA EM
SUZANO (1921 – 2019)**

Dissertação apresentada como requisito final para
obtenção do título de Mestre em Ensino de História
Universidade Federal de São Paulo Área de
concentração: Ensino de História

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Alexandre Pianelli Godoy - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof^a. Dr^a. Lucília Santos Siqueira – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof^a. Dr^a. Conceição Aparecida Cabrini – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

À minha amada esposa Kátia e ao
nosso filho André, que nasceu juntamente
com essa dissertação.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha esposa Kátia Santina da Silva que me apoiou em todos os momentos na significativa tarefa de pesquisa e escrita dessa dissertação.

Agradeço ao meu orientador professor doutor Alexandre Pianelli Godoy pelo apoio contínuo ao meu estudo, por sua paciência, motivação e imenso conhecimento.

Agradeço às/aos professoras/es que estiveram presentes nesse mestrado profissional em ensino de História e me tornaram um pesquisador e um professor melhor: Antônio Simplício de Almeida Neto, Fábio Franzini, Lucília Santos Siqueira e Maria Rita de Almeida Toledo.

Agradeço às professoras Conceição Aparecida Cabrini e Lucília Santos Siqueira por participarem e contribuírem com sugestões e ideias na banca do meu exame de qualificação.

Agradeço aos meus amigos e amigas de curso de mestrado, em especial Janaína Franzoni Caetano e Leonardo Quinto, como também a todos os amigos da turma do mestrado profissional em ensino de História de 2018.

Agradeço ao professor mestre Adriano de Bairros por me auxiliar na atividade interdisciplinar de Geografia.

Agradeço à Edgar Leite, editor-chefe do Jornal *Diário de Suzano*, que abriu as portas do Arquivo do substituído Jornal *A Comarca de Suzano*, esse acesso possibilitou leituras que me ajudaram a compreender como a elite política suzanense pensa por meio de seus registros, que neste trabalho foram analisadas como fontes históricas.

Agradeço ao diretor escolar em exercício Alcino Gabriel por ter autorizado meu afastamento sem remuneração da sala de aula pela SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, mesmo que tardio, em novembro de 2019, possibilitando mais tempo de dedicação dessa pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

RESUMO

A hegemonia da memória japonesa em Suzano é percebida nos monumentos, nas festas da cidade e em ações da prefeitura que constantemente atualizam essa memória. Esta dissertação almeja analisar como essa hegemonia é construída pela elite política e econômica local e provoca o silenciamento da memória dos alunos e seus familiares trabalhadores. Analisamos as características do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, por meio do uso do conceito de cultura escolar, no qual se constata os múltiplos pertencimentos das identidades dos alunos, como também trata do esquecimento de suas memórias. No final, sugerimos uma proposta de construção e desconstrução dessa memória hegemônica japonesa a partir do questionamento da História local, utilizando o estudo do meio como metodologia de ensino de História.

Palavras-chave: memória, história, identidade, ensino, Suzano.

ABSTRACT

The hegemony of the Japanese memory in Suzano is observed in the monuments, in the city festivities and in the constant city hall actions to update this memory. This dissertation shows the analysis of the way for construction of this hegemony by the local political and economic elite, silencing the memory of the students and their family who comprised the working class. The characteristics of the Political Pedagogical Project of the State School “Professor Doutor Giovanni Battista Raffo” were analysed using the concept of the school culture, noting the multiple belongings of the student identity and dealing with the forgetting of their memories. This study resulted in a proposal for construction and deconstruction of this Japanese hegemonic memory since the questioning of the local history using the study of the environment as methodology for History teaching.

Keywords: Memory, History, Identity, Teaching, Suzano.

s233c

Santos, Douglas Nascimento dos.

A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA DA MEMÓRIA JAPONESA:
IDENTIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA EM SUZANO (1921-2019). /
Douglas Nascimento dos Santos; Orientador Alexandre Pianelli
Godoy Godoy. -- Guarulhos, 2020.

155 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Ensino de
História - PROFHISTÓRIA) - Escola de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2020.

1. História. 2. Ensino. 3. Memória. 4. Identidade. 5. Suzano
I. Godoy, Alexandre Pianelli Godoy, Orient. II. Título.

CDD 610.969

Lista de tabelas e figuras

Tabela 1 – Equipamentos e materiais pedagógicos.....	83
Tabela 2 – Distribuição dos alunos por períodos.....	88
Figura 1 – Localização do município de Suzano no Estado de SP.....	13
Figura 2 - Entrada do Templo Budista <i>Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji</i>	15
Figura 3 - Visita ao Templo Budista <i>Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji</i>	16
Figura 4 - Igreja Evangélica Cristã de Suzano.....	17
Figura 5 - Praça dos Expedicionários e os <i>pokémons</i>	19
Figura 6 - Miyahira com o presidente em Brasília.....	37
Figura 7 - Monumento do cinquentenário da imigração japonesa.....	39
Figura 8 - Cinquentenário da imigração japonesa em Suzano.....	40
Figura 9 - Brasão de Armas de Suzano.....	46
Figura 10 – Bandeira de Suzano.....	48
Figura 11 - Praça do Sol Nascente.....	54
Figura 12 - Ponte japonesa na Praça do Sol Nascente.....	55
Figura 13 – Pássaro Tsuru.....	56
Figura 14 - Monumento Sol Nascente.....	57
Figura 15 - Busto do prefeito Pedro Miyahira.....	59
Figura 16 – Inauguração do busto do prefeito Miyahira.....	60
Figura 17 – Câmara Municipal de Suzano.....	62
Figura 18 - Praça dos Expedicionários.....	63
Figura 19 - <i>Pokémons</i> na Praça dos Expedicionários.....	64
Figura 20 - <i>Pikachú</i> no Suzano Shopping.....	67
Figura 21 – Professor Doutor Giovanni Battista Raffo.....	75
Figura 22 - Antiga fábrica de vinhos Irmãos Raffo.....	76
Figura 23 - Capela de Nossa Senhora Aparecida.....	78
Figura 24 - Fachada da escola.....	81
Figura 25 - Pátio interno da escola.....	84

Figura 26 - Sala de leitura.....	85
Figura 27 - Salas de aulas à esquerda e escada e quadra coberta à direita.....	86
Figura 28 – Vista via satélite das “indústrias” próximas à Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo.....	89
Figura 29 - Vista via satélite do mapa dos bairros próximos à Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo.....	90
Figura 30 - Protesto de Ex-Combatentes.....	119
Figura 31 – Evento na Praça dos Expedicionários nos anos 70.....	120
Figura 32 – Praça dos Expedicionários e os Pokémons.....	121
Figura 33 – Parabéns prefeito!.....	126
Figura 34 – Judô Terazaki.....	131
Figura 35 - Vista via Satélite - Mapa do trajeto para estudo do meio.....	136
Figura 36 - Monumento Sol Nascente.....	137
Figura 37 - Ponte arcada na Praça do Sol Nascente.....	139
Figura 38 - Bosque das Cerejeiras.....	140
Figura 39 - Pista de caminhada.....	141
Figura 40 - Pássaro tsuru.....	142
Figura 41 - Busto do primeiro prefeito de origem japonesa: Pedro Sinkaku Miyahira.....	143

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO MUNICÍPIO DE SUZANO	13
1.1 O início do período republicano, a emancipação da cidade e as elites locais.....	26
1.2 A construção da memória histórica sobre a imigração japonesa no período da ditadura civil-militar	34
1.3 A atualização da memória: monumentos, videogames e redes sociais.....	51
2. UMA CULTURA ESCOLAR ENTRE ESQUECIMENTOS E MÚLTIPLAS IDENTIDADES	70
2.1. A história da escola e os seus sujeitos no presente.....	74
2.2 A memória de uma escola sem passado	82
2.3 As razões do esquecimento.....	92
2.4. Os múltiplos pertencimentos e os seus esquecimentos.....	94
3. HISTÓRIA LOCAL E ESTUDO DO MEIO	101
3.1. Teoria, métodos e fontes para a história local e para o estudo do meio	104
3.2. Preparação para o estudo do meio: Roteiro.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
BIBLIOGRAFIA	149

INTRODUÇÃO

Sou graduado em licenciatura no curso de História, concluí no ano de 2005 pela UNIABC, Universidade do Grande ABC. Iniciei como docente em 2006, no cargo de professor temporário, até ser aprovado no concurso público para professor de História da Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos em 2010 e também efetivado no Estado de São Paulo em 2013, com isso acumulando dois cargos de docente.

Resido em Suzano desde janeiro de 2016, e a partir de 2019 atuo como professor de História na Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, localizada no município de Suzano. Foi atuando na escola que refleti sobre seu cotidiano e arquitetura com o auxílio do conceito de cultura e arquitetura escolar (ESCOLANO e FRAGO, 2001), no intuito de compreender as interrelações tão complexas que existiam nesse ambiente.

A História local do município de Suzano chamava minha atenção como objeto de estudo - para isso, agradeço o Professor Doutor Antônio Simplício de Almeida por ter me sugerido a leitura de “Nem tudo é italiano” de Carlos José Ferreira dos Santos, conhecido como Casé Angatu -, passei a observar, pensar, refletir sobre Suzano de modo a perceber as suas particularidades, será que, parafraseando Angatu, “Nem tudo é japonês em Suzano?”.

Conforme foram avançando as pesquisas fui percebendo que Suzano é uma cidade composta de uma multiplicidade de identidades de migrantes e imigrantes, sendo eu, o professor-pesquisador, mais um desses migrantes que compõe a miríade de histórias pessoais que residem e ajudam a compor esse município. Além disso, existe uma lacuna de estudos históricos de âmbito acadêmico em relação a História do município de Suzano e também sua ausência no ensino de História.

Tenho gratidão ao meu orientador Professor Doutor Alexandre Pianelli Godoy que contribuiu apresentando-me o trabalho *O bairro, a escola, minha vida minha... história?* de autoria do professor Wagner Pinheiro, que atuou na educação pública na prefeitura de São Paulo. Com base nesse trabalho, a professora da PUC-SP Helenice Ciampi teorizou suas práticas de sala de aula no artigo, *Os desafios da história local*, leitura essa que me deu pistas de como encontrar o caminho para pesquisar a História local de Suzano.

Segundo o professor Wagner, a intenção não era destruir mitos ou substituí-los, “mas, dentro das limitações, refletir e participar da construção de um conhecimento que, até então, reproduzíamos passivamente”. Wagner destaca que o principal papel do professor nas aulas de História foi levar o aluno a

tomar consciência dos mecanismos de construção do próprio conhecimento histórico (CIAMPI, 2009, p. 205).

A partir de ideias que esses estudos sugerem, essa dissertação teve como objetivo geral compreender as intencionalidades da inserção de monumentos de uma memória hegemônica japonesa no município de Suzano levando em consideração o interesse da elite econômica e política, relacionando com uma proposta metodológica de estudo do meio e História local da cidade de modo a questionar essa construção de uma memória hegemônica a partir de sua desconstrução e de visibilizar outras memórias da cidade, que sofrem uma tentativa de silenciamento e apagamento. Assim, no desenvolvimento dessa pesquisa, trabalharemos predominantemente com os conceitos de memória, História, identidade, ensino de História e cultura escolar.

Dessa forma, no capítulo 1: *A construção da memória histórica da imigração japonesa no município de Suzano*, procurou-se uma apresentação de forma crítica sobre a História da emancipação do município de Suzano, que ocorreu no período republicano e é idealizado como um período de progresso, dessa forma, esse município foi fortemente influenciado pelas ideias políticas de “cidade progresso”, as quais aparecem no hino de Suzano. Para essa pesquisa, buscou-se, a partir do período estudado, identificar diversos aspectos da imigração japonesa, entre 1921 e 2019, e a partir de estudos e reflexões dos conceitos de memória e História foi possível discuti-los com embasamento teórico e com análise das fontes históricas, tais como: monumentos, busto do primeiro prefeito de origem japonesa Pedro Sinkaku Miyahira e estatuetas de *pokémons*.

Assim sendo, foi feita uma reflexão de como esses elementos se relacionam com as diversas temporalidades e como em 1971 iniciou a construção dessa memória japonesa em locais públicos a partir da inauguração do monumento em homenagem ao cinquentenário da imigração japonesa em Suzano, mostrando com isso, o apoio do governo da ditadura civil militar, que enxergava na cultura japonesa estereótipos que os brasileiros deveriam seguir, tais como: “obediência”, “ordem”, “disciplina”, características exigidas pelo ideário militar. Além disso, o início de século XXI foi sendo marcado pela “atualização” dessa memória japonesa, que tem reforçado sua hegemonia e tomado espaços na cidade. Desse modo, percebe-se que as outras culturas de imigrantes ou até mesmo migrantes do interior do Brasil ainda continuam com suas memórias abafadas, não sendo representadas.

O capítulo 2: *Uma cultura escolar entre esquecimentos e múltiplas identidades na escola* traz uma análise crítica e uma discussão a partir de dados do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo (PPP, 2019), escola na qual leciono a disciplina de História. Faço uma crítica desse documento por ter verificado uma lacuna importante a ser preenchida, que é a ausência de um projeto de História local que faça sentido para os alunos que ali estão matriculados - acredito que pela forte influência de um currículo “homogêneo” determinado para todo o Estado de São Paulo - por não incentivá-los com um projeto dessa característica. Também é elaborada uma reflexão a partir de fotografias da escola como fontes de pesquisa no intuito de estabelecer uma relação entre o passado da escola e seu presente com objetivo de ressignificar a compreensão sobre seus esquecimentos e múltiplos pertencimentos que se materializam em seus muros, materiais e memórias.

Referente ao capítulo 3: *História local e estudo do meio*, foi realizada uma discussão teórica dos estudos que relacionam a História local do município de Suzano e estudo do meio como uma das principais metodologias de ensino e aprendizagem. Assim como uma discussão teórica sobre os usos de fotografias como documentos históricos.

Tendo em vista que esse mestrado profissional em ensino de História teve como um de seus objetivos a entrega de um “produto final”, foi sugerido um projeto de História local com o seguinte título: *História local de Suzano: construção de uma hegemonia da memória japonesa*. O intuito desse projeto foi desconstruir essa memória hegemônica japonesa em Suzano a partir da leitura e interpretação de documentos, tais como: excertos de livros do memorialista de Suzano Azevedo (1994), assim como trechos de textos de pensadores como Vieira (2009) e Oda (2011), numa perspectiva de desconstrução dessa memória, mostrando outras culturas e grupos sociais que sofrem com esse silenciamento.

Com isso, um dos propósitos desse trabalho é a elaboração de um roteiro de estudo do meio na Praça do Sol Nascente, conceitualmente definido como “lugar de memória” (NORA, 1993), em que os alunos deveriam realizar a leitura e interpretação de monumentos que evocam memórias japonesas, tendo como um dos principais objetivos a possibilidade deles compreenderem, por meio de uma análise crítica, como a elite local de Suzano manipula essa memória.

Por fim, os alunos deveriam retornar à sala de aula e refletirem acerca da construção de uma hegemonia da memória japonesa em Suzano promovida pela elite local e relacioná-la com a sua História de vida e de sua comunidade, percebendo-se como sujeito que constrói a História.

1. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO MUNICÍPIO DE SUZANO

Neste capítulo, pretende-se fazer uma crítica historiográfica sobre a construção da memória histórica da imigração japonesa no município de Suzano, localizado na região Metropolitana de São Paulo, especificamente na Microrregião de Mogi das Cruzes.



Figura 1 – Localização do município de Suzano no Estado de SP. Fonte: Google Maps – Acesso em: 28/05/2020.

Dois estudos que partem de temas distintos parecem entrecruzar-se no que se refere à construção de memórias sobre o município: o primeiro relacionado mais diretamente aos aspectos da imigração japonesa e a inserção da religião budista na cidade e o segundo a partir da História da Praça dos Expedicionários, a qual se localiza no centro da cidade, como um lugar ou não de memória para professores e alunos do ensino básico. Tais estudos parecem indicar que o município foi e ainda é alvo de políticas da memória e, portanto, de esquecimento não relacionadas diretamente aos órgãos oficiais, mas a setores da sociedade que tentaram impor uma visão sobre o passado, e o que deveria ser preservado no presente, excluindo outros grupos,

sendo esse um ponto de partida para entendermos a construção da memória sobre a imigração japonesa no município e as razões de sua hegemonia.

Em âmbito acadêmico, parte da História da imigração japonesa em Suzano foi pesquisada por Elizabeth Gonzaga, na Dissertação de Mestrado na PUC-SP, no ano de 2006, com o seguinte título: *Buda de casa faz milagre? Estudo sobre o conflito entre tradição e modernidade em grupos da escola Jôdo Shinshu em Suzano (SP)*. Por meio de pesquisa bibliográfica e empírica, a autora aplicou questionários em três templos budistas de Suzano: *Higashi Honganji*, *Honpa Honqwanji* e *Jôdo Shinshu*. Em cada templo, dois grupos de pessoas foram entrevistadas, os “participantes” que são adeptos e convidados a cerimônia, e os “dirigentes” que são mediadores entre o reverendo e os fiéis. Também foi entrevistado um terceiro, formado por idosos que são portadores de saberes e memórias do grupo. A autora comenta que em alguns desses templos são ministradas cerimônias exclusivamente em japonês e outras contam com tradução consecutiva em português, também há àquelas que são realizadas por monges vindos do Japão. A autora chega à conclusão que:

Ao realizar o cruzamento das informações (...) os três grupos pesquisados encontram-se em um dilema fundamentado na manutenção de um *ethos* primitivo estabelecido por seus seguidores e clérigos. (...) E completa: (...) ao voltar a atenção exclusivamente para valores “ancestrais” e se afastar da modernidade, os indivíduos tendem a colocar em risco o futuro de seu próprio grupo religioso. (GONZAGA, 2006, p. 08)

Elizabeth Gonzaga (2006) investiga as várias vertentes do budismo presentes em Suzano, dando ênfase na participação dos imigrantes japoneses, pois foram eles que construíram os templos e inicialmente os frequentaram, porém, ela chama atenção que nos últimos anos houve pouca presença de fiéis e baixa formação de novos adeptos religiosos. Algumas razões para essa diminuição é que os templos foram conservados em seus aspectos arquitetônicos tradicionais, tais como: paredes externas e internas – e o salão de culto – e os emblemas e letreiros dos templos trazem códigos em ideograma japonês, distanciando-se de possíveis fiéis brasileiros que falem português. Abaixo, a fotografia da entrada do Templo Budista *Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji* que confirma a hipótese da autora de que os locais de cultos, muitas vezes, afastam a chegada de novos fiéis, principalmente os que não conhecem o idioma japonês.



Figura 2 - Entrada do Templo Budista *Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji*. Foto registrada em: 10/03/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos

Ou seja, os templos religiosos budistas passaram a ser pouco frequentados pelos fiéis da cidade, sendo reconhecidos apenas por suas características de monumentalização arquitetônica. Com isso, a divulgação dos templos foi realizada para ser um objeto que não dialoga nem com os praticantes atuais, tampouco com os sujeitos da cidade. O único modo da população e de visitantes serem atraídas para ir aos templos é por meio de *folders* com o logotipo da prefeitura de Suzano, estimulando um tipo de turismo de “curiosidade local”, mas com significados nebulosos para seus habitantes e “forasteiros”. Ao consultar o site Memória e Futuro de Suzano¹, nota-se que o Templo Budista *Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji*, faz parte dos pontos turísticos e festas promovidas pelo poder municipal. Servindo também como roteiro de passeios dos alunos de Escolas Municipais. Segundo o site da prefeitura de Suzano, sobre a excursão das escolas, do dia 23/06/2018 “Eles realizaram uma jornada cultural e educativa pela cidade de Suzano, em referência aos 110 anos da Imigração Japonesa no Brasil”², essa é uma

¹Memória e Futuro de Suzano. Disponível em: <https://memoriaefuturosuzano.com.br/turismo-e-festas/>. Acesso em 13 de abr. 2020.

² Disponível em: <https://www.suzano.sp.gov.br/web/criancas-visitam-imoveis-historicos-de-origem-niponica-em-suzano/>. Acesso em 24 mai. 2020.

maneira que o setor da Secretaria de Educação Municipal e a Secretaria de Cultura Municipal encontraram para promover a manutenção da cultura japonesa.



Figura 3 - Visita ao Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji. Fonte: Disponível em: <https://www.suzano.sp.gov.br/web/criancas-visitam-imoveis-historicos-de-origem-niponica-em-suzano/>. Acesso em 13 abr. 2020.

Na contramão das ações dos líderes dos templos budistas, existe na região central no município de Suzano a “Igreja Evangélica Cristã de Suzano”, que apresenta inscrições japonesas na parte de baixo, possivelmente traduzidas para o português, como pode-se ver na fotografia abaixo:



Figura 4 - Igreja Evangélica Cristã de Suzano. Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=714470775248568&set=a.391627024199613> Acesso em: 31 mai. 2020.

Essa igreja se mesclou com a cultura brasileira e a japonesa, angariando mais fiéis. Ao acessar a rede social *Facebook* da “Igreja Evangélica Cristã de Suzano”, percebe-se que há textos que compõem a celebração com cânticos em ideogramas japoneses e língua portuguesa, aparecem pessoas de várias idades dentro da igreja em celebrações, indicando que está sendo assegurada a formação de novos fiéis, por vezes o interior da igreja é utilizado para alimentação dos frequentadores e chama atenção a grande quantidade de comidas típicas japonesas nas mesas sendo repartidas entre os mesmos.

De um modo totalmente diferente a condução dos templos budistas é feita preferencialmente a seus adeptos, um público bem característico de japoneses e pessoas mais idosas. A prefeitura já diagnosticou isso e vem promovendo roteiros de visitas, num claro investimento no turismo local.

Um outro estudo levantou hipóteses a respeito dos motivos de professores e alunos desconhecerem a participação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) relacionada com a Praça dos Expedicionários, localizada no município de Suzano. Escrito por Mariana Moreira de Amorim, na Dissertação de Mestrado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, *Patrimônio Histórico, Memória e Turismo: o legado da Força Expedicionária Brasileira. Uma reconstrução possível?* Nesse trabalho de 2017, a pesquisadora entrevista Joab Fernando dos Santos, 32 anos, professor de História de uma escola pública no município de Suzano, mostrando que ele é um dos poucos professores que trabalham com a Praça dos Expedicionários como um lugar de memória em suas aulas:

Joab é o único dos professores que conhece um monumento em homenagem a FEB - a Praça dos Expedicionários, em Suzano, onde mora. A fala de Joab aborda a questão de que os monumentos em homenagem à FEB não fazem parte da memória dos alunos, uma vez que não são reconhecidos pela maioria deles. (AMORIM, 2017, p. 61)

Os estudos citados acima fazem menção sobre a escolha do que é e o que deve ser preservado e que representariam a História do município de Suzano, mas sem que dialoguem com a população e com os estudantes de suas escolas. Por isso, a presença dos monumentos na cidade são uma fonte histórica que possibilita a análise do que deve ser lembrado sobre a História do local, mas também sobre quem decide sobre o que deve ser esquecido e as razões de seu distanciamento com a sociedade.

Neste sentido, qual seria a relação entre os templos budistas e a Praça dos Expedicionários em Suzano? A princípio nenhuma, a não ser pelo fato de que são monumentos que remetem a diferentes temporalidades, mas que se encontram no tempo atual compondo uma paisagem memorial difusa da cidade onde elementos religiosos advindos de um grupo japonês de imigrantes pioneiros convive com uma outra, de tradição militar, legado pelos “pracinhas” da FEB e sua participação na 2º Guerra Mundial. Entretanto, as perguntas permanecem: onde estaria o ponto histórico de encontro entre memórias tão distintas na cidade? Como elas se atualizam e se interpenetram?



Figura 5 - Praça dos Expedicionários e os *pokémons*. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos 10/03/2020.

A Praça dos Expedicionários, em Suzano, por exemplo, é onde foram colocadas estatuetas de *pokémons*, que são desenhos animados do tipo “mangá” transformados em ícones de uma das vertentes da cultura pop japonesa e que vem tomando espaço significativo na mídia e explorada comercialmente, e vem compor essa memória difusa que se espalha pela cidade. Podemos verificar a presença de um *pokémon* na foto acima do lado esquerdo.

Por isso, o conceito de “memória coletiva” é imprescindível para essa pesquisa, bem como sua tentativa de historicização. É importante recorrer aqui ao historiador Jacques Le Goff (2008).

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2008, p. 422)

É a partir dessa concepção de “memória coletiva” de Jacques Le Goff (2008) que se pretende pensar a respeito da construção da memória histórica da imigração japonesa no município de Suzano, pois, baseada na documentação apresentada e discutida nessa pesquisa se notou que a elite política e econômica teve papel fundamental em utilizar uma imagem da cultura japonesa como destaques em diversos monumentos pelo município, principalmente na região central da cidade, revelando intenções de sobreposição da memória japonesa frente à outras memórias de outros grupos sociais que em Suzano viveram e vivem até os dias atuais.

Com isso, apresentaremos, por meio de uma crítica historiográfica aos estudos realizados por historiadores sobre a História do município de Suzano, bem como uma crítica histórica da narrativa de seus memorialistas, e que às vezes se confundiram, de como foi construída essa memória dos imigrantes japoneses e supostamente identificada com “qualidades” e “conquistas” de “toda” a população da cidade, sendo responsável por silenciar outras memórias e histórias justamente por serem generalizantes e ideológicas.

Vejam como uma dada “versão oficial” sobre a imigração japonesa para o Brasil aparece em publicações que se pretendem “históricas”, mas que são produtos de memorialistas, isto é, que substituem a memória como se fosse a História, o que é denominado de “memória histórica”. Nessa versão “oficial”, e que não deixa de ter elementos concretos e verídicos, foi o ano de 1892 que marcou a autorização da imigração japonesa para o Brasil por meio da Lei nº 97³, aprovada pelo Poder Legislativo Brasileiro. Porém, em consequência de diversos problemas burocráticos e até mesmo dos preconceitos contra o povo japonês, a primeira viagem de imigrantes se concretizou em 1908. A partir disso, Ohno (2008) conclui que:

Assim, a 18 de junho, aportou em Santos o vapor japonês Kasato Maru, trazendo 165 famílias num total de 781 pessoas, abaixo do contingente estabelecido de mil imigrantes em função das exigências de imigração familiar, ou seja, um mínimo de três pessoas capazes de trabalhar em cada uma das famílias aqui chegadas. (OHNO 2008, p. 16)

Para esse memorialista, o Japão atravessava um momento histórico de muitas dificuldades econômicas e de forte crescimento populacional. Com isso, o governo brasileiro e o Império japonês promoveram a vinda dos japoneses que sofreram muito com a viagem de navio, ao desembarcarem em Santos eram contratados para trabalhar principalmente em cidades do interior do Estado de São Paulo, carregavam o peso de maus tratos de trabalhos em fazendas de

³ BRASIL. Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892. Dispõe sobre entrada de imigrantes chineses e japoneses no Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html>. Acesso em 24 mai. 2020

café, como era característica do tratamento dado pelos fazendeiros, sobretudo no Brasil, que na época, havia abolido a escravidão recentemente, em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea. Assim, a imagem dos imigrantes japoneses como maus tratados pelos proprietários rurais se constitui na gênese de uma grande saga.

O trabalho de Ohno (2008) é recente se comparado a de outros memorialistas sobre a imigração japonesa, mas tende a se repetir sobre a sua excepcionalidade cultural e identitária no sofrimento, na luta e na abnegação dos imigrantes japoneses como se fossem aspectos condicionantes e que justificaria sua vinda e importância para o Brasil. Porém, a excepcionalidade de uma saga tende a obscurecer o seu pertencimento a um contexto histórico mais amplo que não os torna diferentes de outros imigrantes (italianos, libaneses, espanhóis e portugueses) na época das políticas de imigração do final do século XIX e início do século XX que visavam a substituição da mão de obra escrava, o embranquecimento da população, o povoamento assentado em terras agriculturáveis e o desenvolvimento de cidades e do comércio a elas associadas.

Portanto, Ohno (2008) parece repetir o que memorialistas mais antigos e de diversas regiões do país já faziam para justificar e positivar a presença de imigrantes de diversas origens, principalmente aqueles que eram brancos ou ao menos não se identificavam com o trabalho escravo e com outros estereótipos negativos da colonização no Brasil: “exploração predatória”, “degrado” e “desorganização”, por exemplo.

Não por acaso, o memorialista mais conhecido da cidade de Suzano, Suami de Paula Azevedo⁴, repete em seus argumentos a ideia de uma saga pioneira, com elementos positivos e distintivos da imigração japonesa para a região, assentados na ideia de vocação para o trabalho em terras agriculturáveis que não fossem associadas à exploração da lavoura cafeeira. Para ele, foi a partir de 1921 que o Distrito de Suzano, que ainda pertencia ao município de Mogi das Cruzes, recebeu os primeiros imigrantes japoneses em um ambiente predominantemente rural.

⁴ Suami Paula de Azevedo é o principal autor de livros de memórias sobre Suzano, formado em Direito, iniciou advogando, mas sua formação na Europa e depois no Brasil (Letras e Animação Cultural e Pedagogia) nas áreas de Educação e Cultura possibilitaram-lhe exercer atividades na área de Gestão de Cultura (Prefeitura de Suzano, em 1977, e Secretaria de Estado de Cultura/SP (1983), bem como no Magistério, inicialmente em Letras (Linguística e Filologia), depois em Gestão de Educação. Em 1986 decidiu-se também pela Educação Básica, ingressando como docente, logo em seguida como Diretor de Escola, na Rede Estadual/SP. Foi Professor, Diretor e Supervisor em Educação Básica. Desde 1998 é Diretor da Escola Estadual Dr. Morato de Oliveira, em Suzano. Quanto ao Magistério de nível Universitário que exerceu até aqui, não tendo obtido a revalidação de seus diplomas estrangeiros de pós-graduação (doutorado e mestrado) defendeu nova dissertação de Mestrado, trazendo um enfoque semiótico à Gestão Educacional. Permanece como pesquisador do CNPq. Desde 1986 exerce funções como sindicalista da área de Educação (UDEMOM). Foi venerável mestre da maçonaria em Suzano, título concedido ao máximo dirigente de uma loja. Entre 2013 e 2016 foi Secretário de Cultura de Suzano. Disponível em seu próprio blog: <http://suamiazzevedo.blogspot.com/p/educacao.html>. Acessado em: 01 jun. 2020.

É nessa paisagem que vem para Suzano a primeira família de imigrantes japoneses. Trazem uma língua difícil e uma enorme vontade de trabalhar. Chegam aqui em março de 1921. É a família Jihei Haguihara. Ele, nascido em 1899 na província japonesa de Shizuoka, chegou do navio Wakasa Maru. Em Suzano estabeleceu-se no bairro do Guaió. Lá iniciou o plantio de morango. Sabe-se que os Conceição já cultivavam morango em Suzano, mas rudimentarmente. A cultura do morango depois foi seguida por outras famílias de origem japonesa que vieram para cá. Haguihara também introduziu o cultivo de chá e do pêssego no Brasil. (AZEVEDO, 1994, p. 45)

Segundo a pesquisa e o relato do memorialista, essas primeiras famílias de japoneses que chegaram a Suzano são caracterizadas por ele como sujeitos inovadores no cultivo de morangos e outros produtos da terra, mas sem vinculá-los a mão de obra nas lavouras de café. E, nesse sentido, reforçam uma perspectiva de que traziam um conhecimento mais apurado do que os dos brasileiros da família Conceição, que já trabalhavam com esse tipo de agricultura. A ideia de trabalho técnico “inovador” e com “vontade” vai aos poucos compondo uma narrativa positiva que justifica a imigração japonesa e a sua sobreposição sobre outras memórias, histórias e trabalhadores com suas técnicas e conhecimentos sobre os plantios locais.

Ao discutir aspectos ligados à memória e à construção de uma História da memória, Rousso (2012) traz elementos que nos auxiliam nessa reflexão. Segundo o autor:

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda a vida humana (ROUSSO, 2012, p.94).

Tendo em vista que, nem a memória, nem a identidade são conceitos absolutos, estáticos e considerando que ambos estão diretamente ligados à própria dinâmica social, parece-me correto afirmar que é no modo como a narrativa do memorialista é composta que se sedimentam e naturalizam uma visão positiva do trabalho dos imigrantes japoneses na agricultura e, portanto, a sua contribuição para a diversificação da produção e para o desenvolvimento de núcleos urbanos em cidades do interior de São Paulo.

Embora com uma visão mais ampla do processo histórico e que não atribui a vinda de determinados grupos de imigrantes à excepcionalidade de uma saga, historiadores profissionais dedicados às produções didáticas e que são muito utilizadas por professores para planejarem

suas aulas no ensino básico, como a de Boris Fausto, parecem corroborar ou ao menos não problematizar a narrativa em torno da chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil.

Apesar da dificuldade em fixar os japoneses nas fazendas, a administração paulista, até 1925, concedeu em vários anos subsídios para a imigração japonesa. No curso da Primeira Guerra Mundial, com a interrupção do fluxo europeu, havia o temor de que “faltassem braços para a lavoura”. A partir de 1925, o governo japonês passou a financiar as viagens dos imigrantes. Os japoneses, por essa época, já não eram encaminhados para as fazendas de café. Eles se fixaram no campo por mais tempo do que qualquer outra etnia, mas como pequenos proprietários, tendo um papel expressivo na diversificação das atividades agrícolas. (FAUSTO, 2006, p. 276)

Se o historiador estabelece relações levando em consideração o contexto histórico internacional, a grande quantidade de mortes pela pandemia da gripe espanhola e o pós Primeira Guerra Mundial, fatores que ocasionaram a diminuição da população e a falta de mão de obra nas lavouras em diversas partes do mundo. No entanto, aproxima-se da narrativa dos memorialistas ao dar destaque a “etnia” e como aqui se fixaram como “pequenos proprietários”, o que teria contribuído “na diversificação das atividades agrícolas”. Além disso, é questionável que imigrantes japoneses não tenham sido empregados nas lavouras de café, o que só faz ressaltar a ideia de que sua saga não era a mesma a de outros imigrantes no período, explicando sua condição de pequenos proprietários autônomos frente à exploração da grande lavoura cafeeira.

Não é o objetivo principal dessa pesquisa determinar de onde surgiu essa narrativa que positiva a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil, relacionando-a à sua resiliência em relação aos “maus tratos” recebidos, à vontade de trabalhar, à ideia de prosperidade ligada a pequena produção e suas inovações técnicas advindas da experiência na agricultura, porém, é possível mapear que as produções historiográficas e de memorialistas se retroalimentam no tempo e ajudam a fixar uma imagem, logo, uma “lembrança” do passado (“do que foi”) que dificilmente se separa da “recordação” sobre o passado em um dado presente.

É o que continua a acontecer em relatos memorialísticos produzidos por jornalistas, e não por um memorialista, que se aproximaria a de um “historiador diletante”, isto é, que se vale de documentação muitas vezes inédita, até para historiadores profissionais, mas sem os compromissos em problematizar as fontes a partir de um objeto de estudo na composição de uma representação narrativa crítica. As narrativas memorialistas produzidas por jornalistas tendem a basear-se em estudos de segunda mão, tanto de historiadores quanto de memorialistas, o que é um complicador para problematizar essas relações entre História e memória.

Na narrativa de alguns desses jornalistas se repetem os dados de memorialistas da cidade ao eleger o ano de 1921 como um marco temporal de quando muitos imigrantes japoneses foram fixar-se no Distrito de Suzano e em sua maioria exercendo atividades ligadas à lavoura, trabalhando em chácaras e sítios.

No início do século passado, época em que os primeiros japoneses aportaram no Brasil, a maioria dos brasileiros se dedicava à agricultura, em especial milho e mandioca, de forma rudimentar. Em Suzano, a tendência era a mesma, tanto que os sitiantes daquela época ficaram surpresos com as lavouras de chá verde, pêssego e morango que iam surgindo na cidade pelas mãos dos japoneses com suas técnicas de produção. As famílias de Jirei Haguihara e Noriyuki Oshima são consideradas as pioneiras. Haguihara se estabeleceu no Guaió; Oshima, a partir de junho de 1921, na região do Rio Abaixo. Depois vieram as famílias Koga (1930) e Harada (1931), na Vila Ipelândia, e Terazaki (1932), na Vila Urupês, entre tantas outras, nos anos seguintes, que adotaram Suzano desde aqueles tempos.
(FIAMINI et al, 2009, p.298)

Não se trata, evidentemente, de negar os dados empíricos vindos ou não de outros estudos sobre a imigração japonesa para o Brasil, ainda que possam ocorrer em maior ou menor medida, mas de problematizar o modo como essa narrativa é construída. Novamente, a oposição entre um trabalho agrícola “rudimentar” dos “brasileiros” e a “inovação” e “diversificação técnicas” dessa produção pelos “japoneses” aparece como um dado inquestionável. Não se perguntam, por exemplo, como muitas dessas técnicas “inovadoras” poderiam ter sido fruto, não apenas da “influência do estrangeiro”, mas de um aprendizado e observação das comunidades locais e da possibilidade de implantação de suas técnicas e variações advindas muito da troca difusa entre as culturas, não sendo apenas uma invenção original atrelada a um povo.

O apagamento da memória de possíveis trocas e aprendizados mútuos entre antigos e novos métodos de produção agrícola dos estrangeiros com a população local parecem reforçar a imagem de uma comunidade fechada que tenta resolver os seus próprios problemas a partir do associativismo e de cooperativismo, o que por um lado, não invalida a ideia de que grupos de imigrantes e migrantes se unam e tentem identificar-se para sobreviverem em uma nova localidade, contudo, por outro lado, idealizam o “empreendedorismo manifesto” de um determinado povo.

O que se percebe entre esses relatos memorialísticos provenientes de diferentes fontes, épocas, autores e com motivações políticas distintas, é a construção de uma imagem positiva de resiliência, inovação, empreendedorismo, ordem, disciplina e cooperação da “etnia”

japonesa, retroalimentadas pelos documentos e por suas interpretações sobre a imigração japonesa no Brasil e que reverberam, especialmente, no município de Suzano. Essa forma difusa da construção de uma memória hegemônica positiva sobre a imigração japonesa para o Brasil, em diversas localidades de nosso país, tem como consequência o apagamento da escravização e da sua colonização predatória ocorrida na História do país. Entretanto, ao interpretar a historicidade dessa memória local é possível questionar explicações taxativas.

O que reforça a necessidade de inventariarmos essa construção da memória em perspectiva local, deixando o convite para que outros trabalhos também se preocupem com essas políticas da memória em outras cidades que não ganharam visibilidade pública por não terem alcançado os órgãos oficiais e não questionarem as políticas locais, ambos coniventes pelo silêncio, pela incapacidade de ação e pelo desprezo às populações locais, incluindo os próprios migrantes e imigrantes nesse processo.

1.1 O início do período republicano, a emancipação da cidade e as elites locais.

Mário Sérgio de Moraes é Doutor em História Social pela USP, formado em 2005 e escritor da *História da Imigração Japonesa em Mogi das Cruzes*, no ano de 2008. Esse livro possui características de ter sido encomendado pelo prefeito de Mogi das Cruzes, o descendente japonês Junji Abe, no ano de 2008, em comemoração aos 100 anos da vinda dos primeiros japoneses ao Brasil e teve apoio de 30 empresas. Logo, nos agradecimentos o autor cita Tadashi Konno, arquiteto e considerado como filho de um dos pioneiros que abriu os arquivos de sua família dando acesso a Moraes (2008) às fontes históricas como: fotografias, entrevistas e dados que facilitariam a realização desse livro que trata de uma memória da imigração japonesa em Mogi das Cruzes. Esse livro, elaborado por um acadêmico sob encomenda, é um dos raros trabalhos monográficos a estudar o contexto da imigração japonesa no início do período republicano no Brasil, quando é possível começar a identificar os motivos para que determinados grupos de imigrantes fossem favorecidos pelas políticas de imigração.

A violência do Império contra os trabalhadores foi perpetuada no interior da República elitista de 1889. Predominava o liberalismo mais ortodoxo: não cabia ao Estado interferir na regulamentação do trabalho. Com isso, o governo deixava à iniciativa dos fazendeiros a repressão aos movimentos sociais pela polícia ou capangas. (MORAES, 2008, p. 32)

Essas elites compostas inicialmente por fazendeiros e respaldadas por uma tradição de mandonismo local não se viam premiada por nenhuma regulamentação oficial. O trabalho dos imigrantes poderia não só apagar a memória da escravização e das populações locais, mas do próprio arbítrio desse mandonismo a decidir como e em que condições estariam alocados os trabalhadores de modo que, naquele momento, não havia diferenciação qualitativa na região entre mão de obra estrangeira e os residentes.

O principal “motor” do desenvolvimento da cidade residia na expansão das estradas de ferro e de seus realizadores, o que é comum nas narrativas sobre os primórdios da industrialização no Brasil. Principalmente àquelas que se valiam de explicações economicistas, isto é, provenientes das inversões que o capital cafeeiro teria proporcionado para o desenvolvimento urbano e comercial em diferentes cidades do interior do Brasil. O que não só apaga ou atenua o poder das elites da região, mas também menospreza os usos e costumes locais.

Tal narrativa se insere na crença no progresso e na modernização próprios do período designado como “República das Oligarquias” (1894-1930) ou “República do café com leite” e que já foi bastante questionada pela historiografia brasileira em abordagens seminais, como a de Leal (1948) e, principalmente, de Queiroz (1969), mas que dificilmente repercutiram ou causaram algum impacto na visão de memorialistas locais.

Um exemplo disso, é a narrativa de Isaac Grinberg (1961) sobre a região. Ele foi jornalista e o principal memorialista do município de Mogi das Cruzes, considerado um dos primeiros a sistematizar a História de Suzano antes de sua emancipação. Foi no ano de 1961 que publicou o livro *História de Mogi das Cruzes, do começo até 1954* no qual atribui às qualidades de progresso e modernização da região não para um grupo específico de trabalhadores agrícolas, mas aos esforços da “engenharia” (da ciência) na construção das estradas de ferro que passavam por aquela terra e que, nominalmente, teria sido o “responsável” por dar o nome ao futuro município:

Grande homenagem presta a população local ao Dr. Joaquim Augusto Suzano Brandão, Engenheiro residente da Central do Brasil em nossa cidade, por ter a direção daquela estrada decidido dar o seu nome à estação de Guaió, de nosso município. Grande caravana sai de Mogi, precedida da Banda União e chega àquela estação, onde, entre o espoucar de foguetes, é tocada a taboleta da gare. A seguir regressam todos a Mogi, improvisando-se uma festa na Casa do Dr. Suzano Brandão. Discursam os Srs. Pujol, Dr. Gondim e Tte. Manuel de Souza Freire (22 de dezembro) (GRINBERG, 1961, p. 103).

O excerto acima é um relato de Grinberg de 1961, que demonstra a presença reiterativa de um discurso do início do período republicano no Brasil e, portanto, de uma biografia da nação que seria reproduzida em escala micro nas pequenas cidades do interior, e que não seria diferente para o estado de São Paulo, identificado como o “novo polo” irradiador do desenvolvimento, do progresso e da modernização do país.

Por isso, não é difícil identificar nesses relatos de memória o modo como as elites locais, o que inclui os próprios memorialistas, em dar continuidade a essa matriz discursiva modernizante e que transferiria aos trabalhadores estrangeiros as características de dóceis, inovadores, ordeiros, disciplinados e cooperativos no contexto da ditadura civil-militar, como se verá no item adiante. A exaltação e a comemoração do grande engenheiro “Suzano” será substituído pelo engenho da mão de obra estrangeira, como a japonesa, mas apenas para referendar a excepcionalidade de determinados sujeitos, apagando os (des)mandos locais e o abandono seletivo da História de outros grupos na construção das cidades pelo interior do

Brasil, retirando a legitimidade e importância de sua força de trabalho e cultura para o presente e o futuro de uma sociedade.

Sendo assim,

Quando se comemora um determinado fato ou acontecimento, o que está sendo colocado em jogo não é apenas o passado de uma sociedade, mas sim, como essa mesma sociedade quer se constituir no presente e projetar seu futuro. Daí porque Pierre Nora também considera que as datas comemorativas e os cultos e rituais a elas relacionados, são lugares de memória por excelência, ao permitirem o entrelaçamento entre passado-presente-futuro. Por sua vez, comemorar não significa apenas celebrar, mas, sobretudo, refletir sobre o passado a partir de seus usos políticos e demandas do tempo presente. (ROUSSO, 2012, p. 110)

Todavia, este “tempo presente” nem sempre coincide com o nosso “tempo atual”. Ele pode ter sido um presente, mas de um dado passado, no qual a “comemoração” vai emergindo como reiteração de uma narrativa predominante, pois embora não pretenda transformar-se ou alardear-se como uma festa pública ou monumento visitável - já que dificilmente os relatos de memória escritos têm essa força de atração - adquire um estatuto de verdade que se sobrepõem e se sedimenta em presentes sucessivos, criando uma tradição interpretativa de difícil questionamento. Logo, com força de hegemonização e verdade, como é o caso do relato de memória de Grinberg de 1961. Tal operação discursiva dessas políticas da memória e nem sempre oficiais não é exclusiva para esse tema, tampouco para o município de Suzano, mas se alastram por diversas regiões do país, ainda que com nuances próprias e que, por isso mesmo, merecem a devida documentação, historicidade e crítica.

Essa memória hegemônica, por ser construída aos poucos, não entrega facilmente a operação discursiva que a faz existir, pois essa é a sua condição de existência. Precisa de elementos que neutralizem toda a sua intenção política. Por isso, a tecnologia ligada ao desenvolvimento das ferrovias, embora seja atribuída a determinados homens e a seus “engenhos”, adquirem um estatuto de total independência no desenvolvimento de uma dada coletividade. Por isso, a recém-inaugurada estação de trem chamada Suzano, é àquela que teria propiciado o crescimento populacional e econômico com a chegada de várias empresas e imigrantes diversos.

Posteriormente, no ano de 1919, houve a aprovação pelo Congresso Legislativo da Lei nº 1.705⁵, e a promulgação pelo doutor Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo, esta lei determinou que Suzano passasse a condição de Distrito.

Suzano crescia visivelmente. Sua arrecadação crescia. Mais e mais famílias pra cá se dirigiam. Mais capital era aplicado, mais comércio, mais indústrias aqui se instalavam. Mas a sede do Distrito não contava nem com uma rua calçada. Aquela tão sonhada e planejada Vila da Concórdia, visualizada pelos irmãos Figueira, com suas ruas tão bem traçadas, parecia esquecida pelos administradores em Mogi das Cruzes. Dizem os antigos que as arrecadações do Distrito nunca eram divulgadas, por mais que fossem solicitadas. Tudo ficava mais e mais difícil. Seguramente havia interesses pessoais que poderiam ser ameaçados com a autonomia de Suzano. Não sabemos quais, mas podemos imaginar. Dados precisavam ser conseguidos. Seria preciso estabelecê-los concretamente para convencer os Deputados Estaduais da necessidade do Plebiscito. A fala do povo diria de sua vontade de cuidar de seu próprio destino, escolhendo seus próprios administradores, destinando seus recursos às suas prioridades. (AZEVEDO, 1994, p. 62)

Porém, a elevação na condição de distrito não trouxe grandes melhorias para a população suzanense, que sofria com enchentes, falta de hospitais e toda ausência de infraestrutura de uma cidade, mesmo crescendo com o avanço das trocas comerciais, quem se beneficiava era a elite econômica que podia usufruir de uma vida de privilégios, enquanto os trabalhadores tinham que residir nas regiões periféricas.

Seguindo o raciocínio dos memorialistas-jornalistas contemporâneos que receberam como herança republicana o discurso do progresso e da modernização, relacionado a uma reificação da tecnologia e seu poder de mudança, a ascensão de Suzano como distrito coincidiria com a da “industrialização” da cidade, mas que, contraditoriamente, ainda dependia de um sistema fabril de confecção de tecidos e, claro, das famílias a ele associado. A década de 1920 é que marcaria a implementação das primeiras “indústrias” no distrito de Suzano, de acordo com os memorialistas-jornalistas, entre elas destaca-se a vinícola Irmãos Raffo, família de italianos importante na produção de vinhos, ou seja, outro produto de origem agrícola e fabril que ganhou destaque na narrativa como a origem da “produção industrial” do município. Por isso, não é surpresa que a suposta “origem” da “industrialização” de Suzano em 1920 se alie nessa operação de elisão temporal e narrativa da memória com a continuidade e incremento de seu “progresso” nos anos 1970, como veremos a seguir.

Antes disso, porém, é preciso alertar que essa memória histórica por ser construída aos poucos também invade as diferentes fontes/documentações, a ponto de convencer os

⁵ São Paulo (Estado). LEI N. 1.705, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1919. Dispõe sobre Cria o districto de paz de Suzano, com sede na estação do mesmo nome, do município e comarca de Mogi das Cruzes.

pesquisadores e professores de História mais experientes que queiram se valer, por exemplo, dos “jornais da época” à sua desconstrução. Por isso, é preciso estar atento às diferentes camadas temporais que contribuem para sua cristalização no presente.

O excerto abaixo é de uma *Edição comemorativa sobre a cidade* publicado em separata, como revista, em 2011 dentro do atual e prestigiado periódico da cidade denominado *Diário de Suzano*. A matéria pretendeu contar a História da cidade aliada à de seu fundador, Thadeu José de Moraes, que teria dado origem a esse *Diário* como o jornal semanal *Comarca de Suzano*, em 1961. Portanto, a “comemoração” não se tratava da “história da cidade”, mas dos 50 anos do jornal que se confundiam à História da cidade por meio de um dos seus “jornalistas fundadores”:

Veio para Suzano com a família em 1932, após ser transferido da tinturaria de Jorge Bey Maluf. Foi eleito vereador pela primeira vez em 1936, representando o Distrito de Suzano na Câmara de Mogi. [...] Moraes aposentou-se na empresa de tecidos e, ao mesmo tempo, se dedicou à luta pela emancipação política e administrativa de Suzano. O processo de emancipação transcorreu durante toda a década de 1940. Junto com José da Costa Soares (PSP) e Anis Fadul (PSD-PDC-PRP), Moraes (UDN-PTN), organizou uma campanha de conscientização que resultou num plebiscito.⁶

A comemoração do atual *Diário de Suzano*, em 2011 (refundado com esse nome em 1987), deveria corresponder a do seu fundador como a *Comarca de Suzano* de 1961, mas para reiterar o papel do jornal e do seu “jornalista mor” na luta pela emancipação da cidade como distrito, ainda nos anos 1930. Evidentemente, tal luta não poderia separar-se de sua origem como trabalhador na “indústria de tecidos” da família “Bey Maluf” conectando o jornal do passado (1961) ao presente (1987-2011), mas também com a sua suposta autonomia política, baseada na “industrialização” do município e assentada numa fábrica familiar de tecidos. Tal visão reproduzida pelo jornal *Diário de Suzano* de 2011, encontrava eco nas memórias de Issac Grinberg (1961).

Apurados os votos dados pela população de Suzano e de Poá no plebiscito do dia 10, verificam-se os seguintes resultados, que determinarão o desligamento daqueles dois distritos do nosso município: em Suzano votaram sim 1.925 eleitores; votaram não 8; nulos 4 e em branco 1. Em Poá votaram sim 1.370; votaram não 19; nulo 8 e em branco 4. (12 de outubro). (GRINBERG, 1961, p. 281)

⁶ Especial 50 anos, DS Comemora cinquentenário e conta sua História em edição especial desta Revista. 2011, p. 11.

Desta forma, tanto os trabalhos memorialistas atuais, como os mais antigos da cidade sobre a imigração japonesa no Brasil em geral; assim como historiadores dedicados à produção didática, memorialistas-jornalistas e de editoriais dos jornais da Suzano contemporânea, parecem reiterar que o município estava fadado ao “progresso” e ao “desenvolvimento agrícola, industrial e urbano” desde os princípios da instauração da República no Brasil, com claro contorno elitista.

Por isso, é necessário atentar-se sobre a diversidade cultural da própria industrialização de Suzano, conforme enfatiza o trabalho de memorialistas, apesar de se referirem apenas a origem dos patrões e nunca dos operários, ou seja, na mesma operação de apagamento que foi feita por outros memorialistas da cidade:

O processo de industrialização de Suzano começou nas primeiras décadas de 20, mas se acentuou a partir dos anos 70. O início está ligado às fábricas de tecelagem, como o complexo instalado pelo libanês Jorge Bey Maluf e depois o industrial Carlos Molteni. A emancipação do município, sem dúvida, contribuiu para a atração de novos empreendimentos. Nos anos subsequentes, a Prefeitura ofereceu vários incentivos, como isenção de tributos e doação de terrenos, entre outros (FIAMINI et al, 2009, p. 471).

Uma das primeiras indústrias não é japonesa, mas sim de um libanês, Jorge Bey Maluf, que instalou a Sedas Maluf e a Tinturaria e Estamparia de Tecidos Maluf, por volta de 1929. Luiz Romanato, de uma família de imigrantes italianos comprou em 1957 todo o conjunto de indústrias Maluf e surgiu a Tinturaria e Estamparia Industrial de Tecidos Suzano, a qual fechou em 1998. A Sóvis Vinícola Suzanense começou com o italiano Amadeu Mazza, ela produzia vinhos e champanhes, esta fábrica foi fundada nos anos 50 e faliu em 1977. Entretanto, nada sabemos sobre os operários e trabalhadores dessas fábricas que, provavelmente, têm origens migratórias, étnicas e culturais diversas e que foram esquecidos nesses relatos memorialísticos.

A maior indústria de Suzano e que leva o nome da cidade começou suas operações em 1924, pelas mãos de Leon Feffer, um dos maiores industriais da história do Brasil. Feffer nasceu em 27 de novembro de 1902 em Kolki, Ucrânia, teve uma infância de muitas privações. Seu pai deixou o país em 1910, como tantos outros imigrantes, partindo para o Brasil em busca de oportunidades. Durante toda sua juventude ele trabalhou para ajudar a mãe e os irmãos e, em 1921, conseguiu trazer a família para o Brasil. (FIAMINI et al, 2009, p. 478)

Os memorialistas-jornalistas, constroem uma visão de Leon Feffer como “empreendedor”, “pioneiro”, “inovador”, “aquele que venceu na vida”. Apesar de suas atividades no comando da empresa, Leon Feffer dedicava tempo a outras atividades. Em 1940, foi presidente do Colégio Renascença, uma escola da comunidade judaica. Em 1956 já exercia o cargo de cônsul de Israel em São Paulo”⁷. Ainda em 1955, o empresário Leon Feffer comprou a Indústria de Papel Euclides Damiani S.A e no ano seguinte, 1956, adotou o nome de Companhia Suzano de Papel e Celulose. Podemos questionar: qual a razão do fundador utilizar o nome Suzano para renomear sua empresa? Teria ele decidido se apropriar do nome Suzano como “símbolo de progresso”?

Apropriação não é uma palavra desprovida ou com um único sentido. É um conceito que não possui apenas uma definição, menos ainda é consensual. No entanto, envolve a compreensão das relações possíveis que os homens travam com os objetos, com o mundo e com os outros homens (ALEM, 2019, p. 32).

O *Jornal Folha de São Paulo* noticiou o falecimento de Leon Feffer em 1999 aos 96 anos, deixando a governança da empresa para seu filho Max Feffer, que faleceu em 2001, atualmente, no ano de 2020, o neto David Feffer é o Presidente da Suzano S.A, uma multinacional brasileira com capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo. No ano de 2018, adquiriu a empresa Fíbria com empréstimos do BNDES e tornou-se a líder mundial em produção e exportação de celulose⁸.

Pode-se verificar que a memória do grande empresariado suzanense está preservada por meio de relatos de memorialistas e discursos políticos, como também na escrita da cidade em nomes de locais públicos. O viaduto que liga a região norte à região central de Suzano chama-se Leon Feffer, existe o Parque Max Feffer em homenagem a seu filho, e a cidade vizinha de Mogi das Cruzes também homenageou-o dando seu nome ao parque Leon Feffer. Assim, observou-se

Como qualquer experiência humana, a memória histórica constitui uma das formas mais fortes e sutis da dominação e da legitimação do poder. Neste sentido, os grupos dominantes vencedores na História tentam impor sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação. Aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão de História e da política preservacionista. (BITENCOURT, 2008, p.136)

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi09029919.htm>. Acessado em: 30 mai. 2020.

⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/bndes-aprova-fusao-entre-suzano-fibria-22495546>. Acessado em: 09 jun. 2020.

Os trabalhadores, importantes para o funcionamento das fábricas, são esquecidos em suas histórias e cotidianos. Por isso, é reforçada a ideia no que tange a estrutura econômica de Suzano, pois o município se tornou um polo de “grandes indústrias” por meio da iniciativa de brasileiros e de imigrantes empreendedores de diversas nacionalidades.

O município de Suzano se emancipou muito tempo depois, em 1948, por meio da Lei nº 233⁹, ainda que somente em 2 de abril de 1949 tenha ocorrido a posse do primeiro prefeito e vereadores. Entretanto, o que ainda se quer investigar é como ocorreu a transição dessa visão do desenvolvimento agrícola, tecnológico e urbano, primeiramente atribuído a fazendeiros locais, imigrantes estrangeiros como os libaneses e italianos, bem como o de jornalistas e políticos da região para o da proeminência dos imigrantes japoneses como os símbolos dessa “saga republicana”, coincidindo com sua vinda ao Brasil para o “desenvolvimento” de Suzano. A chave para essa mudança e inflexão discursivas e de práticas parece residir no período da ditadura civil-militar no Brasil.

⁹ São Paulo (Estado) LEI N. 233, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1948. Dispõe sobre: Fixa o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, a vigorar no quinquênio 1949-1953.

1.2 A construção da memória histórica sobre a imigração japonesa no período da ditadura civil-militar

O período histórico, entre 1964 e 1985, é conhecido como ditadura civil-militar ocorrida no Brasil, marcada pela supressão de direitos, torturas, censuras, ou seja, forte autoritarismo e violência do Estado brasileiro. É nesse contexto histórico que a construção dessa memória hegemônica japonesa ganhou força e materialidade na cidade, por meio de diversos agentes políticos, iniciativas institucionais e ações de grupos privados, tais como o primeiro prefeito de Suzano de origem japonesa, Pedro Sinkaku Miyahira, e a condescendência e apoio de vereadores daquela época, como o embaixador do Japão Nakamura e do Governador Laudo Natel, além de comerciantes e industriais influentes que completavam o quadro de autoridades na inauguração do monumento em homenagem aos 50 anos da presença dos japoneses em Suzano, especificamente em 1971.

No entanto, esses sujeitos pertencentes a grupos elitizados de Suzano não podem ser compreendidos em sua responsabilidade pela tomada de decisões sobre a memória do município sem problematizarmos as estratégias que envolvem diferentes operações da memória:

No que diz respeito à memória, penso sobretudo no livro de Pierre Nora, *Les lieux de la mémoire*, que é uma tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política. (POLLACK, 1992, p.200)

As memórias também são evocadas nos objetos materiais e esses elementos nos servem de suportes para analisar a memória. Nesse sentido, esse tipo de fonte histórica recorre a Françoise Choay (2017), pois pode-se chamar de “monumento” tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

Com o intuito de compreender o processo que envolveu a construção dos “lugares de memória”, segundo Nora (1993), da imigração japonesa, e de forma especial, o processo que envolveu a atualização dessas memórias no município de Suzano, leva-se em consideração o que nos diz Candau (2018) sobre o sentido indiciário da memória social:

(...) a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que

pelo que fazemos dele” (Nora, 1984 apud CANDAU, 2018, p. 09). A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece “insustentável” (Kuchler, 1996 apud CANDAU, 2018, p. 09).

Nesse contexto, as memórias podem ser manipuladas pelos sujeitos com poder, envolvidos no tempo presente, beneficiando aqueles que de algum modo gozam de mais prestígio social ou poder econômico perante outros sujeitos, possibilitando uma imagem de “cidade progresso”, como indica ser aquela que os memorialistas construíram em relação aos imigrantes, principalmente japoneses, no município de Suzano. Essa noção de “progresso” nos remete ao segundo regime de historicidade de François Hartog no livro *Regimes de Historicidade presentismo e experiências no tempo*, publicado em 2015, no Brasil. O autor conceituou e identificou três regimes de historicidade: o antigo, o moderno e o presentista, que definem o modo de articulação das três categorias do tempo (passado, presente e futuro) em uma dada sociedade e seu contexto histórico.

O antigo diz respeito a história como “mestra da vida”, isto é, o passado como algo exemplar e que deve perpetuar-se no presente, numa espécie de *continuum* temporal. O moderno representaria uma quebra com essa ideia de continuidade do passado no presente a partir da instauração da possibilidade de futuro para explicar o passado por meio do presente. E o presentista é aquele que renega tanto o passado quanto o futuro em nome de uma atualização agônica e do fechamento para o futuro pelo imediatismo do presente em suas chaves interpretativas.

A cidade de Suzano, nascida de um projeto vinculado à ideia de modernidade simbolizada pelo trem, o planejamento das ruas e o estímulo a “industrialização”, parece “perpetuar” a noção de progresso em outros ícones, tais como: bandeira, brasão e hino municipal, por fazerem referência a uma frase que é característica da revolução francesa “liberdade, igualdade e fraternidade”, marco do regime de historicidade “moderno” e que foi vigente durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Porém, numa espécie de “transição” de regime de historicidade moderno para o presentista no município de Suzano, como veremos adiante, Hartog (2015) ajuda a compreender essa mudança de paradigma interpretativo no qual “sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato” (HARTOG 2015, p. 148). É neste sentido que o imediatismo aparece em constantes

atualizações de uma memória selecionada que quer enaltecer na cidade, fazendo conviver diferentes regimes de historicidade em suas interpretações.

Como historiador, os indícios ou vestígios deixados pelos seres humanos, são vistos como documentos a serem analisados e devem ser questionados à luz de conceitos históricos, de modo que seja possível fazer a sua crítica. Quando investigamos uma cultura material também devemos estar atentos à “construção da memória” pelos sujeitos históricos que se operam por meio de objetos. Assim,

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidade”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro. Ao nos referirmos à essas formas de experiência do tempo, vale lembrar que o patrimônio cultural brasileiro, enquanto discurso e enquanto política de Estado, emergiu, ainda nos anos 1930, sob a inspiração de intelectuais modernistas: Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gilberto Freyre, entre outros. Em contraste com a vanguarda europeia, o modernismo brasileiro, na perspectiva de alguns analistas, distingue-se por uma tendência conservadora que, ao invés de celebrar a ruptura, concilia passado, presente e futuro. (GONÇALVES, 2015, p. 218)

Ainda que o conceito de patrimônio não se restrinja a cultura material, cabe destacar que o município de Suzano não possui, museus, patrimônios materiais ou imateriais tombados por órgãos oficiais. Seus prédios e casas mais antigas somente foram objeto de registro por meio de documentos escritos e fotografias, sem nenhum tipo de trabalho de profissionais ou apenas como alvo de interesse de memorialistas e estudiosos esporádicos e, raramente, com o subsídio de historiadores mais contemporâneos. Não por acaso, existe no município um constante apagamento das memórias das populações locais, abrindo espaço para que as elites suzanenses que são constituídas atualmente pelos políticos, grandes empresários locais e donos de diversas multinacionais instaladas na cidade, tenham utilizado para seu interesse de todo tipo de manipulação da memória coletiva, o que também liberou para diversas frentes os usos indiscriminados da imagem dos imigrantes japoneses como se simbolizassem a identidade e as qualidades da cidade ao longo do tempo, como já problematizado nos itens anteriores.

No início do século XX, houve muita resistência e preconceito em relação à imigração japonesa, que se estendeu durante “a ditadura de Vargas após 1937 e desencadeou uma repressão implacável contra os japoneses: escolas fechadas, língua proibida, livros confiscados,

casas invadidas, prisões de ‘quinta¹⁰-colunas¹¹’. E o que dizer do relato do memorialista sobre o momento de alistamento para participação da votação do ano de 1947, dois anos após a Segunda Guerra Mundial, para emancipação de Suzano? “Envolvê-los, fazendo-os participar, colaborando não era fácil. Muitos eram japoneses, tinham sentido, poucos anos antes, as dificuldades que a Guerra lhes provocou, vivendo em um país que abandonara a neutralidade. Temiam qualquer manifestação política” (AZEVEDO, 1994, p 63). O que aconteceu para que essas ideias de discriminação fossem modificadas ao ponto dos japoneses ganharem um monumento localizado na região central da cidade?

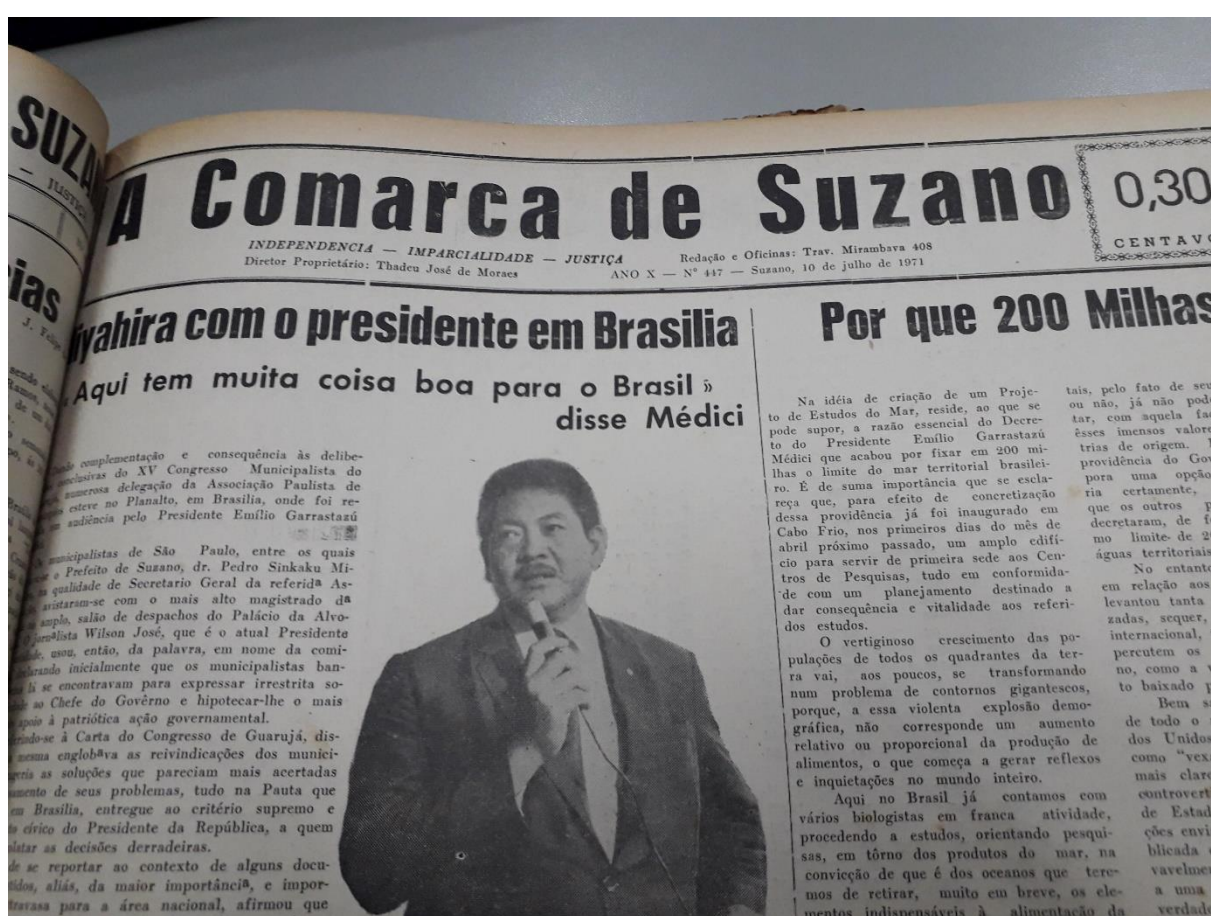


Figura 6 - Miyahira com o presidente em Brasília. Foto registrada no Arquivo do Jornal *A Comarca de Suzano* em: 13/08/2019. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos

¹⁰ Significado de “quinta-coluna”: Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam subrepticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna. Acessado em: 11/06/2020.

¹¹ VIEIRA, Liszt. *Morrer pela pátria? Notas sobre identidade nacional e globalização*. IN: VIEIRA (Org) *Identidade e globalização impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

A matéria acima foi publicada em 10 de julho de 1971, o prefeito Miyahira visitou o presidente da república, Emílio Garrastazu Médici em Brasília, que disse: “Aqui tem muita coisa boa para o Brasil”. Uma frase de aprovação de um governo marcado pelo autoritarismo. No mês de outubro do mesmo ano seria inaugurado o monumento do cinquentenário da chegada dos japoneses em Suzano. Sendo assim, esta “homenagem” ao povo japonês representou um marco na “aceitação” dos japoneses como povo desejável, exemplo a ser seguido, abandonando estereótipos vinculados a “inferioridade”, pois lembremos que

Desde a década de 1920, o estrangeiro passou a ser classificado nas categorias “desejável” ou “indesejável”, selecionado segundo critérios políticos, étnicos, culturais e religiosos. Autoridades do alto escalão do governo argumentavam que, caso o imigrante não fosse selecionado entre os melhores exemplares, poderia “desfigurar” e “desnaturalizar” a população brasileira (...) o japonês, que, desde as últimas décadas do século XIX, foram estigmatizados e tratados como “indesejáveis” e/ou como “raça inferior”. Daí as expressões: perigo semita e perigo amarelo, além de outros perigos como o perigo vermelho/comunista (CARNEIRO, 2018, p. 116).



Figura 7 - Monumento do cinquentenário da imigração japonesa. Foto registrada em: 10/03/2020. Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos

Esse monumento está localizado na Praça João Pessoa, região central e trata-se de uma homenagem à colônia japonesa pelo cinquentenário de sua imigração na cidade de Suzano, ou seja, desde 1921. É importante enfatizar que esta homenagem foi feita na gestão do prefeito Pedro Sinkaku Miyahira¹², em 16 de outubro de 1971, tendo apoio e a presença do Governador de São Paulo Laudo Natel, alguns deputados do período da ditadura civil-militar, o

¹² Ex-Prefeito Pedro Sinkaku Miyahira natural de Getulina-SP, onde nasceu no dia 05 de maio de 1930 e faleceu em 09 de agosto de 2009, foi o primeiro prefeito de descendência japonesa na cidade. Seu mandato durou quatro anos, de 1969 a 1973, período da ditadura civil-militar.

embaixador do Japão, Shigeru Nakamura, e vereadores do município de Suzano, como pode ser percebida na foto do jornal abaixo:



Figura 8 - Cinquentenário da imigração japonesa em Suzano. Foto registrada no Arquivo do Jornal *A Comarca de Suzano* em: 13/08/2019. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

O monumento em questão foi elaborado em formato de totem, criando uma estilização da bandeira japonesa. Sua posição vertical indica que é um marco temporal fincado na praça, e o sol nascente que vai entrando na parte branca da peça significaria a tomada gradual dos espaços públicos da cidade. A placa indica ser uma “homenagem e gratidão da colônia japonesa pelo cinquentenário de sua imigração nesta cidade”. Entretanto, o aspecto material e indizível do totem não se separa do dizível em sua legenda (placa), compondo um conjunto simbólico. Daí reside sua ambiguidade: se a placa diz ser uma homenagem da colônia japonesa à Suzano porque se impõe em sua estrutura construtiva como um marco temporal, invasor e vertical, para a praça/cidade? Para quem é a homenagem? É evidente que não cabe a resposta, pois o princípio é manter essa ambiguidade, o monumento pretende homenagear a cidade, mas ao mesmo tempo comemora os cinquenta anos da imigração japonesa para Suzano.

O fato de que o monumento ter sido inaugurado em 1971 é importante, pois faz coincidir com o cinquentenário da imigração japonesa para a cidade com aquele presente, mesmo que

seja difícil assegurar que 1921 é a única data possível de registro para a vinda de famílias de japoneses à região. E mesmo que os memorialistas não problematizem a questão, por vezes, nos dão claros indícios desse tipo de manipulação da memória coletiva. Azevedo (1994) afirma que o ex-Prefeito Pedro Sinkaku Miyahira vinculou diretamente à sua gestão (1969-1973) com a transformação da cidade de formação agrícola, isto é, na primeira República, para industrial, efetivamente em 1970, criando uma continuidade temporal que visava explicar o desenvolvimento urbano e a vinda de imigrantes e migrantes em busca de trabalho.

É o que se pode perceber em outra narrativa memorialista elaborada por Yassuda em 1971 no período da ditadura civil-militar do Brasil, sobretudo no momento histórico em que se valorizava o desenvolvimentismo econômico baseado em novas formas de produção “disciplinadas” e que não afrontassem os ideais nacionalistas para a formação de um “Brasil grande” como “potência” mesmo que com a contribuição de estrangeiros:

[...] o funcionamento das Cooperativas se fundamenta no espírito de disciplina do Grupo, na atuação das suas lideranças e na efetiva volição e participação da sua base de associados [...] as Cooperativas Agrícolas representam estágios evoluídos de várias organizações adotadas pelos imigrantes em seus esforços de adaptar-se a um meio ecológico diferente e social em rápida evolução e, desta forma, suprir suas necessidades de ordem econômica, social e cultural. (YASSUDA, 1971, p 181)

Essa força de construção narrativa das memórias como se fossem um sucedâneo da História, isto é, como “memória histórica”, não se configura apenas com um jogo discursivo, mas se traduzem em práticas e instituições concretas no presente.

Não por acaso, o “Grupo Escolar do Bairro de Goiabeira ” teve seu nome alterado para Escola Estadual “Professor Doutor Giovanni Battista Raffo” em 1971, por meio da aprovação da Lei de 5 de outubro de 1971, promulgada pelo Governador Laudo Natel, governador biônico escolhido pela ditadura civil-militar para o Estado de São Paulo e o mesmo que esteve presente na inauguração do monumento supracitado. Todavia, a escola não foi renomeada por um patrono pertencente a comunidade japonesa, mas como um dos representantes das famílias de imigrantes italianos na região que já tinham sido marcados na memória local como aqueles que ajudaram a promover, por meio de suas vinícolas, o “desenvolvimento industrial” de Suzano, ainda no início do período republicano. Essa escola na qual atuo como professor de História será analisada no capítulo seguinte tendo em vista as interferências ou esquecimentos dessa

memória histórica em sua cultura escolar, e uma proposição didática de História local e de estudo do meio.

O que se quer enfatizar é que essa memória do progresso e da modernidade de Suzano irá respaldar outras manipulações da memória como se fossem camadas sobrepostas no tempo, dando um protagonismo final e mais atual (na última camada) da comunidade japonesa, como uma continuidade desse discurso de progresso econômico e urbano da cidade, ou seja, relacionados à indústria e ao comércio locais.

Todavia, é preciso entender como os tradicionais “lugares da memória” da cidade passaram a conviver com novos objetos que reforçam uma identidade única para o município no passado e no presente em uma continuidade temporal. Segundo o memorialista Azevedo (1994), a Praça dos Expedicionários foi inaugurada em pleno governo militar.

Somente a 15 de novembro de 1964, já em pleno governo dos militares, é que os nossos jovens “febeanos” receberam a merecida homenagem da Cidade, com a inauguração do seu monumento em praça pública, na hoje denominada Praça dos Expedicionários (AZEVEDO, 1994, p. 67)

No ano de 1964, início da ditadura civil-militar no país, a praça foi escolhida por pessoas ligadas a grupos militares daquele período que incentivaram à homenagem aos expedicionários da FEB, para abrigar o monumento em sua homenagem num contexto de afirmação desse período de autoritarismo. Portanto, o que temos aí é uma sobreposição de memórias em camadas temporais distintas.

Ao consultar os Arquivos do Jornal *Diário de Suzano*, chama atenção um protesto de ex-combatentes da FEB, Força Expedicionária Brasileira, no dia 31 de outubro de 1970, assinado pelo Sr. Antônio Garcia, dirigente e líder dos ex-pracinhas da FEB que protestou contra a denominação do viaduto Ryo Mizuno¹³. Ele protesta dizendo o seguinte:

Tendo sido inaugurado no último sábado, o Viaduto sobre os trilhos da Central do Brasil, com o nome de um japonês desconhecido em nosso município e que, possivelmente, nenhuma boa ação tenha praticado que justifique essa homenagem, nós, os ex-Combatentes da FEB apresentamos nosso protesto, pois existem cidadãos suzanenses que tudo deram por essa terra e ficaram relegados ao esquecimento. Uma vez que se pretendia homenagear a colônia

¹³ Presidente da Companhia de Emigração Imperial, o empresário e empreendedor Ryu Mizuno foi o mentor e patrono da vinda dos primeiros navios com trabalhadores japoneses para os cafezais paulistas. O que talvez reforce a hipótese da tentativa de apagamento do trabalho de imigrantes japoneses nas lavouras de café cuja homenagem não deixava esquecer desse “detalhe”, muito embora essa não tenha sido a intenção deliberada dos protestos dos ex-combatentes.

japonesa, poder-se-ia dar ao Viaduto o nome de Kassuo Miazzato, sucumbido em consequência da guerra.¹⁴

Posteriormente, o expedicionário Antônio Garcia foi vereador e presidiu a Câmara de Suzano entre 1978 e 1979, explicando assim, em parte, todo esse entusiasmo em protestar e exigir um nome ligado ao setor militar. Isso demonstrou suas intencionalidades políticas e interesses ao preocupar-se em homenagear os expedicionários, fazendo uma carreira política em defesa do militarismo e apoiando a homenagem a colônia japonesa suzanense, desde que não afrontasse os ideais de nacionalidade, soberania e progresso vinculados ao regime militar. Mas o que diria o “nobre vereador” se presenciasse os *pokémons* na “sua” praça nos dias de hoje?

Com isso, é no ano de 1971 que se iniciou a construção histórica de uma memória japonesa em Suzano em locais públicos, com apoio e aceitação da elite local. Naquele período, os militares apoiaram essa homenagem por conta de estereótipos construídos sobre os imigrantes japoneses, tais como: “valor dado ao trabalho”, “empreendedorismo”, “a disciplina”, “a organização” e “a ordem”, o que coadunava com os valores morais do regime.

Agora, voltando ao questionamento feito logo no início desse item, o que teria influenciado a ditadura civil militar brasileira, que representava a elite política nacional, a concordar com uma homenagem ao povo japonês por seu cinquentenário em Suzano? Quais suas motivações? Como estava o processo de industrialização do Japão? Para tentar responder esses questionamentos vamos analisar a trajetória econômica japonesa ao aproximar-se do Brasil na década de 1970.

Lembremos que o Japão foi derrotado pelos “Aliados” na Segunda Guerra Mundial e a partir de um contexto pós-guerra, “os Estados Unidos financiaram a duplicação da produção de manufaturas do Japão, e não por acaso 1966-70 foram os anos de pico do crescimento japonês – não menos que 16% ao ano” (HOBSBAWM, 2012, p. 271).

O Japão teve uma política imperialista durante a Segunda Guerra Mundial, subordinou povos como os Okinawa e com isso alguns deles vieram para Suzano, onde hoje existe a Associação Okinawa de Suzano¹⁵ que ajudou na afirmação identitária do grupo, promovendo festas, bingos e cursos de judô. Como dito anteriormente, muitos japoneses sofreram repressão do Império japonês, imigraram para o Brasil, sofrendo como “indesejados”, “perigo amarelo” e na ditadura Vargas sofreram perseguições. Porém, num contexto pós Segunda Guerra, mesmo

¹⁴ GARCIA, Antônio. *Jornal A Comarca de Suzano*, Suzano 31 de outubro de 1970.

¹⁵ Disponível em: <https://www.suzano.sp.gov.br/web/turismo/cultura-oriental/>. Acessado em: 11/06/2020.

derrotado¹⁶, o Japão foi reconstruído economicamente pelos EUA e desmilitarizado, perdendo seu papel militar global. Com isso, o Brasil retomou “laços de amizade” com o Japão, que com recursos dos EUA investiu maciçamente em tecnologia e expandiu suas indústrias por diversos países, o Brasil foi um deles:

(...) japonsização do mundo do trabalho. Teríamos neste caso “a exportação” de técnicas de administração e de gestão (controle de qualidade, *just-in-time*) experimentadas e descobertas pelos japoneses. Como nos diz Benjamin Coriat, formou-se uma verdadeira escola japonesa de gestão e de produção distinta da escola clássica americana (Taylor e Ford), cujas implicações transbordam as fronteiras nacionais¹⁷. Diversos autores sublinham a existência de uma “exportação cultural”, desde técnicas de combate (judô, *aikido*, *kendo*) até elementos mais recentes, como *karaokê*, *manga*, videogames. (ORTIZ, 2000, p. 167)

O “toyotismo” é uma forma de trabalho considerada eficiente e associada ao Japão devido a sua rapidez na produção, ordem e disciplina no trabalho para atingir metas, levando a um progresso contínuo. Talvez esteja naquele novo Japão industrializado a chave de compreensão do estereótipo global do que é “ser japonês”, influenciando lideranças militares brasileiras a “escolher o japonês”¹⁸ como exemplo a ser seguido.

¹⁶ Na pesquisa jornalística realizada por Fernando Morais intitulada *Corações Sujos: a história da Shindo Renmei* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), podemos acompanhar a impressionante história de uma seita japonesa que se formou no Brasil que negava a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. A seita se propagou por diversas cidades do interior, da grande São Paulo e litoral e na própria cidade de São Paulo, tais como: Marília, Bastos, Tupã, Bauru, Presidente Prudente, Penápolis, Cafelândia, Lins, Osasco, Santos e Mogi das Cruzes, mas também em outros estados como o Paraná. Por pertencer naqueles tempos a Mogi das Cruzes podemos inferir que a seita atuou também na região que hoje se constitui a cidade de Suzano, mas não há na obra menções explícitas sobre as ações da seita na cidade. Na investigação, o jornalista afirma que mais de 200 mil imigrantes estavam divididos entre os *kachigumi*, isto é, os que acreditavam na vitória do Japão, e os *makegumi* ou “derrotistas” apelidados de “corações sujos” pela seita e considerados traidores da pátria. Os “derrotistas” foram alvo de perseguição e “limpeza ideológica” pela seita por meio de seus matadores (os *tokkotai*), o que resultou na morte 23 imigrantes e deixaram algo próximo de 150 feridos. O autor termina o livro afirmando que: “No final de 1946, o presidente da República Eurico Gaspar Dutra baixou um decreto considerando ‘elementos nocivos aos interesses nacionais’ e expulsando do Brasil oitenta imigrantes (...) acusados de serem mandantes ou executores dos crimes da Shindo Renmei. (...) Nenhum desses, entretanto, chegaria de fato a ser expulso do país. Os recursos impetrados pelos advogados protelaram a execução das penas de expulsão até meados dos anos 50. No Natal de 1956, quando a maioria já havia cumprido pelo menos dez anos de prisão, o presidente Juscelino Kubitschek comutou as penas, colocando todos os presos em liberdade. (...) Em outubro de 2000 havia, que se saiba, apenas três *tokkotai* vivos: Tokiuti Hidaka, que é dono de uma loja de bicicletas na cidade de Quintana, e Hiromi Ymashita e Taro Mushino, aposentados, que vivem na capital paulista. (...) Eiiti Sakane, o *tokkotai* que se converteu em *ronin*, jamais seria apanhado pela polícia. Em meados dos anos 60 ele foi visto por alguns japoneses apresentando-se como Massao Koga, vendedor de equipamentos fotográficos” (p. 334-335, respectivamente).

¹⁷B. Coriat, “Ohno e a escola japonesa de gestão da produção” in H.Hirata (org.), *Sobre o modelo japonês*, São Paulo, Edusp, 1993; ver, ainda, T. Elger e C. Smith (ed.), *Global Japanization?*, Londres, Routledge, 1994.

¹⁸ Ainda sobre o livro *Corações Sujos: a história da Shindo Renmei*, o autor fez entrevistas e consultou arquivos de Delegacia de polícia de várias cidades e tentou reconstituir a cena dos assassinatos pela seita *Shindo Renmei* de dois irmãos de sobrenome Mori, que ocorreram em 10 de julho de 1946 em um bar na cidade de Bastos – SP. Goiti Mori, um dos assassinados era pai de Kazuhiro Mori que atuou em quatro mandatos como vereador UDN (1965-1969), ARENA (1969-1973), ARENA (1973-1977), PFL (1989-1992) e três mandatos como vice-prefeito de Suzano (1977-1983), e por dois mandatos seguidos (1997-2004). Kazuhiro Mori é o exemplo de descendente

Contudo, para Oda (2010):

Depois da guerra, contudo, principalmente a partir da década de 1960, ocorre uma guinada em sentido contrário. As opiniões negativas passam a se tornar minoritárias, e o Japão se torna gradativamente um símbolo de modernidade, desenvolvimento e progresso, um país que, por ter se tornado uma das maiores potências econômicas mundiais deveria ser visto como modelo no caminho do Brasil rumo ao primeiro mundo. A ascensão social de vários imigrantes japoneses na sociedade brasileira fortalecia tais ideias (Cardoso, 1998). É a partir desse período que se consolida uma imagem positiva dos japoneses e seus descendentes. Eles seriam trabalhadores e aplicados nos estudos, traços culturais supostamente japoneses (Lesser, 2007). Vale ressaltar que essa apologia da cultura japonesa no Brasil coincide com o período de ascensão das teorias triunfalistas do *nihonjinron* (teorias da japonicidade que muitas vezes discorrem sobre a singularidade cultural e social nipônicas) no Japão, e em ambos os países isso serviu para legitimar ideologias desenvolvimentistas e modernizantes em voga na época.

Esse contexto de globalização e mundialização das indústrias chega ao Brasil, junto com a ideia de progresso, parecendo interferir nos símbolos municipais de Suzano, como vemos abaixo:

de japonês que se fixou no Brasil e fez carreira política no Pós-Segunda Guerra Mundial participando ativamente de todo esse contexto de construção da memória da hegemonia japonesa em Suzano. Ele é o exemplo de “japonês desejado” pela ditadura civil-militar e fez alianças com os políticos brasileiros também na redemocratização, ganhando sucessivas eleições. Logo após vencer a eleição como vice-prefeito de Suzano no ano 2000, Kazuhiro Mori deu uma entrevista confirmando ser filho de Goiti Mori, que por sua vez sofreu preconceitos de políticos brasileiros como “imigrante indesejado” e perseguições da seita *Shindo Renmei*, já que Goiti Mori escutava rádio de emissoras direto do Japão e acreditava que seu país de origem tinha sido derrotado, portanto, ele estava do lado *makegumi* ou “derrotistas”. Entrevista Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/tmori.htm>. Acessado em: 16/10/2020.



Figura 9 - Brasão de Armas de Suzano. Fonte: Disponível em: <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/historiasuzano/#simbolos>. Acesso em: 05/05/2020

Na foto acima temos o Brasão de Armas de Suzano e na citação abaixo temos o significado de cada detalhe dele:

a) o escudo, sanítico, usado para representar o Brasão de Armas de Suzano, foi o primeiro estilo de escudo introduzido em Portugal por influência francesa, herdada pela heráldica brasileira como evocativo da raça colonizadora e principal formação da nossa nacionalidade; *b*) a coroa mural que o sobrepõe é o símbolo universal dos brasões de domínio que, sendo de argente (prata), de oito torres, das quais apenas cinco são visíveis em perspectivas no desenho, classificada a Cidade representada na Segunda Grandeza, ou seja, Sede de Comarca; *c*) atendendo as condições da evolução histórica da Cidade, a representação icnográfica das peças móveis do campo do escudo perenizam as armarias dos "Brandões", lembrando a figura do Engenheiro Joaquim Augusto Suzano Brandão que, por ter incluído nos planos da Estrada de Ferro Central do Brasil a construção de uma estação no Guaió, como era denominado o atual topônimo "Suzano", um dos prenomes do ilustre cidadão; *d*) a cor bláu (azul) do campo do escudo simboliza em heráldica a justiça, nobreza, perseverança, zelo e lealdade; *e*) a águia heráldica é símbolo do poder, da vitória, do império, da prosperidade, simboliza também a benignidade, generosidade e liberalidade, porque essa ave, apesar de feroz, faz partícipes de sua presa as aves menores, e também porque não procura vingar-se de animais inferiores. Usaram-na os persas, egípcios, e romanos nos seus estandartes desfraldados que pressagiavam a vitória; daqui que simboliza

poder e arrojo para o cometimento de grandes empresas; *f*) o metal argente (prata) em que a águia é representada, é hieróglifo de paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza e religiosidade; a palavra "brandão" é o nome heráldico da tocha ou archote; é o símbolo da ciência, amor e ardor patriótico, sendo o emblema da luz, conhecimento, saber; nas armarias da Família Brandão, constam os quatro brandões acantonados à águia, permanecendo a mesma disposição no Brasão de Suzano, conforme justificado; *g*) em Chefe (parte superior do escudo) de argente (prata) o capacete romano de góles (vermelho), brocante sobre setas de sable (preto) é o símbolo de São Sebastião, Padroeiro da Cidade, lembrando no Brasão o espírito cristão de seu povo; *h*) como apoios do escudo, à dextra e sinistra, as chaminés de góles (vermelho) e as engrenagens de argente (prata) representam as indústrias florescentes do Município; *i*) a cor góles (vermelha) é símbolo da dedicação amor pátrio, audácia, intrepidez, coragem, valentia; *j*) no listel de bláu (azul) em letras argentinas (prateadas), inscreve-se o topônimo identificador "SUZANO" ladeado pelos milésimos "1919" de sua fundação e "1949" de sua emancipação política¹⁹.

O Brasão de Armas de Suzano foi decretado pela Câmara dos Vereadores de Suzano e promulgado na Lei nº 1.314 de 18 de dezembro de 1972, pelo prefeito da época Pedro Sinkaku Miyahira e foi de autoria do heraldista, Professor Arcinos Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista. (...) “o triângulo é símbolo heráldico da liberdade, igualdade e fraternidade” (SUZANO, 1972), neste trecho tem-se uma menção direta ao lema da Revolução Francesa, construindo-se um símbolo oficial municipalista vinculado a ideia de progresso. O brasão também faz menção ao engenheiro Joaquim Augusto Suzano Brandão, o homenageado, aquele que dá nome a cidade, responsável por construir a única estação de trem do município. São Sebastião é homenageado como padroeiro do município. As chaminés representam as “indústrias”, que trazem a simbologia de progresso. O ano de 1919 é a data em que Suzano foi elevada a condição de Distrito e 1949 data em que Suzano torna-se emancipada.

¹⁹ SUZANO (município). Lei nº 1.314 de 18 de dezembro de 1972. **Câmara Municipal de Suzano**, Poder Executivo, Suzano, SP, 18 dez. 1972. Artigo 19º.

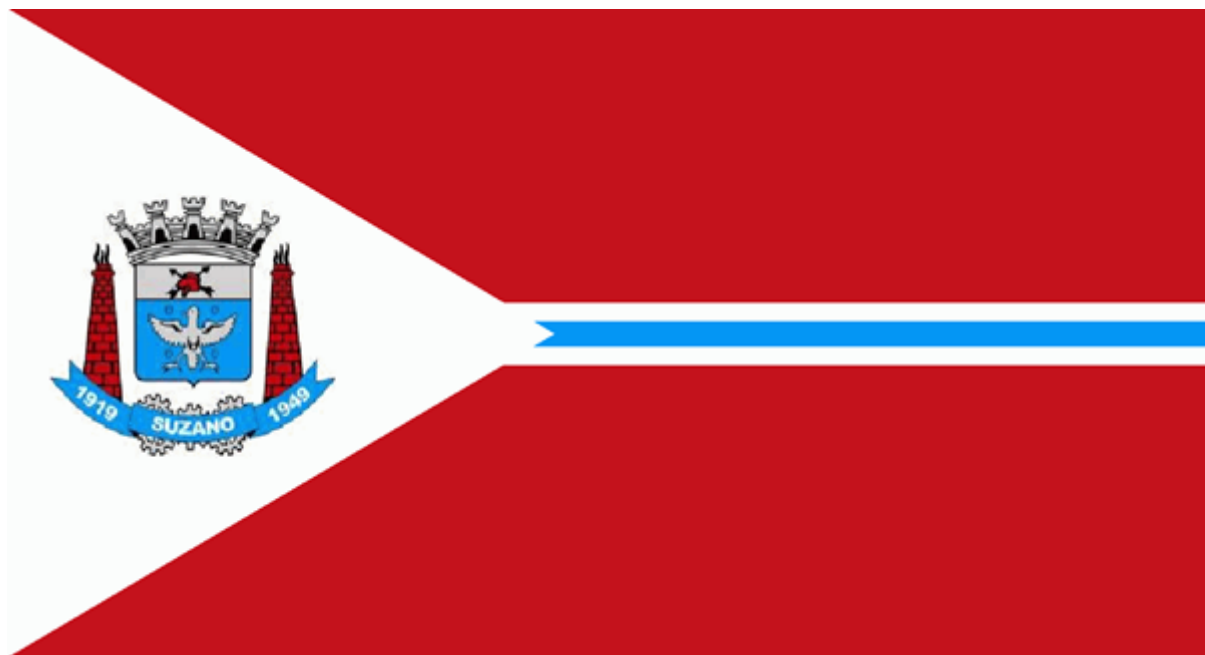


Figura 10 – Bandeira de Suzano. Fonte: Disponível em: <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/historiasuzano/#simbolos>. Acesso em: 05/05/2020.

Acima está a Bandeira Municipal de Suzano e seus significados estão explicados na citação abaixo:

A Bandeira Municipal de Suzano obedece à essa regra geral, com opção pelo estilo terciado em faixa, o Brasão aplicado na Bandeira, representa o GOVERNO MUNICIPAL e o triângulo isósceles branco onde é aplicado, representa a própria CIDADE-SEDE do Município; o triângulo é símbolo heráldico da liberdade, igualdade e fraternidade e a cor branca simboliza a paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza, religiosidade. A faixa branca-central carregada de sobre faixa azul, representa a irradiação do PODER MUNICIPAL que se expande a todos os quadrantes de seu território; a cor azul é símbolo de justiça, nobreza, perseverança, zelo e lealdade. As faixas vermelhas representam as propriedades rurais existentes no território municipal, a cor vermelha simboliza a dedicação, amor-pátrio, audácia, intrepidez, coragem e valentia²⁰.

A bandeira de Suzano, aprovada na mesma lei do brasão, carrega em si também a simbologia da “liberdade, igualdade e fraternidade”, o papel da “cidade-sede” aparece como o irradiador dessas simbologias que remetem a ideia de progresso, à qual é necessário o trabalho de seu povo para construir riquezas.

²⁰ SUZANO (município). Lei n° 1.314 de 18 de dezembro de 1972. **Câmara Municipal de Suzano**, Poder Executivo, Suzano, SP, 18 dez. 1972. Artigo 6°, 2° parágrafo.

Segue abaixo o hino da cidade de Suzano, composto, letra e música, pelo professor José de Gouvêa que venceu o concurso com o melhor hino, aprovado pela Câmara Municipal de Suzano e pela Lei municipal nº 2.347, de 30/06/1989²¹, promulgada pelo prefeito na época, Estevam Galvão de Oliveira, no período da redemocratização brasileira, o qual anos antes, “(...) Em 25 de abril de 1984, ausentou-se na votação da emenda Dante de Oliveira, que, apresentada na Câmara dos Deputados, propôs o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República em novembro daquele ano”²². Sua ausência da votação contribuiu para a não aprovação das “Diretas Já”, que foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984 “(...) no Colégio Eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985, Estevam Galvão votou no candidato do regime militar, Paulo Maluf, do PDS, que acabou sendo derrotado pelo candidato oposicionista Tancredo Neves, eleito novo presidente da República (...)”²³.

Desperta a Cidade das Flores
que almeja um porvir triunfal,
bandeira de todas as cores
no peito um só ideal.

Sentindo na alma o valor
Do bem que o progresso nos traz
Somos seus filhos felizes
Lutamos em busca de paz.

Avante! Avante Suzano!
Para um futuro de glória.
Avante! Avante Suzano!
Para o florir da vitória.

De vários lugares da Terra,
vieram imigrantes formar
potência ditosa que encerra
a grande paz de um altar.

Trouxeram nas mãos uma flor,
trouxeram indústrias, também,
hoje a Cidade Progresso
se orgulha dos filhos que tem.

²¹ SUZANO (município). Lei municipal nº 2.347, de 30/06/1989. **Câmara Municipal de Suzano**, Poder Executivo, Suzano, SP, 30 jun. 1989. Artigo 1º.

²² Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/galvao-estevam>. Acessado em: 10/05/2020

²³ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/galvao-estevam>. Acessado em: 10/05/2020

Avante! Avante Suzano!
Para um futuro de glória.
Avante! Avante Suzano!
Para o florir da vitória.

Ao analisarmos o hino é possível perceber algumas ideias propagadas e características do pensamento positivista de Augusto Comte, tais como: “do bem que o progresso nos traz”, “cidade progresso”, essa insistência na palavra “progresso” é o que remete aos ideais de racionalismo do Iluminismo francês e permeia o pensamento positivista dos intelectuais republicanos, e que no Brasil foi bem característico e predominante, se fazendo presente nas crenças e ações de autoridades políticas municipais, refletindo na aprovação desse hino. Esse “progresso” que nunca cessa, que vai para frente, se atualiza, se reinventa, em uma cidade que não tem museu, que se “esquece” de preservar seu passado, preferindo, no presente, construir um futuro sob a História de seus imigrantes que de algum modo compuseram a elite em diversas temporalidades.

O hino também faz menção aos mais diferentes imigrantes que trouxeram “indústrias”, tais como Feffer e a Companhia Suzano de Papel e Celulose; e Raffo que produzia vinhos e foi homenageado como patrono da Escola que leciono. Sobre imigrantes japoneses que também trouxeram “indústrias” é a referência à “cidade das flores”, pois é atribuído, na narrativa dos memorialistas, aos imigrantes japoneses a introdução do cultivo de frutas, verduras e flores variadas e a promoção junto à prefeitura de muitas festas que ocorrem há décadas, tais como: Festa da Dália, do Ipê e a Festa das Cerejeiras, atraindo curiosos e movimentando a cidade. No item a seguir iremos verificar como tem sido construída e atualizada a memória japonesa como dominante na cidade de Suzano.

1.3 A atualização da memória: monumentos, videogames e redes sociais

Este item fará uma análise de como está sendo construída a atualização dessa memória japonesa que se homogeneizou no município de Suzano por meio de monumentos, videogames e suas repercussões nas redes sociais e como essa discussão é um subsídio fundamental para discutirmos, posteriormente, de que modo silenciaram-se as memórias de vários de meus alunos na cultura escolar na qual estou inserido como docente.

Tentaremos mostrar que a atualização dessa memória faz parte das características das sociedades contemporâneas que vivem em um “regime de historicidade presentista”, de acordo com Hartog (2015). Entretanto, os grupos dominantes dessas sociedades ao se enxergarem como “economicamente globalizados e conectados” se autorizam a manipular o passado para justificar e dar continuidade à sua dominação no presente. Portanto, esse “presentismo” que confere à memória todo o poder como se fosse um sucedâneo da História, de modo a permanecer e reificar o presente trancando as possibilidades de sua alteração no futuro não seria uma característica a ser generalizada que valeria para toda a sociedade hodierna, mas como os grupos dominantes que se apropriam dessa memória.

Embora Hartog (2015) deixe claro em seu livro que a categoria de “regimes de historicidade” e suas variações temporais (“antigo”, “moderno” e “presentista”) são mais derivações intelectuais dos “tipos ideais” à maneira weberiana, do que generalizações explicativas para diferentes sociedades e seus ritmos de duração, o que fica evidente é que elas não dão conta de explicar os múltiplos e divergentes modos como as sociedades “antigas”, “modernas” e “contemporâneas” lidam, usam e abusam da memória ao longo do tempo. As memórias que tentamos mapear até aqui sobre a cidade de Suzano ao longo do século XX e XXI são múltiplas, contraditórias e compostas por diferentes camadas temporais que se sucedem no tempo, mas também sobrevivem e se interpenetram no presente. Por isso, são alvo de constante atualização em antigos e novos lugares de memórias, seja pelo silêncio e/ou convivência, seja por sua fala compulsiva e/ou autoritária. Neste sentido, Hartog (2015) nos ajuda a pensar que:

O que faz o *lugar de memória* é, enfim, que ele seja um entroncamento onde se cruzaram diferentes caminhos de memória. De modo que somente ainda estão vivos (*agentes*) os *lugares* retomados, revisitados, remodelados, rearranjados. Desativado, um lugar de memória não é mais, na melhor das hipóteses, do que a lembrança de um lugar. (HARTOG, 2015, p. 165)

Esses lugares de memória se não forem reativados perdem a sua relação com o presente e, portanto, o seu poder de agregar diferentes memórias à atualidade.

Esse é o caso do livro *Centenário da Imigração Japonesa no Brasil* de Massao Ohno, comentado anteriormente, no qual se verifica um empenho do memorialista em reafirmar a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil por meio da fala do ex-prefeito de Suzano, Marcelo Cândido, do Partido dos Trabalhadores (PT), que independente de sua posição partidária, também deu continuidade a esse tipo de memória que reproduz o poder local:

Nossa cidade, não apenas está inserida no contexto das comemorações, como fez questão de marcar esta data com uma programação especial denominada *100 anos em 100 dias*. O ápice das festividades será a entrega de uma grande praça pública em homenagem à colônia japonesa às margens da Rodovia Índio Tibiriçá, uma das mais importantes ligações viárias da região, com a instalação de um monumento da artista plástica Tomie Ohtake. Um presente que tenta retribuir um pouco daquilo que os japoneses fizeram e fazem pela nossa cidade. Também faremos uma exposição - a Expo 100 - para apresentar os produtos, a cultura, as indústrias e os resultados da inserção dos costumes orientais na política, na economia e na construção do município. (OHNO, 2008, p.10)

Essa continuidade da memória sobre a História não parece sofrer nenhum tipo de contestação e atravessa o século XXI independente dos grupos políticos que se alternam no poder do município. Tanto assim, que foi divulgado no jornal *Diário de Suzano* no dia 19 de junho de 2008 a construção do

Bosque (das cerejeiras) e está prevista a implantação de uma Casa da Memória - espécie de museu que buscará resgatar a história dos imigrantes japoneses em Suzano. Ainda em relação às homenagens à cultura do Japão, a prefeitura busca recursos para instalar a obra da artista plástica japonesa Tomie Ohtake, responsável por projetar um monumento em referência ao centenário da imigração japonesa no Brasil e que deverá ser colocado na rotatória do rio Una²⁴

A construção do Bosque das Cerejeiras foi consolidada e foi fortemente divulgada nos meios de comunicação locais, o que demonstra que apenas a memória de um grupo é valorizada e reiterada no município como digna de menção e memória. Por que não há uma “Casa da Memória” de outros grupos sociais?

²⁴ Disponível em: <http://digital.maven.com.br/pub/diariodesuzano/?edicao=32146#page/8>. Acesso em 22 ago. 2019.

Conforme Le Goff (2008), as classes dominantes não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por esse motivo, os documentos que se encontram nessas instituições e que são utilizados como fontes ou atestados de "memória atualizada", são expressões de poder. Com isso, é possível perceber um claro propósito de sobreposição de memória japonesa diante de tantas outras memórias de cidadãos suzanenses que muito contribuíram e foram oriundos de diversas nacionalidades e regiões do Brasil.

É nesse contexto de atualização da memória que se dá a construção histórica que as elites de Suzano se estabeleceram e apropriaram da tradição japonesa vinda desses imigrantes que se fixaram no município, e que vem marcando ano a ano com festas, eventos e inserindo seus monumentos em lugares importantes do município:

Os grupos humanos atribuem valor diferenciado a estruturas edificadas e a elementos da natureza que balizam seus territórios, ancoram suas visões de mundo, materializam crenças ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que, ao mesmo tempo, servem a fins práticos e identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da estruturação da vida em sociedade, da formação das identidades e alimentação do sentimento de pertença. (ARANTES, p.11, 2009)

A análise realizada por Arantes (2009) pode ser observada em algumas características em Suzano, como a pretensão de hierarquizar a cultura japonesa e tentar promover uma identidade para o município. Pode-se confirmar o empenho da prefeitura de Suzano, pois pagou todos os custos envolvidos na construção dos monumentos, tendo, no dia 19 de junho de 2008, o Jornal *Diário de Suzano* noticiado a inauguração da Praça do Sol Nascente, um “lugar de memória” (NORA, 1993) por excelência:

No dia da imigração japonesa, a Prefeitura de Suzano, inaugurou a Praça do Sol Nascente, com apresentações da cultura nipônica, realização de uma cerimônia budista e presença de muitas autoridades, como: secretários, vereadores, o prefeito Marcelo Cândido e o deputado estadual José de Souza Candido, os dois do PT²⁵

²⁵ DORO, Gabriele. Praça homenageia colônia japonesa. Jornal *Diário de Suzano*, Suzano, quinta-feira, 19 de junho de 2008. Cidade. Disponível em: <http://digital.maven.com.br/pub/diariodesuzano/?edicao=32146#page/8>. Acessado em: 20 abr. 2020.

Esse local agrega vários símbolos japoneses: uma ponte arcada sobre o ribeirão que imita edificações de jardins japoneses, um pássaro Tsuru, o busto do primeiro prefeito japonês, Pedro Miyahira; e a obra da artista nipo-brasileira Tomie Ohtake. Veremos cada um desses símbolos em fotos individuais logo abaixo.



Figura 11 - Praça do Sol Nascente. Foto registrada em: 21/10/2018. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

A ponte arcada sobre o ribeirão, que imita edificações de jardins japoneses, pode ser vista na fotografia abaixo:



Figura 12 - Ponte japonesa na Praça do Sol Nascente. Foto registrada em: 05/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

O pássaro Tsuru, que posteriormente foi inserido na praça, no ano de 2016, pode ser visto na fotografia abaixo. Este pássaro feito de aço foi obra dos artistas pai e filho, respectivamente: Lúcio e Rodrigo Bittencourt.



Figura 13 – Pássaro Tsuru. Foto registrada em: 05/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Foi o ex-prefeito Marcelo Cândido, em sua gestão entre 2005–2012, que inaugurou o monumento Sol Nascente em 2008, feito pela artista plástica nipo-brasileira Tomie Ohtake em homenagem aos 100 anos da imigração japonesa no Brasil. É claro que a artista escolhida não só é de origem nipo-brasileira, premiada e de renome nacional, mas também fez parte de uma geração de artistas que inaugurou uma perspectiva mais contemporânea das artes plásticas no país.



Figura 14 - Monumento Sol Nascente. Foto registrada em: 05/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

A característica dessa praça é a de uma rotatória de veículos automotores, e as cores que predominam são o vermelho e o branco que remetem a bandeira japonesa. Na área central da praça, ao lado do monumento Sol Nascente, existe uma placa em língua portuguesa e sua tradução ao lado em idioma japonês, onde está escrito: “Dentro da grande rotatória de Suzano, onde convergem importantes avenidas em direção ao centro da cidade, ao Jardim Colorado, ao litoral. É o local que o prefeito Marcelo Cândido escolheu para que Tomie Ohtake realize um marco pelo centenário da imigração japonesa no Brasil”. Este monumento foi inaugurado em 2008 e sua localização é privilegiada, na entrada da cidade.

A artista Tomie Ohtake deixa registrado uma breve explicação do significado de sua obra: “Arco e escultura, na linguagem contemporânea da arte. Afirma que, trata-se de um tubo metálico, que singra os ares, percorre uma volta completa em movimentos ascendentes e descendentes. Em movimentos às vezes repentinos ou calmos, instigantemente irregulares, o giro da rotatória, o giro do mundo. A celebração das populações do mundo e da cidade, pela arte. São Paulo, julho de 2006”. Entretanto, por mais que a obra venha acompanhada de uma “lenda” da própria artista ela se torna também uma “lenda” na própria paisagem da cidade

uma vez que está ali para ser vista e não para ser lida de acordo com as intenções da artista. O que reforça mais a força do conjunto, isto é, de que se trata de uma homenagem à imigração japonesa que se impõe e recobre sobre outros habitantes da cidade.

Assim,

Ao procurar promover a presença do passado no presente, a lógica do monumento apresenta e favorece a experiência sensível de uma leitura da história que mesmo quando não compreendida explicitamente é percebida afetivamente pela exposição do belo e pela mobilização coletiva. (MENDONÇA, 2010, p. 227)

A partir dessas reflexões, Paulo Knauss de Mendonça auxilia-nos a compreender o processo de ritualização de uma escultura, pois os alunos e moradores das regiões mais afastadas da zona sul, ao irem para o centro da cidade, tem como itinerário passar em frente à Praça do Sol Nascente tendo seus olhares atraídos mais como curiosidade e, talvez, como a aceitação tácita de que “aquilo” representa a importância da cultura japonesa para cidade, mas sem nenhum questionamento prévio. Não se sabe ao certo de que modo releem aquele conjunto arquitetônico, o que tentaremos responder nos próximos capítulos. Porém, é fato que o local é destinado mais aos veículos do que para uma contemplação pelos transeuntes. Não há tempo efetivamente para observar, olhar e refletir atentamente para os sentidos daquelas peças e nem se, de fato, representariam a História da cidade que os alunos habitam.

Na fotografia abaixo temos o busto do primeiro prefeito japonês de Suzano, Pedro Miyahira, posteriormente inserido na praça no ano de 2018:



Figura 15 - Busto do prefeito Pedro Miyahira. Foto registrada em: 17/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

O busto acima foi produzido pelo escultor Luís Branco, da empresa Tesis Esculturas²⁶, e inserido na praça do Sol Nascente em 18 de junho de 2018. Existe uma placa logo abaixo do busto onde está escrito: “Prefeito Pedro Miyahira – Visionário, um homem à frente do seu tempo e precursor do desenvolvimento industrial de nossa Suzano”.

Vejamos logo abaixo a foto do dia da inauguração do busto:

²⁶ Disponível em: <https://www.tesisesculturas.com.br/>. Acessado em: 10/06/2020.



Figura 16 – Inauguração do busto do prefeito Miyahira. Fonte: Disponível em: <https://oidiario.com.br/imigracao-japonesa-ex-prefeito-miyahira-e-homenageado-com-busto-por-ter-iniciado-a-industrializacao-de-suzano/> Acesso em 17 mai. 2020.

A foto acima é da inauguração em 18 de junho de 2018 do busto do prefeito Pedro Miyahira. A reportagem do jornal *Oi Diário* cobre notícias da região do Alto Tietê, tendo inclusive a esposa do atual prefeito, Rodrigo Ashiuchi, como uma das colunistas, demonstrando assim a forte influência política naquilo que é selecionado como notícia. No título da reportagem afirma o seguinte: “Imigração japonesa: ex-prefeito Miyahira é homenageado com busto por ter iniciado a industrialização em Suzano”²⁷. O fato de ter sido escolhido um busto e inserido na entrada da cidade traz aquilo acerca do que SALGUEIRO (p.24, 2008) alerta sobre o pensar historicamente, isto é, desde a Antiga Roma monumentos ornamentados com trabalhos de escultura eram empregados como “propaganda” para expressar a ideologia dominante, tanto dentro dos espaços da cidade quanto junto a seus portões de acesso com a finalidade de ostentar os “grandes nomes”.

²⁷ Disponível em: <https://oidiario.com.br/imigracao-japonesa-ex-prefeito-miyahira-e-homenageado-com-busto-por-ter-iniciado-a-industrializacao-de-suzano/> Acesso em 17 mai. 2020.

Ainda sobre a fotografia, é necessário fazer uma análise crítica a respeito dela, por meio de uma leitura minuciosa tendo em mente que,

O objeto-imagem de primeira geração – o original – é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a técnica fotográfica, além de seu valor histórico intrínseco, enquanto o da segunda geração – a reprodução sob os mais diferentes meios – é, em função da multiplicação do conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. (KOSSOY, 2018, p. 45-46)

É a partir da publicação desta fotografia de “segunda geração” que podemos analisar o conteúdo histórico da atualização da construção da memória japonesa pelo busto que seria a imagem-objeto de “primeira geração”. Nela contém um forte significado simbólico, pois estavam presentes familiares do homenageado do ex-prefeito Pedro Sinkaku Miyahira, vereadores e o atual prefeito Ashiuchi, ou seja, a elite política atual apoiando a manutenção da memória.

Além disso, ao aproximar-se do busto do ex-prefeito, Pedro Sinkaku Miyahira, pode-se ler aquele pequeno texto, mencionado anteriormente: “Visionário, um homem à frente do seu tempo e precursor do desenvolvimento industrial de nossa Suzano”. Essa espécie de lápide memorial mostra como as versões oficiais da memória são construídas e atualizadas. Complementando essa discussão Hartog (2015) comenta que: “As grandes comemorações definiram um calendário novo da vida pública, impondo-lhe seus ritmos e seus prazos. Ela se submete e se serve disso, tentando conciliar memória, pedagogia e mensagens políticas do dia” (HARTOG, p. 15), mas sem esquecer que essa escolha não é feita como se toda a sociedade fosse “presentista” e sim por aqueles que podem manipular a memória no presente. E são esses agentes políticos que manipulam e atualizam essas memórias inauguradas na “nova” Câmara Municipal de Suzano, no dia 16 de dezembro de 2016. Naquela época, o prefeito do município, Paulo Tokuzumi (PSDB), disse que o prédio era uma “maravilha arquitetônica”²⁸, referindo-se talvez a pintura em forma de cerejeiras, típicas árvores do Japão, que dão um toque estético no visual, valorizando por meio desse discurso político mais uma manipulação da memória, como pode ser vista na fotografia abaixo numa alusão a cultura japonesa num órgão oficial de representatividade da população dos eleitores do município.

²⁸ Disponível em: <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/inauguracao-da-nova-sede-da-camara-e-dia-historico-para-suzano/>. Acessado em: 29 mai. 2020.



Figura 17 – Câmara Municipal de Suzano. Fonte: Disponível em: <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/camara-de-suzano-vota-alteracao-de-endereco-no-regimento-interno/>. Acesso: 29/05/2020.

A crença no permanente “avanço tecnológico” da cidade ao longo do tempo por partes de suas elites tem sido um fator decisivo na escolha e atualização da memória japonesa, pois,

Quando escutamos as diversas vozes que falam da globalização, surgem “paradoxos”. Ao mesmo tempo em que é concebida como expansão dos mercados e, portanto, da potencialidade econômica das sociedades, a globalização reduz a capacidade de ação dos Estados nacionais, dos partidos, dos sindicatos e dos atores políticos clássicos em geral. Produz maior intercâmbio transnacional e deixa cambaleante a segurança que dava o fato de pertencer a uma nação (CANCLINI, 2007, p.19).

Os grupos dominantes da cidade não só acreditam como se veem inseridos nesse processo de globalização econômica, principalmente com as grandes empresas multinacionais que se instalaram no interior de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, no entanto, ignorando completamente a História local e seus trabalhadores como se todos se diluíssem no “progresso” alcançado e suas conexões com o mercado internacional.



Figura 18 - Praça dos Expedicionários. Foto registrada em: 05/06/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

É o que se observa pelo modo como os comerciantes e industriais da cidade se apropriaram do sucesso comercial da cultura pop japonesa pela presença do *pokémon*²⁹ e do game móvel *pokémon go*³⁰, presentes também nas estatuetas de *pokémons* distribuídas em várias partes da cidade, como as que podem ser encontradas na tradicional Praça dos

²⁹ Os *pokémons* são personagens de desenhos animados japoneses, transmitidos pela televisão e cinema e conhecidos como “animes” que são produtos comerciais.

³⁰ *Pokémon go* trata-se de um jogo de realidade aumentada voltado para *smartphones*. O jogo é desenvolvido entre a Niantic, Inc., a Nintendo e a The Pokémon Company para as plataformas *iOS* e *Android*. O jogo foi inicialmente lançado em julho de 2016 para alguns países, eventualmente expandindo para o resto do mundo. Com o uso do sistema de posicionamento global (GPS) e a câmera de dispositivos compatíveis, o jogo permite aos jogadores capturar, batalhar, e treinar criaturas virtuais chamadas Pokémon, as quais aparecem nas telas de dispositivos como se fossem no mundo real. Disponível em: <https://www.pokemongo.com/es-la/> Acesso em: 23 ago. 2019.

Expedicionários³¹ - a qual foi instalada em 15 de novembro de 1964, no período da ditadura civil militar - ocorrendo a ressignificação das memórias dessa praça, conforme foi analisado no item anterior.



Figura 19 - *Pokémons* na Praça dos Expedicionários. Fotos registradas em: 05/06/2020.
Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Um portal da internet em matéria dedicada aos jogos eletrônicos tenta explicar a “misteriosa aparição” das estátuas dos “animes” pela cidade de Suzano:

Fundada em 1949, a cidade de Suzano, na região metropolitana de São Paulo, tornou-se a Pallet Town brasileira. Assim como a fictícia cidade natal de Ash, protagonista do mangá/anime/games "Pokémon", Suzano virou palco de uma série de aparições dos monstros - na verdade, de estátuas dos monstros, o que, claro, repercutiu muito na região. Começou em 26 de março, quando a primeira estátua, do Bulbassuro, surgiu sem aviso. Dias depois, em 30 de março, foi a vez do lendário Mew aparecer. A terceira foi a do Charizard, em 20 de maio.

³¹ A Praça dos Expedicionários é um local de homenagem na cidade de Suzano. No local, foi instalada a estátua de um combatente, acompanhada de uma placa com os nomes dos pracinhas. Alguns soldados também foram homenageados em denominações de ruas da cidade. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=444472&view=detalhes>. Acesso em: 21 de abr. 2020.

Segundo a prefeitura de Suzano, um grupo de fãs é o responsável pela iniciativa das estátuas misteriosas. Eles solicitaram autorização para a instalação das peças, e a secretaria de Cultura concedeu. Quem são eles, então? Alguém na prefeitura sabe, claro, mas eles pediram anonimato. Por isso o mistério permanece.³²

O Repórter Márcio Padrão, do Portal de Internet Uol, não obteve êxito em extrair a informação oficial de quem insere essas estatuetas, porém, ao ler a reportagem, confirma-se que o atual prefeito, Rodrigo Ashiuchi, descendente de japoneses, apoia a colocação dessas estatuetas. A *Niantic*, franquia, dona do *game pokémon go*, também não quis manifestar-se, mas se pode perceber que o presidente dessa empresa se beneficiou muito com a divulgação do jogo, aproveitando o *marketing* gerado numa praça pública e com a difusão de conteúdos por aqueles que apreciam a cultura pop japonesa. Houve destaque no noticiário de portais de internet, *youtubers* e programas de televisão que passaram a promover o *game*. Embora nem as estatuetas, nem o jogo sejam “monumentos” ou “patrimônios” da cidade elas refletem os usos e abusos da memória que são feitos por meio deles na contemporaneidade:

(...) os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2017, p. 211)

As reflexões de Choay (2017) possibilita pensar a respeito dessa “engenharia cultural”, ao descortinar o funcionamento da lógica de mercado dos produtos midiáticos, mas sobretudo como a memória se insere e sobrevive dentro dessa lógica contemporânea com outras formas de manipulação. Por isso, por mais atualizados que sejam esses dispositivos de “engenharia cultural” ligados ao mercado e ao turismo, não se pode perder de vista um aspecto central destacado por Circe Bittencourt (2005):

³² PADRÃO, Márcio. Por que Suzano é a “capital nacional” de *pokémon*? Uol, 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/start/ultimas-noticias/2018/06/19/por-que-suzano-e-a-capital-nacional-de-pokemon.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objetos de estudo. (BITTENCOURT, 2008, p. 169)

Por ser um assunto que vai além dos interesses mercadológicos, a identidade local e a sua veiculação por um dado tipo de memória podem gerar críticas sociais que expressam dissensos sobre seus usos e a quem elas estariam servindo. No ano de 2018, na página do Facebook denominada *Suzano Agora*, houve uma discussão que saiu do entretenimento e foi para a crítica social:

Em um grupo de Facebook com notícias sobre a cidade, "Suzano Agora", entre elogios à iniciativa também sobraram críticas à prefeitura. "Aqui na quebrada tem vários Pokémons também: Buracossauro, Semluzdeer, Enchentender. A prefeitura deveria vir aqui pra resolver, ops, capturar esses problemas, ops, Pokemons", ironiza um comentário de internauta em postagem no grupo Facebook "Pokemon Brasil".³³

As críticas feitas pelos usuários da rede social Facebook demonstram que parte da população não está se importando com as estátuas de *pokémons*, mas estão preocupados em cobrar do atual prefeito ações básicas, tais como: pavimentar ruas, propiciar luz para a periferia e acabar com a enchente, muito comum em épocas de chuvas em Suzano. Essas insatisfações também fazem parte de reclamações de alunos das regiões mais afastadas da cidade e de nossa escola, que, ao serem questionados sobre o jogo, poucos afirmaram jogá-lo. Entretanto, permanece obscuro para todos a convivência desses símbolos na Praça dos Expedicionários.

Por outro lado, quando se trata de conquistar os jovens pelo consumo e por sua linguagem, as estatuetas dos *pokémons* parecem fazer mais sentido dentro de um mercado de novidades, mesmo que nada dentro dele deva permanecer como “memória durável”:

³³ Disponível em: <https://jogos.uol.com.br/ultimas-noticias/2018/06/19/por-que-suzano-e-a-capital-nacional-de-pokemon.htm>. Acesso em 29 mai. 2020.



Figura 20 - Pikachu no Suzano Shopping. Foto registrada em: 10/12/2019. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

A foto acima não tem a função específica de ser um “documento”, mas apenas o de registrar uma memória descontextualizada e que se atrela ao consumo imediato das pessoas da cidade. O personagem *Pikachu*, do *animê* japonês *Pokémon*, é utilizado para dar um status de curiosidade cultural ao Suzano Shopping, que aparece protegido do contato dos clientes. Trata-se, portanto, de uma atualização dessa memória no município e que também deve incentivar o consumo nos lugares que nada tem a ver com a memória e sua ritualização, mas que são “inventadas” como partícipes de uma mesma “tradição”. Como maneira de problematizar essa imagem, no que se refere a uma construção histórica liderada pela elite local de Suzano, recorro a Hobsbawn (2014):

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSEBAWN, 2014, p. 09)

Se o historiador Eric Hobsbawn (2014) auxilia-nos a compreender como Suzano tem sido alvo dessa “invenção” de elementos culturais japoneses, e como essas características são fundamentais no entendimento da construção e atualização dessa memória em Suzano, Andreas Huyssen (2000) ajuda a compreender que tipo de “sedução” ela produz:

Então, permita-me por um momento condescender com o velho argumento sobre a velha indústria cultural, tal como Adorno o propôs contra a posição de Benjamin sobre a mídia tecnológica, por ele considerada exclusivamente otimista. Se hoje a ideia de arquivo total dos triunfalistas do ciberespaço abraçar as fantasias globais à la Mc Luhan, os interesses de lucro dos comerciantes de memória de massa parecem ser mais pertinentes para explicar o sucesso da síndrome da memória. Trocando em miúdos: o passado está vendendo mais do que o futuro. Mas por quanto tempo, ninguém sabe. (HUYSSSEN, 2000, p.24)

Nenhuma outra cultura tem tido tanta visibilidade em praças públicas e em diversas localidades, como o Shopping Center Suzano, como o uso de estatuetas de *pokémons*, com intuito de atualizar essa memória da cultura japonesa, ainda que não tenha por objetivo explícito vincular-se a nenhum passado, mas o de promover uma espécie de “enobrecimento urbano” que enaltece o presente e suas desigualdades. Segundo Rubino (2009):

O enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade. Dialoga com diversas outras formas de ocupação e segregação urbana ao conferir valor simbólico ao lugar, e a partir daí auferir outros valores. Assim fica claro o empenho em revitalizar por meio de equipamentos culturais: é preciso um certo capital para se apropriar deles. Afinal, a cidade é feita de fronteiras, que tanto impedem que os atores sociais considerados impróprios entrem, como que os legítimos saiam e assim se desclassifiquem. (RUBINO, 2009, p. 37)

As elites econômica e política de Suzano são as responsáveis pela construção e manutenção dos símbolos japoneses que em diversos períodos receberam camadas de ressignificações e atualizações da memória, esses símbolos foram inseridos em localidades de importância comercial e de grande visibilidade política. Podemos afirmar, como bem assinalou o historiador francês Pierre Nora, que esses lugares se expressam em “celebrações, comemorações, rituais cívicos, efemérides, estátuas, monumentos históricos e panteões” constituem, por excelência, o que ele convencionou denominar de “lugares de memória” (1993, p. 13) e a partir da consciência desse conceito possibilita-nos o entendimento da constante inserção simbólica de signos japoneses em Suzano, como um modo de delinear a identidade desse município a assegurar uma memória hegemônica.

Agora será analisado como essa discussão sobre os diferentes níveis de memória que chegaram até o presente adentraram na cultura escolar, na qual estou inserido como morador de Suzano e, sobretudo, como professor de História em uma escola de ensino básico, para que possa partir para uma proposição didática que possibilite aos meus alunos a compreensão, reflexão e construção da memória e dos motivos das negações das pessoas e grupos esquecidos.

2. UMA CULTURA ESCOLAR ENTRE ESQUECIMENTOS E MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir do uso de fontes documentais e bibliográficas. Realizei pesquisas em livros, revistas e *sites*, mais especificamente sobre o conceito de cultura escolar e ensino de História no que se refere a ausência de projetos referentes sobre a História da cidade e do bairro da escola. Com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a unidade escolar, analisei o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2019) com o objetivo de caracterizar os alunos: quem são eles e qual a sua realidade como sujeitos inseridos numa região considerada periférica de Suzano.

Nesse item do trabalho irei apresentar e discutir algumas das diferentes concepções teóricas de “cultura escolar”, que foram definidas por alguns estudiosos, tais como: Antônio Viñao Frago, André Chervel e Dominique Julia, porém, cada um com uma abordagem teórico-metodológica própria sobre esse conceito e que nos apropriaremos na medida em que respaldem os objetivos dessa pesquisa.

Uma característica comum entre os autores é investigar a escola como objeto de estudo histórico. No que se refere a cultura escolar, temos um conceito abrangente que procura perceber as escolas em tempos, espaços e práticas sociais específicas no presente e no passado, gerando uma compreensão mais complexa das peculiaridades do cotidiano escolar. Mesmo que os primeiros trabalhos tenham iniciado nos anos 1980, o conceito de cultura escolar se propagou nos anos 1990, apresentando atualmente as mais variadas tendências e perspectivas.

A expressão “cultura escolar” foi introduzida no âmbito histórico-educativo na segunda metade da década de noventa do século XX por historiadores da educação, de um modo geral europeus, que trabalham no campo da história cultural e do currículo ou a partir dos seus enfoques e perspectivas. Contudo, nem todos a usam com os mesmos propósitos e significados. (FRAGO, 2007, p. 83)

Antonio Viñao Frago (2007), professor e pesquisador na área de Teoria e História da Educação da Faculdade de Murcia na Espanha, auxiliou com suas reflexões as investigações na área da educação e, especificamente, na disciplina de História, particularmente no mestrado profissional em ensino de História, o que possibilitou uma constante reflexão sobre o trabalho docente, propiciando uma teorização das práticas no ensino de História e as análises de particularidades de métodos da disciplina, dentro e fora da sala de aula, gerando uma melhor

qualidade do trabalho docente, motivando-o a desenvolver, repensar, aperfeiçoar e testar novas práticas de ensino e aprendizagem. Sendo assim, para Frago (2007), cultura escolar é um:

Conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, modelos, rituais, inércias, hábitos (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não interditas e compartilhadas por seus atores, no seio das instituições educativas. (FRAGO, 2007, p.87)

A partir dessas características formuladas por Frago (2007) sobre cultura escolar, percebe-se as múltiplas temporalidades do espaço escolar e das reformas curriculares, com isso, observa-se e investiga-se melhor como ocorrem as relações interpessoais desses “atores”, tais como alunos, pais e responsáveis, professores, gestão escolar e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC/SP), que tem o poder de decidir determinados “currículos homogêneos” para todo o estado de São Paulo.

Tomando como exemplo a realidade do município de Suzano, o que a cidade tem em comum em relação a outros municípios no interior de São Paulo? Do litoral? Da região metropolitana? Como se caracterizam suas histórias, culturas e economias locais? Todas possuem suas particularidades. Nesse contexto de currículo único, que é estabelecido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, como poderia ser dialogado com as múltiplas identidades dos alunos do ensino fundamental II, ensino médio e EJA da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, que é público-alvo nessa pesquisa?

Para Dominique Julia (2001), historiador francês, é preciso por parte dos pesquisadores da área da educação investigar a “caixa preta da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13), para isso é necessário “mergulharmos” no cotidiano das atividades escolares, desse modo, o autor define a cultura escolar

(...) como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (Julia, 2001, p. 10)

Dominique Julia (2001) enfatiza a ideia de que é preciso investigar a escola historicamente, com atenção tanto para suas normas quanto para suas práticas cotidianas em

relação às finalidades educativas de uma dada época articuladas a determinadas conjunturas religiosas, sociopolíticas e de socialização, mas sem esquecer que são os professores os principais sujeitos que enfrentam as contradições entre as prescrições institucionais e as práticas que ocorrem em sala de aula. Nesse sentido, diante das imposições de um currículo homogêneo pelo estado de São Paulo caberia investigar as práticas cotidianas de professores e alunos que filtram, traduzem ou modificam essas prescrições gerais e institucionais. O que me leva a propor um outro modo de olhar sobre esse currículo, levando em consideração o contexto local dos meus alunos na referida escola, com outras identidades e memórias.

Como um modo de aprofundar essa discussão acerca da “disciplina escolar” de História, o historiador André Chervel (1990) ajuda a compreender como a constituição de uma “disciplina” em termos de seus saberes ensináveis se dá “em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento, da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180). Perante a afirmação desse autor, a pesquisa que envolve a história da disciplina História pode auxiliar no entendimento da cultura escolar, pois é a unidade escolar o *locus* no qual suas finalidades reais, conteúdos, métodos e avaliações são efetivamente criados e recriados. Logo, são especificidades de uma escola que determinam uma disciplina e torna-a possível de ser ensinada e aprendida. Por isso, essa pesquisa também pretende redesenhar o currículo genérico e prescrito numa nova formulação de seus objetivos, conteúdos, métodos e avaliações.

Portanto, analisar o que está dentro dessa cultura e ambiente escolar, parece ser a chave para sua compreensão, suas relações interpessoais, arquitetura, suas festas, seus debates e discussões, as formas de transmissão do saber, o caráter da gestão escolar. Essas características ajudam a formar as individualidades e coletividades dos alunos no dia a dia, somados a suas múltiplas “identidades” pessoais e seus pertencimentos sociais e culturais.

Diante desses questionamentos que envolvem tantas variáveis, um dos maiores desafios da escola na implantação e releituras de sucessivos currículos e diálogos geracionais, é inserir a perspectiva da localidade de sua cultura na disciplina escolar de História. Porém, muitos desses jovens, inclusive os da periferia da cidade de Suzano, parecem cada vez mais normalizar características vinculadas a uma “globalização social, cultural e econômica” de hábitos e costumes no que se refere à homogeneização das identidades e diferenças em um desejo de se adequarem aos padrões de comportamento e consumo; de encurtamento de distâncias pela comunicação rápida e virtual; de um forte apelo à aceleração de mudanças e o que as “novidades” prometem e que refletem um mundo do trabalho competitivo, pelos quais são exigidos ou comparados para se tornarem partícipes da sociedade contemporânea.

Todavia, Bauman (2005) alerta que nas sociedades contemporâneas nossas identidades e vínculos locais são mais movediços e entrecruzados do que parecem e isso também favorece a capacidade dos sujeitos em tomarem decisões:

Tornemo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade (BAUMAN, 2005, p.17).

Pra Zygmunt Bauman (2005), de família judia, nasceu na Polônia e morreu na Inglaterra, discutiu as implicações de sua própria identidade e seus questionamentos acerca de seus múltiplos pertencimentos, ora judeu, ora polonês, país de onde foi expulso, ora britânico, país onde teve acolhimento como professor e intelectual, que também se sentia pertencente, gerando múltiplos pertencimentos entre si. Em sua visão de mundo, as identidades não fazem parte de uma neutralidade, porque indicam nossa maneira de enxergar e de nos posicionar perante a sociedade. São, também, conflituosas e instáveis pois são compostas de inúmeros paradoxos: aquilo que temos em comum e aquilo que nos diferencia; aquilo que é nosso reconhecimento pessoal e aquilo que é do outro; aquilo que é o nosso sentido de pertencimento num ambiente de rápidas e constantes mudanças; e a possibilidade de ações sociais por meio de nossas identidades coletivas.

2.1. A história da escola e os seus sujeitos no presente

Para escrever uma parte da História da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, localizada no município de Suzano, estado de São Paulo, é importante deixar claro que as fontes selecionadas e examinadas têm claros limites e muitas lacunas, pois são registros de jornalistas e memorialistas que escreveram a História da cidade e, conseqüentemente, da formação do bairro que leva o nome de “Raffo”, como também uma análise dos usos do blog da escola pela atual gestão escolar. Tais fontes evidenciam um traço comemorativo da memória institucional e do passado da cidade, ao invés de um olhar crítico da História, que foi o que procurei fazer relendo essas fontes à contrapelo na medida do possível.

Utilizei ainda o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2019) da escola, a qual foi elaborada através de uma pesquisa pela atual gestão, protocolada em Diário Oficial, e assinada por todos os professores e representantes da comunidade escolar. O intuito de utilizar esse PPP não foi somente o de traçar um “perfil da comunidade” da qual os alunos fazem parte, mas problematizar o contexto geográfico, econômico, cultural e religioso em que vivem, revelando seus múltiplos pertencimentos, os quais serão analisados em outro item, muito embora esse documento também tenda a ocultar suas contradições.

Primeiramente, ao investigar a História do patrono da escola, isto é, desse imigrante italiano que chegou ao Brasil como “Professor Doutor” Giovanni Battista Raffo, muitas questões ficam em aberto. Abaixo é possível ver a foto que foi postada no blog da escola e, provavelmente, retirada das imagens arquivadas pela municipalidade:



Figura 21 – Professor Doutor Giovanni Battista Raffo. Fonte: Disponível em: <http://gbrnarede.blogspot.com/p/atividades-desenvolvidas.html>. Acesso em: 08/02/2020

Segundo informações consultadas no PPP (2019, p. 08-09.) e no livro *Memórias de Suzano* (FIAMINI et al., 2009, p. 248-255.), Giovanni Battista Raffo nasceu na cidade de Chiavari, uma província de Gênova, na Itália, em janeiro de 1883. Ainda jovem, Giovanni formou-se em Letras em Milão e Bacharel em Agronomia. Em 1908, ingressou no magistério, lecionando no Ginásio Pareggiato, em Chiavari, até 1910. De 1911 a 1914 lecionou no Curso Colegial do Ginásio De Castel Nuovo Serivia, Alessandria/Itália, do qual foi posteriormente diretor, tendo feito durante esse período o curso de aperfeiçoamento de línguas na cidade de Kolm (Alemanha). Em 1914 foi designado pelo governador italiano a ser diretor da Escola Regina Margherita, em Calau, no Peru, ali permanecendo até 1917, data em que foi transferido para o Brasil a fim de participar da fundação do Colégio Ítalo-brasileiro, Dante Alighieri, em São Paulo, do qual foi professor de História Universal e Merceologia: “Meu avô lecionou para os netos do conde Francisco e André Matarazzo. Ele até ganhou um carro de presente desta tradicional família paulistana. (...)”, contou o neto João Raffo.

Essa entrevista coletada pelos memorialistas o identifica com um poderoso perfil econômico claramente associado aos pais e alunos do colégio Dante Alighieri. A trajetória de vida pessoal e profissional de Giovanni Battista Raffo foi marcada por sua alta formação acadêmica, que possibilitou inicialmente atuar na área da educação como professor e diretor de colégios na Itália, o que lhe conferiu características para justificar tanto a importância da sua

família, que viria fundar seus negócios de vinicultura em Suzano com o seu afã “modernizante” no início do período republicano, conforme visto no primeiro item do capítulo anterior, mas também para reiterar que o seu nome foi “bem” escolhido para uma escola da cidade no presente.

Portanto, temos aqui um “encontro apaziguador de memórias”, interligando os memorialistas da cidade que tratam do “passado” da cidade, rumando naquele período para o seu desenvolvimento no futuro, como um “documento-monumento” produzido pela instituição escolar em sua gestão atual, a qual pretendia reiterar esse passado em continuidade com o presente ao legitimá-lo como “patrono” da escola.

Segundo relatos dos memorialistas, Giovanni seguiu a tradição de seus pais e quis também dedicar-se no Brasil à vinicultura e escolheu a cidade de Suzano para isso, a qual se chamava São Sebastião do Guaió, para a realização dos seus ideais. Em 1929, quando tinha 46 anos comprou terras no bairro Goiabeiras e num terreno de 13 mil metros quadrados fundou a “Viti Vinícula Irmãos Raffo Ltda.”, uma fábrica de vinhos que tinha 3,2 mil funcionários e produzia 62 tipos de produtos. Os funcionários da fábrica começaram a construir suas casas na região e assim surgiu o bairro denominado “Raffo”, onde também se localiza a nossa escola.

Desse modo, a memória de “modernização da cidade” do passado vai se tornando algo “natural” na paisagem do bairro, mas, contraditoriamente esquecida e desvinculada de sua História, principalmente para os meus alunos. Não fosse o meu objetivo de estabelecer esses vínculos entre a História e a memória da cidade, talvez a fotografia abaixo não interessasse a ninguém:



Figura 22 - Antiga fábrica de vinhos Irmãos Raffo. Foto registrada em: 17/05/2020. Foto registrada em: 10/12/2019. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

A fotografia é da antiga fábrica de vinhos “Irmãos Raffo”, que atualmente encontra-se disponível para aluguel, o que significa esquecida, inclusive, como um imóvel que poderia ser patrimonializado ou ao menos utilizado como um “documento-monumento” a ser “explorado” sobre a História da cidade e do bairro. Sem me deter na análise da fotografia do imóvel como uma representação documental, já que ela foi feita por minha curiosidade e necessidade de pesquisa, poderia, no entanto, arriscar um breve comentário sobre o objeto retratado.

O que se vê é um “galpão” - o qual provavelmente foi apropriado recentemente para outras funções tendo em vista que sua pintura parece recente, embora mantenha as características construtivas da época em que funcionava como uma fábrica de vinhos - o estado de abandono pode ser constatado por tijolos que impedem a entrada de “curiosos”, pois é um “imóvel particular”, enquanto os detritos no chão na frente da edificação evidenciam a pouca limpeza e circulação de veículos, cujas “memórias” de seu estacionamento também estão se apagando.

Já a Capela de Nossa Senhora Aparecida encontra-se “abandonada”, construída por Giovanni Battista Raffo no mesmo terreno da fábrica em 1962 e de frente para a escola na qual, segundo o diretor da unidade escolar, desde aproximadamente o ano de 2010 não são mais realizadas missas dominicais. Ainda segundo o diretor, os “herdeiros” da família Raffo são predominantemente de pertencimento religioso evangélico, o que em parte, explica o desinteresse em abrir a capela para visitas e missas, com isso, entende-se que somente com a mobilização da comunidade católica poderia ocorrer a reabertura de suas funções, algo que aparentemente seja difícil de ocorrer, pois a capela, assim como a escola, estão geograficamente cercadas pelas fábricas e distantes das comunidades de moradores. Essa capela exala um silêncio sepulcral, sem significado e interligação históricas para meus alunos ou para a comunidade do bairro, a não ser como mais uma “igreja da cidade”, eu mesmo só descobri sua História a partir do momento da leitura do PPP de 2019.



Figura 23 - Capela de Nossa Senhora Aparecida. Foto registrada em: 08/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Diante desse silêncio material no presente e do esquecimento imaterial do passado, essas edificações contrastam com as memórias sobre a família Raffo, sendo bastante loquazes sobre seus feitos, qualidades e privilégios de classe. Nelas podemos saber que o “patrono” foi diretor de várias instituições de ensino e que acumulando capital intelectual e material suficientes, juntamente com seu irmão, investiu em sua fábrica no ramo de vinhos em Suzano. Em contraste, essas memórias em nada se silenciam sobre o evidente fato de que Giovanni Raffo teve uma trajetória bem diferente da grande maioria daqueles seus conterrâneos (imigrantes italianos) que chegaram anos antes ao Brasil para trabalhar em lavouras de café e sofriam maus tratos de fazendeiros, pois “a pobreza dessa gente se revela, entre outros dados, pelo fato de que os subsídios oferecidos pelo governo paulista representaram uma forte atração” (FAUSTO, 2006, p. 279), e muitos desses italianos foram tratados como escravos, participaram de greves, movimentos anarquistas, bem diferente de Giovanni que estava alinhado à elite política econômica de Suzano. Com isso, o que poderia ser visto como fruto das desigualdades sociais e das diversidades migratórias na História de nosso país, da cidade e do bairro é transformado em “benevolência apaziguadora”:

O imigrante italiano também doou um terreno, ao lado da igreja, para a construção de uma escola, onde foi erguido o Grupo Escolar Bairro da Goiabeira. Giovanni faleceu em 1967. Quatro anos depois, um projeto de lei estadual alterou o nome da escola, que passou a se chamar Professor Doutor Giovanni Battista Raffo. (FIAMINI et al., 2009, p. 250)

As informações ou a suposta “pesquisa” contidas no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2019, p. 07) deve ser analisada com cautela e criticidade, pois revela dados importantes do perfil da escola, que em nada alteram a glorificação da família e de seus rebentos em uma “continuidade temporal dadivosa”, no mencionado PPP, “em 1969, o então Prefeito Paulo Portela, construiu quatro salas de aula, dois banheiros e uma sala para professores, no terreno doado pelo Sr. Cesare Raffo, filho do Patrono da Escola”. Novamente, o PPP (2019) da escola reitera o que foi dito nas memórias enaltecidas de “vocação progressista” da cidade, sem questionar a forma e o conteúdo de sua enunciação, pois foram baseadas nesses relatos, mesmo que ignorem as fontes de suas construções de longa duração.

Desse modo, a relação entre o passado progressista da cidade, advinda desde o início do período republicano e a renomeação da escola com uma escolha política desse patrono na época da ditadura civil-militar no Brasil perdeu qualquer vínculo ou significado histórico, encobrendo muitas memórias, sujeitos e identidades. Quem construiu, lecionou e estudou na escola, quem trabalhou para asfaltar as ruas do bairro?

É importante acompanhar o processo de renomeação da escola no qual se sobrepõem diversas camadas temporais que retroalimentam a memória do poder na cidade e no país: a reiteração dessa memória do “progresso da cidade” advinda do início do período republicano (1920), dos governos populistas aparentemente “democráticos” dos anos 1940-1950 e do autoritarismo da ditadura civil-militar no Brasil dos anos 1970.

Iniciando-se por Adhemar de Barros, governador do estado de São Paulo, por meio do decreto nº 17698/1947³⁴ que atribuiu inicialmente o nome da instituição como “Grupo Escolar do Bairro da Goiabeira”. Com o falecimento de Giovanni Raffo em 1967, houve uma mobilização por parte da diretora escolar na época que segundo informações do blog da escola: “Viviane entrou em contato com o deputado estadual Salvador Julianelli que, juntamente com a biografia do professor doutor Giovanni, entrou com um projeto de lei na Assembleia

³⁴ DECRETO N. 17.698, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1947. Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947.

LEI DE 5 DE OUTUBRO DE 1971 Dá a denominação de "Prof. Dr. Giovanni Battista Raffo" ao Grupo Escolar do Bairro de Goiabeira, em Suzano.

Legislativa de São Paulo”³⁵. O deputado Salvador Julianelli, “Em novembro de 1966 elegeu-se deputado estadual, assumindo o mandato em fevereiro de 1967. Reelegeu-se em novembro de 1970 e presidiu o diretório regional da Arena de 1971 a 1972³⁶”. A Lei de 5 de outubro de 1971 que deu o nome de “Prof. Dr. Giovanni Battista Raffo” à escola, foi aprovada pelo governador de São Paulo, Laudo Natel, o mesmo que compareceu no descerramento do monumento ao cinquentenário da imigração japonesa em Suzano, conforme visto no capítulo anterior, porém, agora, autorizando a nomeação de uma escola vinculada a um imigrante italiano, conectando as elites que trouxeram o “progresso” para Suzano no passado com o desenvolvimento econômico desejado pela ditadura civil-militar para o Brasil da época.

Entretanto, essa relação não pode ser vista como uma forma mecânica de “conexão temporal” entre processos históricos distintos e que teria sido “maquiavelicamente” colocada em funcionamento, mas um movimento da memória “mais sutil” que perdura e se transforma em decisões políticas e institucionais daqueles que comandaram o poder local, regional e nacional em diferentes momentos históricos.

Ainda assim, tal “sutileza da memória” deve ser vista com cautela, pois pode gerar um paradoxo existencial sobre a hegemonia de um tipo de memória sobre outra, ou seja, tanto para as memórias que teimaram em sobreviver e que não fizeram parte de um “conluio no tempo entre classes poderosas” a ponto de anular toda a História e a memória de alunos, professores, trabalhadores, migrantes e imigrantes que construíram a cidade de Suzano, quanto daquela que prevaleceu, pois para ser eficaz deveria ter tal poder de “amnésia” que colocaria em xeque o seu próprio lugar de poder em relação a que foi “suprimida”, apagando o seu próprio “rastro” como justificativa.

Neste sentido, Paul Ricoeur (2010) colabora ao distinguir três “tipos de esquecimentos”: por “apagamento dos rastros” – de uma deficiência orgânica (cortical) ou da aniquilação de arquivos; por “persistência dos rastros” – da dialética própria da memória entre o lembrar e o esquecer; e por “recordação em seus usos e abusos” – de deliberação de grupos no poder institucional a fim de impedir, manipular e/ou tornar perdoável eventos sociais traumáticos e trágicos.

Como no caso de nosso objeto de estudo não se trata de uma impossível “deficiência neurológica coletiva” ou de “queima de arquivos”, visto que esse esquecimento foi construído em camadas de longa duração, parece-nos que o mais adequado é ver nesse tipo de

³⁵ Disponível em: <http://gbrnarede.blogspot.com/p/atividades-desenvolvidas.html>. Acessado em: 03/06/2020.

³⁶ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julianelli-salvador>. Acessado em: 03/06/2020.

esquecimento na História da cidade de Suzano tanto um “apagamento e persistência dos rastros” quanto uma “recordação em seus usos e abusos”.

Ou seja, houve a persistência de determinadas fontes que fizeram prevalecer as memórias da elite suzanense desde o início do período republicano em seu discurso de “progresso” e “modernidade” associados aos imigrantes europeus e/ou brancos quanto um apagamento de outras memórias da população, trabalhadora, migrante, negra e pobre. Por sua vez, houve uma intenção deliberada durante o período da ditadura civil-militar não só de “impedir” que essas outras memórias viessem à tona, mas sobretudo de “manipular” o passado fazendo uma relação direta e contínua entre o daqueles imigrantes europeus e/ou brancos bem sucedidos, como os da “família Raffo” do início do século XX. Os imigrantes japoneses teriam dado continuidade a essa “vocação moderna” da cidade com base numa imagem positiva dos japoneses no pós-Segunda Guerra Mundial sobre sua capacidade de “trabalho”, “disciplina” e “organiza o” que se associava ao ideário econômico e político dos governos militares dos anos 1970.



Figura 24 - Fachada da escola. Foto registrada em: 08/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

A imagem acima, da atual fachada da escola apresenta um muro que identifica o seu nome em azul, quase como um grafite, sob um fundo amarelo de pintura já desgastada pelo

tempo. No sopé cresce uma vegetação rasteira devido a infiltração da água no solo por causa das chuvas sazonais. Essa foto contrasta com as leituras eloquentes dos memorialistas e do PPP de 2019 sobre a História do patrono, da escola e do bairro onde se localiza, o que retira qualquer força discursiva de que a escola teria uma “memória grandiosa” ao ter um patrono tão “renomado” para cidade.

Não é incomum que as escolas públicas estaduais tenham dados sobre sua História que acabam “enfeitando” as paredes de seu *hall* de entrada (a foto do patrono da escola ou datas comemorativas), e estejam presentes na documentação oficial (como no PPP de 2019 ou em trabalhos escolares), mas é frequente que sua arquitetura escolar não reflita mais nenhuma relação entre o presente e o passado de sua localização, materialidade, professores, alunos, direção e funcionários que trabalharam e passaram ali por décadas e, sobretudo, de um apagamento de suas normas e práticas ao longo do tempo. Por isso, é sempre um desafio partir dessa documentação que tende mais a reviver um “passado glorioso” que não se conecta com sua infraestrutura atual, tampouco com a vida de professores e alunos, com suas memórias e identidades diversas.

2.2 A memória de uma escola sem passado

Essa introdução crítica da memória sobre aspectos biográficos do patrono da escola e, em certa medida, de sua localização temporal, parte dos limites da documentação dos memorialistas, do Projeto Político Pedagógico (2019) e do blog da escola, poderia ser ampliada para outras fontes e discursos, o que não nos foi possível consultar. No entanto, pretendi mesmo que brevemente, estabelecer uma relação entre o seu passado e o seu presente para que pudesse ressignificar a compreensão sobre seus esquecimentos e múltiplos pertencimentos que se materializam nos muros escolares, além de seus materiais e memórias.

Entendendo que uma cultura escolar vai além das suas características mais visíveis no presente, o Projeto Político Pedagógico (2019) da escola nos fornece pistas quando “descreve” suas dependências, equipamentos e materiais, os quais são fundamentais para compreender o que o ambiente escolar lembra ou esquece sobre o seu passado e como isso reverbera em ações concretas no presente, pois está mais ocupada em prestar contas sobre sua funcionalidade pública. Nesse sentido, essa “descrição” já é uma memória de como ela deve ser vista pela comunidade e, no limite, uma “representação do passado”, ainda que aderindo mais a aspectos da atualidade.

Portanto, de acordo com o seu PPP (2019), a instituição possui como recursos físicos: salas de aula próprias (09), sala de leitura (01), quadra de esportes coberta (01), pátio coberto (02), sala de professores (01), sala de coordenação (01), sala da direção e vice (01), secretaria (01), cozinha (01), sala do Acesso Escolar (01) e zeladoria (01). Na tabela abaixo aparecem todos os equipamentos e materiais pedagógicos disponibilizados:

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS
(Disponibilizados para as atividades na Unidade Escolar)

QUANT.	MATERIAIS	QUANT.	MATERIAIS
01	TV Colorida de 29"	01	Mapoteca
02	Retroprojektor	05	Coleção de Jogos Pedagógicos/ Lazer
02	Telas pantográficas	01	Projektor de Slides
03	Computadores administrativos		Bolas diversas para Ed. Física
01	Gerador de Eletricidade	01	Videoteca "Coleção"
01	Rádio com CD	01	Jogo de reprodução de obras de arte
01	Mesa de Áudio	02	Máquina Fotográfica
01	Microscópio	01	Episcópio
02	DVD	01	Amplificador
01	Planetário	01	Guilhotina
14	Computadores – Acesso Escola	01	Computador na sala de Leitura
00	Computadores Sala da Coord.	01	Kit de Inform. Sala dos Professores
01	Impressoras a laser	02	Impressora Multifuncional
Sem registro	Materiais para Ed. Física	03	Notebook

Tabela 1 – Equipamentos e materiais pedagógicos. Fonte: PPP, 2019, p. 46.

Dessa forma, ao acessar o interior da escola pela sua “descrição” – ou seja, sua auto representação objetivada, escriturária e institucionalizada – do PPP (2019) sobre seus lugares e recursos materiais, percebe-se que, embora pequena se comparada à outras escolas estaduais, é bem distribuída em suas funções espaciais e possui equipamentos que atendem aos diversos níveis de ensino (fundamental II, médio e EJA) e disciplinas escolares (CHERVEL, 1990). No entanto, esse tipo de documentação pouco lista aquilo que faz falta, suas perdas e ganhos, silêncios e vozes, sobretudo, como são (sub)utilizados seus lugares, recursos e equipamentos “postos em ação” pelos sujeitos de modo mais pragmático, em seu dia a dia. São nesses “ocos” espaço-temporais que podem residir uma “arqueologia da escola”, de acordo com Frago e Escolano (2007), ou a sua “caixa preta” (JULIA, 2001).



Figura 25 - Pátio interno da escola. Foto registrada em: 08/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

A fotografia acima é do pátio localizado no interior da unidade escolar e parece ser um primeiro indício para interpretarmos suas normas e práticas. Ao fundo da fotografia tem-se um portão verde que é a entrada da escola. A secretaria e a direção escolar ficam bem próximas desse portão, à sua esquerda, possibilitando ao gestor escolar uma visão ampla de todos os que entram e saem, escutando qualquer ruído ou ação que chame atenção, pois a arquitetura escolar beneficia o “olhar e o escutar do diretor” sobre as salas de aulas, de leitura, do acesso (informática) e da coordenação pedagógica. Todas elas têm uma relativa proximidade com a do diretor, “facilitando” o controle da “disciplinarização”, tanto dos alunos quanto do trabalho dos professores: “dentro dessa localização visual – próxima à porta de entrada e saída, mas não ao lado – adotam-se soluções que realçam, entre as demais funções da direção, as funções de controle e vigilância” (ESCOLANO e FRAGO, 2001, p. 115). Porém, tal vigilância propiciada pela sua arquitetura tem múltiplos pontos “cegos” e “surdos” e nem sempre possibilitam identificar se as “indisciplinas” ou “desregramentos” partem de alunos, professores, funcionários ou dos burburinhos das ruas na entrada ou saída das aulas.

Como o leitor já deve ter percebido, optei por registrar a escola (fachada, entrada e espaços internos) sem a presença dos meus sujeitos de pesquisa, a fim de melhor visualizar sua

arquitetura e garantir o anonimato dos que nela trabalham. Todavia, essa “ausência de movimentação” tem por objetivo também chamar atenção para “outras presenças”, que nem sempre podem ser representadas pela documentação escrita ou iconográfica, mas se “deixam mostrar” pelo não verbal da imagem em uma “materialidade de ações possíveis” e talvez mais próximas da realidade do que se fossem “flagradas” em tempo real.

A fotografia abaixo é da sala de leitura, local onde os alunos podem ter acesso a um momento diferenciado de contato com os livros, gerando reflexões, discussão de ideias em que podem sair da “tradicional sala de aula”. Entretanto, não deixa de ser inquietante de que o espaço interno é pequeno, e o é para ser mais “aconchegante”, mas trancafiado por fora (o gradeamento da porta é o limite que separa o “rigor” externo e a “descontração” interna), além de ser abarrotado de livros e objetos que se mesclam ambientes de uma sala de TV; sala de estar e uma biblioteca com ares infanto-juvenis.

Dessa forma, a sala em sua “materialidade (res)guardada” é um espaço de “exceção” para o qual deve fugir as normas de uma “tradicional sala de aula”, mas dentro daquilo que a instituição entende como uma “liberdade escolarizada”. Por isso, não é raro que alunos e professores façam outro uso desse espaço e até de modo bastante normativo ao desconfiar de sua “excepcionalidade”.



Figura 26 - Sala de leitura. Foto registrada em: 08/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

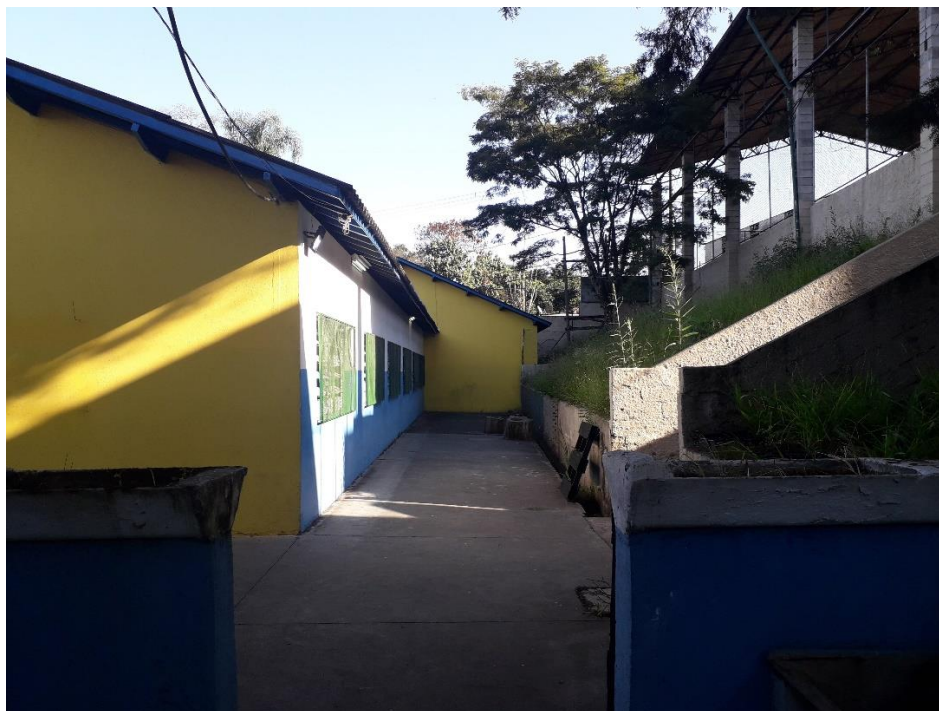


Figura 27 - Salas de aulas à esquerda e escada e quadra coberta à direita. Foto registrada em: 08/05/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Acima, uma fotografia que identifica o espaço de transição entre as salas de aulas e o ambiente externo da escola. Os alunos, para terem acesso tanto à quadra quanto ao refeitório, devem subir essa escada, com isso, a escola não possui um sistema de inclusão. São nesses “detalhes” que podemos perceber que a escola centra suas atividades dentro de sala de aula, e de que outros espaços, como a entrada e saída de alunos, constantemente vigiada, tem-se a sala de leitura como um espaço de “exceção”, ou mesmo o refeitório ou a quadra de esportes localizados em um outro patamar do terreno, dificultando o acesso de todos, ficam relegados a um segundo plano, o que também indicia que seus materiais e recursos que poderiam ser utilizados nesses ou em outros espaços da escola não são aproveitados com frequência. Por isso, ao tornar a sala de aula como o referente central para as atividades educativas no espaço escolar fica evidente que os conflitos entre alunos e docentes são desencadeados regularmente.

Uma análise do PPP (2019) ajuda a compreender o discurso inserido nele sobre um diagnóstico da “realidade socioeconômica dos nossos alunos” (PPP, 2019), tende a responsabilizá-los como o principal vetor de conflitos e contradições internos (entre elas a subutilização dos espaços) que não são assumidos pela cultura escolar, mas devido à “vulnerabilidade social” dos alunos, e que, por isso, se faz necessário a presença de um “professor mediador comunitário”.

Dessa forma, a “vulnerabilidade social” se torna o fator explicativo que tende a ocultar os conflitos internos que são de responsabilidade da própria unidade escolar, mas também o de exacerbar os conflitos sociais externos e que estão muito além do seu alcance. Tal impasse seria supostamente “resolvido” institucionalmente na figura desse “mediador escolar comunitário” que teria por função novamente de colocar o aluno no centro do dispositivo (in)disciplinar, isso é, como se ele devesse se responsabilizar tanto pelos conflitos internos da instituição quanto pelas “mazelas” trazidas de seu “meio social”:

(...) o Professor Mediador Escolar Comunitário é um facilitador para aproximar os membros da comunidade para a escola, por meio do diálogo, intercedendo nos conflitos gerados dentro da escola, ajudando os alunos a resolverem as situações conflituosas, mediando os próprios conflitos. Supervisionado pela direção da escola e pelas ações desenvolvidas na unidade escolar a Diretoria de Ensino de Suzano (PPP, 2019, p. 35).

O PPP (2019) transforma, dessa maneira, a figura do “professor mediador comunitário” como “necessidade”, o que revela menos as fragilidades em que se encontram as famílias dos alunos e mais uma “solução provisória” para seus problemas internos, a começar pelo grande número de alunos, turnos e níveis de ensino que estão alocados em um espaço pequeno onde fica quase impossível fazer uma distribuição e nova apropriação de suas funções educativas. Ou seja, o discurso do PPP (2019) obriga seus gestores e docentes a assumirem a posição da Secretaria da Educação do estado de São Paulo e sua ineficiência em oferecer uma educação de qualidade por meio de programas como esse que são um arremedo na falta de mais escolas, e mal distribuídas de acordo com um público específico.

A Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo possui 811 alunos, sendo 417 do Ensino Fundamental - anos finais, 330 do Ensino Médio e 64 da Educação de Jovens e adultos, que estão distribuídos em três períodos:

Curso	Série/Ano	Horários de Atendimento	Ato de autorização/criação (DOE)
Ensino Fundamental Ciclo I	-	-	-
Ensino Fundamental Ciclo II	6º ano, 7º ano, 8º ano	Das 13h00 às 18h20	Resol. SE 98/2008
Ensino Fundamental Ciclo II	8º ano e 9ºano	Das 07h00 às 12h20	Resol. SE 98/2008
Ensino Médio	1ª série, 2ª série	Das 07h00 às 12h20	Resol. SE 10/98 – Resol. SE 7/98 e Resol. SE 01/2010
Ensino Médio	1ª série, 2ª série e 3ª série	Das 19h00 às 23h00	Resol. SE 10/98 – Resol. SE 7/98 e Resol. SE 01/2010
Ensino Fundamental EJA	-	-	-
Ensino Médio EJA	1ª, 2ª e 3ª	Das 19h00 às 23h00	DOE 21/02/18

Tabela 2 – Distribuição dos alunos por períodos. Fonte: PPP, 2019, p. 06.

É notório que essa ocupação do espaço escolar por diferentes níveis de ensino em turnos concomitantes, mas em funcionamento tresp dobrado, leva em consideração apenas a faixa etária dos alunos, isto é, os alunos menores ficam separados no turno vespertino (ensino fundamental II) dos alunos maiores, no turno matutino (parte final do ensino fundamental e médio) e que, por sua vez, estão separados dos alunos adultos do noturno (ensino médio e EJA). Embora tal separação seja compreensível, isso dificulta que a escola adquira uma identidade para atender e adequar em seus espaços, materiais e sua equipe pedagógica para os alunos com determinadas necessidades de aprendizagem, gerando não apenas várias “subculturas escolares”, como conflitos específicos e inadequações de suas alocações.

Um aluno adulto dificilmente conseguiria se identificar com a sala de leitura com ares infanto-juvenis, bem como ao controle ostensivo na entrada e saída das aulas, mas, talvez, essa distribuição irregular dos espaços favoreça mais a sua liberdade.

De todo modo, o atendimento a esse público “ecclético” se relaciona com a sua localização geográfica, ou seja, ao “cinturão de fábricas e empresas” em seu entorno:

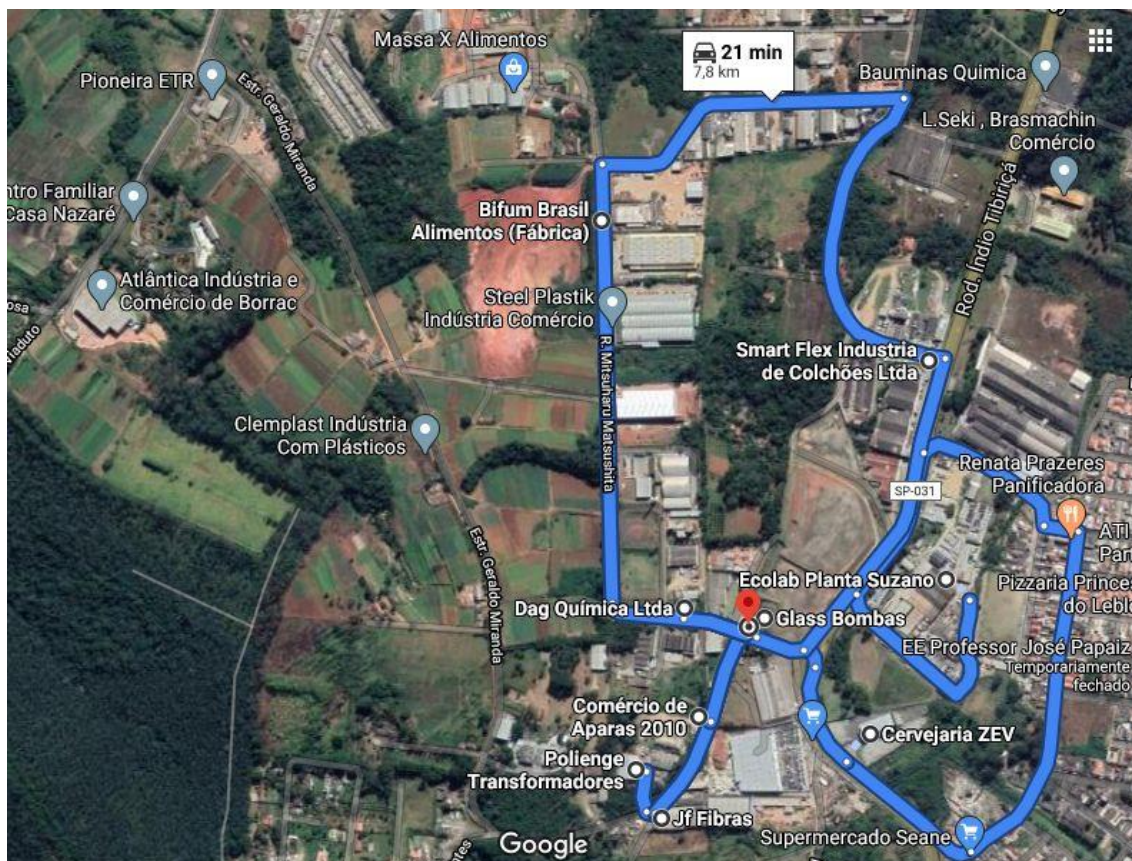


Figura 28 – Vista via satélite das “indústrias” próximas à Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo. Acesso em: 12/05/2020. Fonte: Google Maps.

No que se refere a localização, a Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo se encontra geograficamente “cercada” por fábricas e empresas de diversos ramos de atividade, tais como: DAG Química, especialista em análises químico-físico e microbiológicas³⁷; Glass bombas³⁸; Polienge transformadores³⁹; Comércio Aparas 2010⁴⁰; JF Fibras⁴¹; ECOLAB Química⁴²; Cervejaria ZEV⁴³; Bifum Brasil⁴⁴; Smart Flex Indústria de colchões⁴⁵; e também a antiga e desativada fábrica de “Viti Vinícola Irmãos Raffo Ltda.”, que atualmente é apenas um prédio com placa de “Aluga-se”. No mapa acima a escola aparece localizada no ponto vermelho, bem próxima a indústria Glass Bombas.

De acordo com o PPP (2019):

³⁷ Disponível em: <http://www.dagquimica.com.br/historia.html>. Acessado em: 15/06/2020.

³⁸ Disponível em: <http://www.glassbombas.com.br/>. Acessado em: 15/06/2020.

³⁹ Disponível em: <https://www.polienge.com.br/>. Acessado em: 15/06/2020.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.aparas2010.com.br/>. Acessado em: 15/06/2020.

⁴¹ Disponível em: <https://www.jffibras.com.br/>. Acessado em: 15/06/2020.

⁴² Disponível em: <https://www.ecolab.com/nalco-water/locations/nalco-suzano-brazil>. Acessado em: 15/06/2020.

⁴³ Disponível em: <https://cervejariazev.com.br/a-cervejaria/>. Acessado em: 15/06/2020.

⁴⁴ Disponível em: <https://bifum.com.br/>. Acessado em: 15/06/2020.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.englisher.com.br/mundo.php>. Acessado em: 15/06/2020.

(...) a escola localiza-se na Rodovia Índio Tibiriçá e está inserida em um bairro industrial sem comunidade no entorno e por isso 95% dos alunos dependem de transporte escolar. Os alunos são oriundos de vários bairros como: Jardim Nova América, Jardim do Bosque, Parque Umuarama, Parque Taba Marajoara, Jardim Leblon, Parque Samambaia, Vila Helena, Estância Paulista, Parque Alvorada, Jardim Pompeia, Chácara Ceres (PPP, 2019, p. 04.).

Os alunos que compõem essa comunidade escolar residem em localizações bem diversas, moram em bairros considerados periféricos e com poucos ou nenhum recurso cultural, como bibliotecas, centros culturais, seja da prefeitura de Suzano ou do estado de São Paulo. A escola se torna um polo de “atração cultural” da região e a única forma de entrarem em contato com o conhecimento formal da sociedade, porém, muitos são os limites verificados, não só pela inadequação de seus espaços - múltiplos turnos e alunos de diversas faixas etárias - tornando a instituição escolar um “espaço de socialização”, ao invés de um local de ensino-aprendizagem.

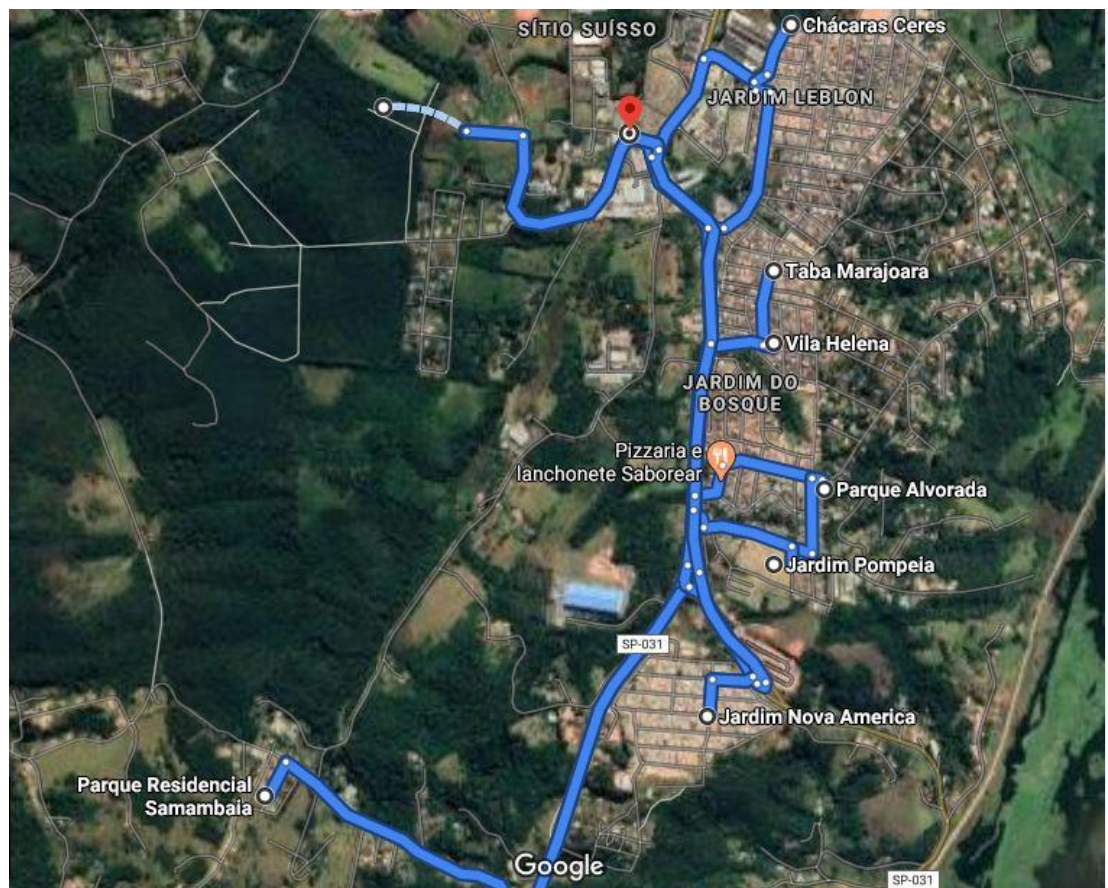


Figura 29 - Vista via satélite do mapa dos bairros próximos à Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo. Acesso em: 12/05/2020. Fonte: Google Maps.

As “indústrias” representam um ponto forte na região, sendo em sua maioria empregadora de muitas famílias. Contudo, a localização geográfica da escola é distante dos bairros residenciais, praticamente não há comunidade no entorno da escola.

Os alunos matriculados na Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo residem longe da instituição, alguns com distancias superiores à de 6 km, sendo necessário o uso de transporte escolar. Os alunos do período noturno são os que mais “sofrem” com as constantes “ameaças” da diminuição da frota de ônibus, ou até mesmo o cancelamento de alguns itinerários, causando apreensão e insegurança, pois a grande maioria deles possuem poucos recursos financeiros

Em 2019, a tentativa da Diretoria Regional de Ensino de Suzano de reduzir custos e retirar o transporte escolar provocou a mobilização dos vereadores da cidade, os quais pressionaram o órgão que representa a Secretaria de Educação de São Paulo. No dia 26 de junho de 2019, “a Comissão de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana da Câmara de Suzano questionou, em reunião realizada, (...) a retirada de transporte escolar para estudantes da rede estadual com idade a partir de 12 anos ao diretor regional de ensino, Wilson Carlos Ribeiro⁴⁶”. No cotidiano escolar, no que se refere a essa pesquisa, percebe-se que os alunos mais atingidos seriam os estudantes do ensino fundamental II e ensino médio, pois eles são maiores de 12 anos de idade. O “conflito” foi resolvido confirmando a permanência do transporte escolar.

O que se conclui é que, embora cercado de um polo industrial com inúmeras possibilidades de partir da realidade presente dos seus estudantes e docentes, relacionando-os a múltiplos vieses sobre o seu “patrimônio industrial” do passado - de modo não só a compreender a realidade em que vivem, mas de perceber a construção da região, do bairro e da escola - o PPP (2019) da escola, assim como os memorialistas da cidade, não possibilitam nenhuma releitura do passado no presente, nem por meio da memória mais institucional.

É como se a escola tivesse uma memória que não se conecta a nenhum passado. E como se a História da escola não se relacionasse ao presente. Dessa forma, tanto a História da escola e de seu “patrono” se tornam uma efeméride congelada num passado longínquo, quanto a sua memória se restringe aos aspectos sociológicos, geográficos e econômicos atuais, mas sem nenhum significado para compreender suas relações com o passado e, sobretudo, com os docentes e discentes dessa cultura escolar.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/em-reuniao-comissao-de-transporte-da-camara-de-suzano-questiona-diretoria-de-ensino-sobre-retirada-de-transporte-escolar/>. Acessado em: 01/06/2020.

2.3 As razões do esquecimento

Pensar sobre o esquecimento remete a uma discussão de que a memória não é apenas lembrança e está em constante reconfiguração no presente por meio da recordação e ficando à mercê das atualizações do que grupos dominantes impõem para a sociedade, ao passo que ao se selecionar “lugares de memória” também ocorre o apagamento ou mesmo a marginalização de outros grupos sociais. A partir dessa reflexão:

Apagar também têm a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido. Aqui o convite ou a coerção ao esquecimento têm a ver com ortodoxias, com a tentativa de coagir todo o pensamento possível dentro de uma imagem enrijecida e paranoica do mundo (ROSSI, 2010, p.32.).

Tal citação faz parte do pensamento de Paolo Rossi, filósofo francês que contribuiu para pensar a realidade histórica do esquecimento na contemporaneidade cujo descuido e exclusão com a população mais “vulnerável economicamente”, no caso, em Suzano, é apenas reiterada ao analisar o PPP de 2019 da escola e de seus memorialistas. Alunos que moram em regiões sem equipamentos culturais, em uma cidade que privilegia culturalmente o centro urbano e que pouco ou nada sabem e se reconhecem na própria realidade industrial em que vivem, dificilmente teriam condições de reler monumentos e homenagens feitas à cultura japonesa, completamente exógenas à sua realidade urbana, industrial e periférica no presente. Esses alunos que tiveram e têm seus pais e avós como trabalhadores dessas fábricas e indústrias no presente, bem como foram funcionários da fábrica de vinhos Irmãos Raffo no passado, entre muitas outras, mal conseguem se reconhecer como partícipes de uma memória e de uma História local e regional que, inclusive, não têm menor respaldo do poder público em políticas patrimoniais. O que reverbera no modo como muitas cidades da grande São Paulo são esquecidas em seu potencial educativo, patrimonial, artístico e arquitetônico em detrimento de outras. Isso esfacela ou ao menos fragiliza o aparecimento de outras histórias, memórias e identidades culturais que construíram a cidade de Suzano:

Tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica. Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. (RICOEUR, 2018, p. 455)

Pois ao mesmo tempo que se construíram as fábricas, tiveram a necessidade de mão de obra, desde a construção das fábricas até o seu funcionamento. Esses sujeitos são muitas vezes vistos pelos memorialistas como “nordestinos”, “destruidores” daquela Suzano interiorana, tranquila: “A maioria da população seria então de retirantes das zonas rurais de todo o país, mormente do Nordeste e marcadamente de nível socioeconômico entre pobre e miserável. A perspectiva era de Suzano se tornar um típico subúrbio.” (AZEVEDO, 1994, p. 12) A partir dessas implicações,

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa existência pessoal às gerações passadas – é dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do milênio. Por esse motivo, porém, eles têm que ser mais do que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (HOBBSAWM, 2012, p. 13)

Como afirma Eric Hobsbawm, é tarefa do historiador “lembrar” não no sentido do memorialista ou cronista, mas sim de um modo que seja vinculado à historiografia, conceitos, metodologias, modos esses de investigar a História. É necessário que os alunos compreendam os mecanismos que constroem essas múltiplas memórias, de como as famílias de trabalhadores desses alunos foram e são importantes na tarefa de construir a cidade muito além da “ideologia do progresso” de Suzano.

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. (RICOEUR, 2018, p. 455)

Paul Ricoeur auxilia-nos a pensar acerca dessa narrativa oficial promovida pelo poder público, os “esquecimentos” identitários ocorrem a cada atualização da memória hegemônica, a cada símbolo inserido no município, que é imposta pelo poder constituinte e as elites econômicas que se silenciam diante da produção de suas narrativas, pois parecem se beneficiar dessa memória que se traduz em comemorações e é institucionalizada. O quanto essas memórias hegemônicas encobriram os múltiplos pertencimentos dos alunos, pais e responsáveis da comunidade escolar?

2.4. Os múltiplos pertencimentos e os seus esquecimentos

Nessa parte da pesquisa o intuito é refletir acerca dos múltiplos pertencimentos dos alunos e de suas famílias que compõem o cotidiano da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, com isso, não se pode deixar de mencionar que: “a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2017, p. 72). É a partir dessa relação entre memória individual com a memória coletiva que se constrói os múltiplos pertencimentos. Mesmo havendo essa construção:

A ideologia individualista da cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação da pessoa humana como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humano e ignora tudo o que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem estar. (...) Diz-se então que os humanos perderam a capacidade de pertencimento. (SÁ, 2005, p.247)

O trecho acima é fundamental para entender a sociedade capitalista moderna e em decorrência dessa análise, a realidade do município de Suzano, porque tem interferido na formação dos alunos no que se refere ao individualismo, competitividade e invadindo os seus modos de vida.

Com isso, a visão dos memorialistas, que são escritores e responsáveis pela construção da memória do município de Suzano, têm somado a uma perspectiva de teor preconceituosa em relação aos moradores de regiões consideradas periféricas, que no caso dessa pesquisa, são os alunos que residem em vários bairros e vilas distantes da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, sendo assim, distante do centro de Suzano. Nota-se que essa visão é corroborada pelos memorialistas:

Há vinte e dois anos era uma cidade do interior. Não era ainda da Grande São Paulo. É verdade que nunca teve mesmo só cara de subúrbio, de “periferia”, como diz o paulistano. Essa mescla de interior com faceta suburbana foi adquirida mais recentemente, da década de 1980 para cá. Veio especialmente com a preponderância da migração nordestina, que a início não era significativa. Mas hoje, quando pesquisas informam que os migrantes representam 50% dos habitantes locais, não há como deixar de se reconhecer (AZEVEDO et al, 2004, p. 28.).

Os escritos do memorialista Azevedo (2004) confirmam o pensamento da elite política e econômica de Suzano de não reconhecer, de um modo inclusivo, o que ele chama de “migração nordestina”, desconsiderando que existem naquelas comunidades pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil. Ainda sobre o relato de Azevedo (2004) que “coincide” com o período de chegada de várias multinacionais nos anos 1970, promovidas na Gestão do prefeito Miyahira. Com isso, a presença dessas “indústrias” nas margens da Rodovia Índio Tibiriçá atraiu a vinda de migrantes das várias regiões do Brasil como mão-de-obra e seus filhos tiveram a Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo como local de estudos, como também dos pais e responsáveis, como estudantes da modalidade EJA, além de servir a comunidade com festas e local de socialização.

O sociólogo Bauman (2009) ajuda a entender que o sistema capitalista interfere na vida cotidiana de quem mora na cidade contemporânea:

Enquanto os bairros centrais são valorizados e tornam-se objeto de grandes investimentos urbanísticos, outras áreas são corroídas pela degradação e tornam-se marginais. Quem possui recursos econômicos ou têm condições de deslocar-se tenta se defender criando verdadeiros enclaves, nos quais a proteção é garantida por empresas privadas de segurança, ou transferindo-se para áreas mais tranquilas e nobres. (BAUMAN, 2009, p. 08-09)

Dialogando com as reflexões de Zygmunt Bauman (2009), que estudou fenômenos sociais a partir de grandes metrópoles mundiais, percebe-se que em um município como Suzano não é diferente essa sobreposição de valorização de lugares pelas elites governamentais. Será possível fugir desse destino? Será possível, na situação atual, percorrer outro caminho? O próprio Bauman talvez não teria resposta para um problema tão complexo. Mas é necessário pensar em vencer estereótipos que marginalizam moradores de regiões mais afastadas da área central.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2019, a gestão procurou traçar um perfil da comunidade na qual os alunos estão inseridos, realizando uma pesquisa por meio de um questionário direcionado em rede social e divulgado na reunião de pais. Essa pesquisa levantou diversas informações relevantes sobre a comunidade escolar. Segundo os dados do PPP:

(...) dos alunos que responderam à pesquisa 68,4% são do sexo feminino e 31,6% do sexo masculino. Além disso, os alunos se consideram 44,3% brancos, 40,5% pardos, 7,6% negros, 1,3% indígenas, 2,5% amarelos e 3,8% preferem não se identificar. (PPP, 2019, p. 12)

Considerando o baixo percentual de alunos que se autodeclararam de origem asiática - apenas 2,5% se consideram “amarelos” - e observando o grande número de alunos que se consideram “brancos” e “pardos”, apesar de pouquíssimos se identificarem como “negros” e “indígenas”, verifica-se o limite dessa pesquisa ao mostrar uma perspectiva muito difusa sobre suas origens étnicas e sociais, o que de resto se repete nos vários censos realizados no Brasil.

Entretanto, isso revela uma recusa em se identificarem com o que não consideram “hegemônico” ou “marginalizado” ao se autodeclararem mais como “brancos” e “pardos” do que como “negros”, “indígenas” e “amarelos”. Não é difícil imaginar que a categoria “pardo” se enquadraria mais na classificação de um “quase branco” e não como um atravessamento de diversas etnias e migrações. Nesse sentido, não só há dificuldade de entender a multiplicidade de culturas que formam sua História e cidade, bem como o de se verem constituídos por ancestralidades africanas e indígenas ou mesmo por outras que teriam constituído o território como portugueses, japoneses e libaneses, por exemplo.

No PPP (2019), os alunos indicaram na pesquisa quais os lugares da cidade que mais gostam de frequentar, “apresentando um percentual de 68,4% para o shopping, 35,4% para parques, igreja 38%, bibliotecas 6,3%” (PPP, 2019, p. 13). Dessa forma, ao serem questionados acerca de seus interesses em frequentar lugares da cidade de Suzano, a grande maioria respondeu que preferem ir ao shopping (68,4%), onde porventura encontrarão um *pokémon pikachu*, mas que aparenta nada dialogar com seus gostos, pois a igreja é o segundo local mais visitado pelos alunos (38%), mas não conhecem a capela que fica de frente à sua escola e que faz parte da História da cidade.

Os bairros onde os alunos residem possuem igrejas católicas e evangélicas de diversas denominações, sendo um lugar de pertencimento religioso para muitas famílias desses alunos. Esses dados parecem não dialogar com essa sobreposição da memória japonesa que se construiu em Suzano, pois não há indicação por exemplo a passeios a templos budistas o que, de certo modo, confirma a hipótese do primeiro capítulo de que os templos budistas parecem servir a comunidades fechadas de descendentes de japoneses.

No que se refere ao pertencimento cultural em relação ao ritmo musical, a preferência dos alunos é de “34% para funk, 29% para gospel e rap, 13% sertanejo, 6% para rock e 3% para pop rock/hip hop/sertanejo/eletrônica e 2% para pop e todos os ritmos, e 1% para outros ritmos musicais” (PPP, 2019, p. 13). O ritmo funk tem forte influência sobre o gosto musical dos alunos, mas não ficando muito distante do ritmo gospel, notadamente vinculado aos alunos de uma pertença evangélica, e sendo o rap um ritmo muito apreciado entre os alunos, talvez pela

característica de seus contextos “periféricos” de realidade social e do caráter contestatório desse tipo de ritmo musical.

Foram realizados questionamentos a respeito dos pais e responsáveis dos alunos em que foi constatado: “75% dos responsáveis são os pais, 25% avós e tios, sendo 54,4% evangélicos, 38% católicos, 1,3% espírita, 5,1% não tem religião, 1,2% são budistas” (PPP, 2019, p. 13). Esses dados revelam que os alunos recebem cuidados em sua grande maioria de seus pais, sendo que seus responsáveis possuem pertencimentos religiosos em sua maioria evangélicos e em segundo lugar católicos, somados: 92,4%, sendo os budistas uma minoria de apenas 1,2%.

Outros dados importantes são as localidades de naturalidade dos alunos:

Alunos naturalizados em Suzano são 62%, em Mogi das Cruzes 5%, em Poá 0,4%, Arujá 0,4%, Ribeirão Pires 2,4%, Mauá 3%, em São Paulo 6,1%, Ferraz de Vasconcelos 0,8% e outras cidades fora da Grande São Paulo, 19,9%. Os alunos apontaram que 12% dos responsáveis são naturais de Suzano e 76% dos alunos desconhecem a naturalidade dos genitores e 12% não responderam. (PPP, 2019, p. 13)

A pesquisa revelou que a grande maioria dos alunos é naturalizada em Suzano com 62%, chamando atenção que 19,9% dos alunos são de cidades fora da grande São Paulo, vários desses alunos são estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos) oriundos de outros estados do Brasil e retomaram os estudos, mostrando uma perspectiva da migração na tentativa de melhores condições de vida. Mais de 76% dos alunos não sabem responder a naturalidade de seus pais, um dado preocupante, pois revela um desconhecimento de suas origens familiares, indicando um vínculo enfraquecido com suas raízes e, conseqüentemente, suas memórias. No que se refere a localização da moradia dos alunos, em sua maioria são oriundos de diversos bairros, tais como:

(...) do Jardim Nova América são 44,3%, Jardim do Bosque são 6,3%, da Vila Helena 10,1%, do Parque Umuarama 7,6%, do Jardim Samambaia 5,1%, do Jardim Leblon 8,9%, da Chácara Ceres 6,3%, do Jardim Pompéia 5,1%, Parque Alvorada 3,8%, Estância Paulista 2,5% e outros 6,3%. (PPP, 2019, p. 12)

O Jardim Nova América é uma das localizações mais distantes – região que residem grande maioria dos alunos - com isso, faz-se importante a existência de transporte escolar para que eles possam ter acesso aos estudos. Com relação às disciplinas, os alunos mais gostam são: “educação física com 24%, português com 21%, matemática com 22%, História com 5%, biologia/artes com 5%, e demais disciplinas com 17%” (PPP, 2019, p. 14). O baixo percentual

de preferência dos alunos pela disciplina de História traz preocupação e a necessidade de compreender, rever e melhorar o processo de ensino e aprendizagem para que esses alunos tenham o gosto pelos estudos da disciplina de História. Os dados revelam que as disciplinas escolares que são realizadas fora da sala de aula como a de “Educação Física” ou as que têm uma inserção mais pragmática e visível em suas vidas como as de “Português” e “Matemática” chamam atenção à maior proximidade entre o currículo e o cotidiano, mas também evidenciam a dificuldade de estabelecer um vínculo com outras que não aparentam ser além de uma “cultura geral”.

Foi em 2019 que iniciei minhas atividades como docente nessa unidade escolar, porém, os anos anteriores são marcados por “rotatividades” de professores das diversas áreas devido a maioria deles serem temporários, mostrando a precarização que a Secretaria da Educação do estado de São Paulo mantém o trabalhador docente, impedindo que permaneçam em uma única unidade escolar por vários anos e consigam conhecer os alunos, criem vínculos afetivos e realizem seu trabalho com a tranquilidade de saberem que continuarão lecionando nos anos seguintes. Em relação a essa problemática de não ter professores efetivos, o PPP (2019) revela um “alívio” por parte da gestão escolar, pois, “Com relação aos professores, após 2016 aumentou o número de professores efetivos o que contribuiu para a menor rotatividade de docentes na escola, possibilitando assim a execução da proposta pedagógica, e agora da BNCC e do Currículo Paulista com maior eficiência” (PPP, 2019, p. 05). Ou seja, há uma crença às cegas de que a BNCC irá contribuir para a maior “eficiência pedagógica” quando se trata, mais uma vez, de homogeneizar conteúdos prescritos e distantes da realidade dos alunos.

Com isso, o PPP de 2019 aposta numa improvável sensação de “pertencimento” de ser professor dessa unidade escolar, pois a BNCC contribuiria para que se mantivessem em um mesmo local de trabalho. Os docentes, por sua vez, também responderam uma pesquisa feita pela escola por meio do PPP (2019), em que:

Segundo os dados levantados, 92,3% são professoras e 7,7% do sexo masculino e 76,9% se consideram brancos, 15,4% pardos e 7,7% não opinaram. Apenas 15% dos professores são naturais de Suzano. Em relação à formação acadêmica dos professores a pesquisa aponta que 61,5% têm especialização e 46,2% possuem lato-sensu. 92,3% dos professores informaram possuir alguma religião, sendo 41,7% católicos, 48% evangélicos e 10,3% espíritas (PPP, 2019, p. 21).

Segundo a pesquisa do PPP (2019) é o gênero feminino que se sobrepõe percentualmente ante aos professores do gênero masculino, tendo entre esse conjunto a maioria

de brancos, o que ainda comprova o processo histórico de “feminização social” da “profissão docente” no Brasil e dos preconceitos que ainda são vinculados sobre sua “pouca” relevância social e “baixa” remuneração salarial se comparados a outras profissões também exercidas por homens e brancos. Apenas 15% são naturais de Suzano, revelando uma característica de professores que vieram de fora de Suzano, o que também parece questionar o potencial da escola em gerar um “pertencimento” dos seus profissionais a essa ou a outras unidades escolares do município.

No que se refere a formação dos docentes e as suas pertenças religiosas, por meio do conceito de “cultura escolar”, as práticas e situações escolares “têm suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolo” (FORQUIN, 1993, p.167).

Para Forquin (1993), as características do grupo docente influenciam no cotidiano escolar: quais festas fazer, quais projetos a serem desenvolvidos durante o ano, essa pertença “identitária” docente a ser considerada apenas como características da “cultura da escola”, ou seja, de seu funcionamento mais institucional e burocrático e não da “cultura escolar” relacionadas mais aos saberes ensináveis, muito embora essa divisão seja bastante arbitrária. De todo modo, o quadro docente dessa “cultura da escolar” ou da “cultura escolar” em que ainda estou me habituando a conviver não revela ainda nenhuma “identidade” mais forte que possa se reverter numa outra forma de apropriação curricular para além daquelas prescritas.

Prova disso é no que se refere aos projetos aprovados e desenvolvidos na Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo no qual não há nenhuma referência ao trabalho docente com a História regional ou local, o que essa pesquisa entende ser uma das muitas lacunas a serem preenchidas nessa cultura escolar de total distanciamento com a realidade dos alunos e da sua localidade ou para que ao menos compreendam as razões desse distanciamento. Os quatro projetos desenvolvidos no decorrer do ano 2019 são muito genéricos e apenas atendem as prescrições das leis ou das demandas sociais exógenas, não se relacionando, de fato, com a vida dos alunos, docentes ou com a localização da escola e de sua História:

1 **ERER Educação para as Relações Étnico Raciais**, objetivo: Trabalhar os Fundamentos das relações raciais na sociedade brasileira. 2 **Desafio BM&FBOVESPA**, objetivo: Possibilitar aos participantes maior compreensão do funcionamento do mercado financeiro, desenvolver o espírito empreendedor nos educandos. 3 **Vida em Flores**, objetivo: Conservar o patrimônio escolar por meio de jardinagem, horta e contribuir a harmonia e beleza da escola. 4 **Projeto Pomar**, objetivo: desenvolver no ambiente escolar o cultivo de árvores frutíferas, articulando estratégias de ensino-aprendizagem (PPP, 2019, p.47 – 48).

É curioso observar que esses projetos não dialogam entre si, depois de “toda” a caracterização, ainda que muito sumária, do perfil de alunos, pais e docentes no PPP de 2019, estando distantes dos próprios dados apresentados. Quais seriam as relações raciais na sociedade brasileira que incidiriam na pouca percepção dos alunos e docentes sobre sua própria composição étnica plural e multifacetada? Por que eles não se fazem presentes nas diferentes disciplinas escolares? Para que fazê-los compreender o funcionamento do mercado financeiro se é justamente esse mercado que visa ignorar seus múltiplos pertencimentos sociais e culturais? Que tipo de responsabilidade e engajamento o aluno pode ter em relação ao seu “patrimônio escolar” se o projeto visa apenas embelezar a escola por meio de jardinagens e hortas que em nada se articulam com a paisagem urbano e industrial que os rodeiam? Que tipo de “sustentabilidade” é essa que faz desaparecer seus sujeitos em nome das árvores? Nada mais irônico do que transformar uma árvore, símbolo da perenidade e da memória de um dado espaço, num esquecimento conivente do pertencimento dos alunos a uma História e a uma memória da cidade, dos seus habitantes e de suas condições de vida e trabalho.

Portanto, encerra-se esse segundo capítulo acumulando discussões acerca do conceito de cultura escolar e suas inter-relações com as múltiplas identidades e pertencimentos dos alunos da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, para isso, foram analisados numa perspectiva crítica os diversos dados do PPP 2019, no qual constatou-se a ausência de um projeto de História local e por isso proponho um projeto que propicie aos alunos atividades que colaborem a repensarem suas percepções como sujeitos no presente, que reflitam sobre a memória hegemônica japonesa que está sendo construída no município de Suzano e retomem as reflexões a respeito da origem de seus pais, valorizando seus próprios pertencimentos, como também passem a gostar mais da disciplina de História. Acredito que esse conjunto de ações possam ser decisivos na execução desse projeto, o qual será esmiuçado no último capítulo.

3. HISTÓRIA LOCAL E ESTUDO DO MEIO

A História local e o estudo do meio podem ser utilizados como estratégias didático-pedagógicas que possibilitam levar os alunos a refletir acerca de suas realidades cotidianas, questionar e reconhecer modos de vida diferentes, compreender outras visões de mundo e culturas, e no caso dessa pesquisa, compreender como ocorre a construção da memória social daqueles que são considerados importantes, “merecedores de homenagens”, no município de Suzano, como é o caso. Para isso, o estudo do meio pode ser uma metodologia que possibilite o questionamento por parte dos alunos dessa memória hegemônica japonesa, e partindo dessa premissa refletir a partir de suas vidas pessoais, de seus pais e responsáveis, muitos deles que trabalharam e trabalham nas fábricas ao redor da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo: O que seriam destas fábricas e empresas sem seus trabalhadores? Como o poder público vem tratando essas memórias de trabalhadores, estudantes e demais imigrantes?

Nessa parte do trabalho o intuito é promover uma discussão teórica sobre os conceitos de História local e estudo do meio, articulando os capítulos anteriores no que se refere a construção da memória japonesa em Suzano e os múltiplos pertencimentos dos alunos numa realidade de desigualdades sociais a qual reforça uma visão pejorativa de parte da região metropolitana de São Paulo na qual predominam, ao menos nas vilas em que os alunos residem, um ambiente social de ausência de equipamentos públicos, tais como: bibliotecas, parques, teatros, clubes poliesportivos, ou seja, com limitações ao lazer e a cultura. O que resta para esses alunos são os cultos das igrejas evangélicas, os bailes funk de rua, divertir-se jogando bola e soltando pipa na rua, como é muito comum de ser visto no seu cotidiano.

Existe no município de Suzano falta de promoção de uma pluralidade cultural, podendo ser observada nos vários memoriais e diversas festas que contemplam aspectos da cultura japonesa ao caminhar pela cidade. Percebe-se como pouco se valoriza as demais culturas, assim, “do ponto de vista do Estado e de suas políticas, especificamente suas políticas de patrimônio, “identificar” um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência de poder” (GONÇALVES, 2015, p. 213).

Por isso acredito, como docente, que é necessário mais investimentos em recursos na escola pública gratuita e de qualidade, pois é um “porto seguro” e espaço de transformação social e de oportunidades para os alunos interagirem na interculturalidade, isto é, um lugar que “remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas (...) implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação,

conflito e empréstimos recíprocos” (CANCLINI, 2005, p. 17). Trata-se de um trabalho árduo que é enfrentado no dia a dia docente. Sendo assim, percebe-se que:

Os avanços na investigação historiográfica atentaram para o fato de que uma história somente institucional, biográfica, masculina, política e elitista não dava conta dos desafios que se punham às pesquisas, aos objetos que se estudava. E as mudanças pelas quais passamos nas últimas décadas resultaram em novas pessoas reivindicando direitos, reafirmando e/ou reconstruindo suas identidades e, portanto, querendo tornar-se visíveis. Além de pôr esses desafios aos historiadores, isso também significou esses novos personagens como produtores de conhecimento: ou seja, o reconhecimento de si como sujeito e, não menos importante, a inserção dessas pessoas também como produtoras de história, não mais somente como objetos (COSTA, 2019, p. 133).

Segundo Costa (2019), é necessário romper com essa visão elitista de detentores dos lugares de memória, pois há comunidades múltiplas que constroem saberes e práticas diferentes e divergentes ao longo do tempo, mas suas histórias de vida não são inseridas nos lugares de memória e, conseqüentemente, não são representadas em espaços públicos das cidades. Suzano é um exemplo dessa “seleção” ou “escolha” por um tipo de “cultura japonesa” dado como hegemônica. Ao historiador cabe refletir e documentar como os membros de uma dada comunidade foram e são sujeitos ativos e partícipes da construção de sua História local, haja visto que quando os japoneses chegaram em Suzano, em 1921, segundo os memorialistas, muitos imigrantes e migrantes já habitavam e trabalhavam no município. Todavia, Pierre Nora (1993) nos alerta para o perigo desse “dever de memória”:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo [...] Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. Não há mais nenhuma família na qual pelo menos um membro não se tenha recentemente lançado à reconstituição mais completa possível das existências furtivas de onde a sua emergiu (NORA, 1993, p.17).

Portanto, a partir dessas reflexões e problemáticas levantadas, torna-se possível defender uma História local que agregue “novos sujeitos” e que propicie questionamentos a partir da realidade do aluno, mas sem transformá-los num outro mito de origem que apenas substituiria às memórias oficiais do município. Além disso, esse olhar específico sobre o local pode e deve ser fundamentado por meio dos estudos da historiografia, tendo conseqüências

diretas em novas práticas didático pedagógicas que possam surgir, no sentido de valorizar e dar importância as minorias sociais sem mitificá-las ou isolá-las de outros tempos e espaços. Para isso, se faz necessário afirmar que:

O estudo do meio é uma prática pedagógica que se caracteriza pela interdisciplinaridade. Em relatos de escolas anarquistas de São Paulo do início de século XX, já se nota a preocupação dos educadores da linha pedagógica de Ferrer de pôr o aluno em contato com o meio social ou em situação de observação direta dos fenômenos naturais, para lhe proporcionar um estudo mais interativo e envolvente. O educador francês Celestin Freinet foi um dos ardentes defensores do “estudo da realidade próxima do aluno”, sendo esta prática uma das bases do seu método (BITTENCOURT, 2008, p. 273).

Como explica a historiadora, o estudo do meio originalmente tem suas bases teóricas formadas em grupos notadamente vinculados a uma pedagogia anarquista, com propósitos políticos formativos e metodologias ativas de ensino, tendo como protagonista as ideias teóricas de Celestin Freinet, o qual influenciou educadores brasileiros que seguiam essa proposta de ensino desde o início do século XX e que já vinham experimentando essa metodologia em sala de aula. Esse experimento de novas ideias pedagógicas trouxe um contraponto frente as aulas ditas “tradicionais”, pois o estudo do meio envolve uma metodologia de pesquisa e organização de novos saberes. Tanto assim que o estudo do meio passou a fazer parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como uma das possibilidades metodológicas para o trabalho com a História escolar:

(...) favorece uma participação ativa da criança na elaboração de conhecimentos, compreendido como recurso didático para uma atividade construtiva que depende, ao mesmo tempo, da interpretação, da seleção e das formas de estabelecer relações entre informações. Favorece, por outro lado, à explicitação de que o conhecimento é uma organização específica de informações sustentadas tanto na materialidade da vida concreta, como a partir de teorias organizadas sobre elas. Favorece a compreensão de que os documentos e as realidades não falam por si mesmos. Para lê-los é necessário formular perguntas, fazer recortes temáticos, relacioná-los a outros documentos, a outras informações e a outras realidades. Possibilita, ainda, a compreensão de que o conhecimento organizado faz parte da produção de um pesquisador ou de um grupo de pesquisadores, a partir de informações e de ideias de muitos outros estudiosos, e que depende da criação num tempo específico, a partir de perguntas escolhidas e formuladas ao longo de um processo (PCN, 1997, p. 62).

Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), aprovados em 1997, reconheceram oficialmente o estudo do meio como metodologia e expuseram suas características, principalmente no sentido de favorecer novas posturas dos alunos frente à

realidade que lhes é apresentada no cotidiano. O fato de não conter um projeto de História local no PPP de 2019 da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo é um sinal de que é preciso mais atenção dos professores de História no sentido de propor projetos que envolvam a realidade do aluno e seu entorno, para ele sair da escola com outro olhar perante as praças, monumentos, casas, construções e perceba as temporalidades contidas na materialidade das obras do ser humano, sendo capazes de interpretá-las e se apropriar da cidade como um todo, pois essa metodologia, quando bem planejada parte de uma concepção de emancipação do aluno como cidadão, tornando-o mais crítico e atuante na sociedade, já que pode possibilitar um avanço no desenvolvimento intelectual dos alunos, pois eles adquirem novas capacidades de observação e análise crítica em diversos contextos de suas vidas sociais.

3.1. Teoria, métodos e fontes para a história local e para o estudo do meio

Agora será realizada a fundamentação teórica a respeito do que virá no subitem a seguir, foi elaborada uma discussão que envolve os aspectos que explicam uma “evolução” na interpretação e incorporação de diversas fontes históricas e:

Reflete as relações de poder no início do século: na frente do cortejo, desfrutando de prestígio, eis os documentos de Estado, manuscritos ou impressos, documentos únicos, expressão de seu poder, daquele das Casas, Parlamentos, Câmaras de contas; segue-se a coorte dos impressos que não são mais secretos; textos jurídicos e legislativos (...) jornais e publicações em seguida (...). As biografias, as fontes da História local, a literatura dos viajantes formam a cauda do cortejo (Ferro, 1976, p. 20)

Como nos alerta o historiador Marc Ferro (1976), as fontes históricas eram marcadas como “documentos oficiais” no início do século XX, aqueles produzidos pelo Estado eram considerados como hierarquicamente superiores, eram registros escritos que respaldavam a construção da escrita da História de uma elite política e econômica, porém, do ofício de historiador é exigido vários questionamentos dessas fontes, tais como, por exemplo: quem as

produziu? Quando? Por quê? Em qual época e contexto histórico foi produzida? São várias as perguntas a serem feitas para buscar informações e produzir conhecimento a partir das fontes históricas, que nada mais são que registros sobre a obra humana incorporada ao trabalho de pesquisa do historiador. No entanto, é importante dizer que sem o respaldo dessas perguntas corremos o risco de transformar a História local na expressão do poder instituído ou uma variante dos grupos dominantes e de seus registros.

Dessa forma, somente em meados da primeira metade do século XX surgiram novas abordagens historiográficas, com destaque para a escola dos *Annales*, a qual abriu espaço para a diversidade de novas fontes, possibilitando aos historiadores a construção de suas narrativas com outros tipos de registros, tais como: obras de arte, arquitetura, esculturas, fotografias dentre outros, alguns desses serviram como objeto de estudo para essa pesquisa. Além disso,

Dentre as diferentes modalidades de informação transmitidas pela mídia, as imagens, em geral, constituem um dos sustentáculos da memória; e podem, ao mesmo tempo, constituírem instrumento de manipulação política e ideológica. Tal como as palavras, as imagens são controladas e censuradas; prestam-se como “provas” de subversão, são também instrumentos de poder para aqueles que detêm, num dado momento, o controle da informação. As fontes iconográficas – produzidas através de diferentes formas de expressão gráfica, como desenhos, pinturas, gravuras sob diferentes técnicas, e fotografias – carregam em si informações sobre certos fatos e sobre a mentalidade de uma época. Assim, não só complementam as informações transmitidas pelas fontes escritas, como, também, enriquecem o conhecimento com dados reveladores. Dados que, por vezes, jamais foram mencionados pela historiografia tradicional escrita (KOSSOY, 2014, p. 105 -106).

Na citação acima, Kossoy (2014) discute os meandros da manipulação da memória a partir de imagens. Por exemplo, uma fotografia deve ser questionada em sua autoria e intencionalidade. A fotografia não pode ser vista simplesmente como “a realidade”, “a verdade”, deve também ser objeto de análise daquilo que se pretendeu representar, dar foco. Para um melhor entendimento dessas questões, é necessário compreender que muitas vezes as imagens fotográficas têm uma característica sedutora pelo seu grau de verossimilhança, por isso é preciso indagá-la, desconstruí-la, no intuito de compreender tanto aquilo que é revelado quanto o que é silenciado pela imagem.

Por isso, tendo em mente a finalidade a qual se destina esse trabalho, baseado na metodologia dos historiadores, professores e seus alunos deve-se construir um conhecimento histórico por meio da análise de fontes históricas, mas que dialoguem com as finalidades formativas da disciplina escolar de História cujo objetivo não é formar “pequenos historiadores”, mas trabalhar questões que atravessam a realidade do aluno, do professor e de

seus saberes, bem como do currículo e da sua cultura escolar. Porém, antes disso, é preciso evidenciar como os historiadores transformam os registros em documentos:

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono pragmático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há porque o documento material deva escapar dessas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica (Menezes, 1998, p. 95)

Bezerra de Menezes (1998) ajuda com esse procedimento metodológico ao privilegiar a construção histórica nos alunos, de modo a torná-los sujeitos de seu próprio pensamento possibilitando-os a interpretar os “objetos instituídos de significados”, ou seja, aqueles monumentos e todo tipo de objeto produzido pelo ser humano como tem ocorrido frequentemente com o que lhes é apresentado pelo sistema midiático, mais precisamente jogos como o *pokémon go* e suas estatuetas em praça pública, mas sem a devida problematização histórica. É necessário, portanto, que os objetos sejam indagados por meio de um problema de pesquisa do qual emergja sua historicidade, no caso, se esses objetos são construídos e construtores de uma memória japonesa que se quer hegemônica sobre a História da cidade obscurecendo a participação de outros grupos sociais, o que tratamos nos capítulos anteriores.

Essa pesquisa não tem o intuito de destruir uma memória japonesa na cidade, mas na medida do possível, refletir e participar da construção de um conhecimento que não a naturalize ou a enalteça de maneira acrítica. Para uma melhor compreensão de como ocorre essa construção, nós, como docentes nas aulas de História, devemos levar os alunos a tomar consciência dos mecanismos de construção do próprio conhecimento histórico, para isso sugiro uma sequência de aulas que terão como base o uso de fontes históricas. O estudo do meio na Praça do Sol Nascente parece um bom ponto de partida, pois, como visto, nos últimos anos esteve sendo construída com objetos que expressam as memórias exclusivamente dos japoneses na cidade, fortalecendo cada vez mais essa hegemonia. Dessa forma, torna-se necessária a sua desconstrução para o aparecimento de outras memórias, e é o que proponho no próximo subitem. Concordando com Pedro Demo (2000, p. 20) “a educação necessita de conhecimento para garantir seu poder inovador, desconstrutivo”.

3.2. Preparação para o estudo do meio: Roteiro

O Mestrado Profissional em Ensino de História é um programa de Pós Graduação *stricto sensu* e tem como exigência a elaboração de um “produto final”, pensando nisso, baseado na leitura e análise crítica que foi realizada do Projeto Político Pedagógico de 2019, refletido no capítulo 2, sugiro a inserção de um projeto de História local que contemple os problemas de pesquisa levantados e discutidos nessa dissertação de mestrado. Além disso, seria interessante introduzir esse projeto nas demais escolas de Suzano, principalmente com alunos a partir do ensino fundamental II e ensino médio, para isso é necessária a divulgação desse trabalho no município e a compreensão dos docentes sobre essa discussão. Consequentemente, esse trabalho discute e sugere ainda uma metodologia de ensino inspirada na investigação pelo aluno a partir das fontes mobilizadas nos capítulos anteriores.

Sendo assim, o papel do aluno é de protagonista na construção do conhecimento histórico, com o intuito de que se percebam como sujeitos e agentes históricos de direitos e deveres por meio da historicidade dos usos que a elite faz dos “lugares de memória” e como se dão suas articulações e manipulações ideológicas ao selecionar a cultura japonesa como principal aspecto a ser celebrado, além de perceberem como essa memória constantemente recebe atualizações, possibilitando desenvolver um pensamento crítico sobre sua realidade no presente.

O avanço do neoliberalismo em Suzano promove grande especulação imobiliária ameaçando inclusive parte da memória japonesa, pois o capital especulativo tem interesse exclusivo em lucros, não enxergando e desvalorizando o potencial histórico de suas edificações e de outros objetos da cultura material que podem conter diferentes memórias e identidades sobre a cidade.

O momento ideal para propor um projeto é normalmente no início do ano letivo, pois é um período em que existe a semana de planejamento, na qual a gestão escolar promove reuniões em que são tratados diversos assuntos decorrentes do contexto escolar propriamente dito, sendo assim, é um momento propício para fazer balanços de projetos da escola, além de questionar se é oportuno continuar com os mesmos projetos do ano anterior, ou seja, o PPP de 2019. A discussão coletiva do professorado e sugestão aos colegas para aceitarem o projeto: “História local de Suzano: construção de uma hegemonia da memória japonesa” acontece nessa reunião, sugere-se envolver a interdisciplinaridade, principalmente com disciplinas, como Geografia, que possibilitem trabalhar o conceito de “lugar”, tão necessário na formação de qualquer aluno, como também o envolvimento com a disciplina de Língua Portuguesa no que se refere a

desenvolver nos discentes a compreensão das “figuras de linguagens”, especificamente a ideia de “ironia”, que é trabalhada em uma das atividades propostas. E a disciplina de Artes tão necessárias a sensibilização dos alunos, estimulando um “olhar artístico” que possibilite desenvolver capacidade de observação das diversas obras artísticas, monumentos, como também outras que por ventura se deparem no decorrer de suas vidas.

O “produto final” será apresentado e sugerido como uma metodologia que envolve a seleção de fontes bem variadas e que podem contribuir na compreensão da construção da hegemonia da memória japonesa em Suzano, a qual vem sendo feita sobre a História local de modo acrítico, como também na reflexão da “desconstrução” dessa memória.

Por isso, escolhi o estudo do meio como metodologia, pois parece ser a melhor alternativa para trabalhar com a (des)construção dessa memória, segue abaixo uma sugestão de proposta de projeto a ser desenvolvido, não só na Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo como qualquer outra escola do município de Suzano, que queira usá-lo integralmente ou adaptá-lo a suas realidades, desde que citados os créditos desse trabalho.

Título do projeto: História local de Suzano: construção de uma hegemonia da memória japonesa.

Objetivos gerais:

- Melhorar a relação dos alunos com a comunidade escolar e estabelecer diálogo com outras disciplinas escolares;
- Promover situações de aprendizagem que favoreçam leitura e interpretação;
- Utilizar a História local para promover as múltiplas identidades dos alunos.

Objetivos específicos:

- Aprender a leitura, análise e interpretação de fontes históricas;
- Possibilitar aos alunos um olhar questionador a respeito do mundo que fazem parte;
- Compreender como a elite econômica e política de Suzano promove a construção da memória japonesa na História local.

Público-alvo: Alunos do ensino fundamental II, médio e EJA. Com isso, abrangendo todos os segmentos de ensino da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo.

Justificativa:

- Espera-se com a execução desse projeto contribuir para que os alunos da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo reflitam a respeito da construção hegemônica da memória japonesa e como ela se relaciona com as memórias e os múltiplos pertencimentos das identidades desses alunos.

Metodologia:

- Para a realização deste projeto, é sugerido utilizar como procedimento metodológico a organização de alunos na sala de aula em duplas, favorecendo troca de conhecimentos numa postura mais colaborativa, havendo também atividades individuais que propiciem uma “reflexão interior” do aluno. Tudo isso, a partir de aulas expositivas e dialogadas com o apoio de textos impressos que promovam a leitura e análise de diversos materiais, tais como: excerto de livros de memorialistas, trechos de jornais e reportagens de portais da internet, como também, uma atividade coletiva de estudo do meio a partir da visita à Praça do Sol Nascente e finalizando com reflexões dos alunos acerca de suas considerações.

Atividades:

- Toda a sequência didática envolve 8 atividades que se sucedem abaixo nessa pesquisa.

Cronograma de atividades: Necessidade de no mínimo 9 aulas para execução deste projeto.

ATIVIDADE 1: EM SALA DE AULA

Título da aula: Desconstruindo a hegemonia da memória japonesa em Suzano.

Objetivo: Promover a desconstrução da hegemonia da memória japonesa em Suzano por meio de leitura e análise crítica de diversos documentos compostos por memórias e textos historiográficos.

Duração desta atividade: Duas aulas: Parte 1 – levantamento de ideias prévias. Parte 2 – leitura e discussão de documentos para os alunos responderem as questões.

Materiais necessários: Folha com os textos impressos, caderno do aluno, lápis, borracha, caneta.

Organização da sala de aula: Em dupla.

Metodologia: Nesta primeira aula é importante apresentar e discutir elementos que possibilitem a “desconstrução da hegemonia da memória japonesa em Suzano”. Porém, antes disso, é necessário levantar os conhecimentos prévios dos alunos. Promover questionamentos e deixá-los falar, numa aula expositiva e dialogada, inserindo essas perguntas na lousa. Conhecem a História da imigração japonesa em Suzano? Quando vieram? Já viram algum monumento ou obra artística que faz menção a cultura japonesa em Suzano? Se sim, quais? Onde? Sabem quem as colocou nesses lugares? Quando foram inseridos esses objetos? Qual será a intenção de inserir esses objetos instituídos de significados?

Feita essa provocação inicial e estimulando-os a participação oral, a sugestão seguinte é a leitura e discussão de documentos de duas naturezas distintas: memórias e textos historiográficos. A intenção é de iniciar a problematização do tema de estudo e a partir das diferentes naturezas dos documentos para que percebam a mudança na concepção dos japoneses que antes eram “indesejados”, até os anos 1950, passando pelo seu “reconhecimento” em 1971, com a inauguração do primeiro monumento em memória ao cinquentenário da imigração japonesa, o qual foi apoiado pela elite política e econômica local e da ditadura civil-militar, que viam nos japoneses um exemplo de “ordem”, “disciplina” e de “conduta” a ser seguida pela população brasileira.

Documento 1

A política migratória era abertamente racista, pois discriminava os asiáticos e africanos em favor dos brancos europeus. A imigração japonesa furo o bloqueio, já no século XX, mas sofreu campanhas discriminatórias contra o “perigo amarelo”. “Não há mais remédio para o mal”, lamentava em 1934 o deputado constituinte Félix Pacheco, a respeito da “indigestão japonesa”. O médico Miguel Couto também alertava para o perigo da japonização do Brasil” e da transformação da Amazônia na “Nova Manchúria”, e liderou uma campanha antinipônica na Assembleia Constituinte de 1934, que acabaria por aprovar a limitação da imigração japonesa.

(SANO, 1989 apud VIEIRA, Liszt, 2009, p. 66)

Documento 2

Outras famílias japonesas vieram para Suzano logo a seguir, Noriyuke Oshima veio em junho de 1921, tendo aqui ficado até 1956, no bairro do Rio-Abaixo. Quando da comemoração do cinquentenário da imigração japonesa em Suzano, em 1971, Oshima, esteve presente, como o mais antigo de todos. (...) Vale destacar a atuação de Naoji Takeuchi, chegado em 1950, inicialmente na Ipelândia, com a farmácia Gondo, a única do lugar, depois do centro. Estimulou a música, criou o tão lembrado Coral suzanense, que chegou a ter 80 cantores. Takeuchi, merecidamente foi chamado de “Embaixador de Suzano”. Em agosto de 1970 foi ao Japão, sua terra natal, nascido em Tóquio em 1915. Lá visitou empresas em comunicações difíceis. Logrou êxito e trouxe a instalação em Suzano da NSK e da Komatsu. O prefeito Miyahira na ocasião reconheceu oficialmente sua representação. Esse trabalho foi anos depois reconhecido também pelo Imperador do Japão, que lhe concedeu a 29 de abril de 1988 a maior comenda japonesa, a Kiuku-Ditu-Sho, a medalha do Sol Nascente.

(AZEVEDO, 1994, p. 46-47)

Documento 3

Depois da guerra, contudo, principalmente a partir da década de 1960, ocorre uma guinada em sentido contrário. As opiniões negativas passam a se tornar minoritárias, e o Japão se torna gradativamente um símbolo de modernidade, desenvolvimento e progresso, um país que, por ter se tornado uma das maiores potências econômicas mundiais deveria ser visto como modelo no caminho do Brasil rumo ao primeiro mundo. A ascensão social de vários imigrantes japoneses na sociedade brasileira fortalecia tais ideias (Cardoso, 1998). É a partir desse período que se consolida uma imagem positiva dos japoneses e seus descendentes. Eles seriam trabalhadores e aplicados nos estudos, traços culturais supostamente japoneses (Lesser, 2007). Vale ressaltar que essa apologia da cultura japonesa no Brasil coincide com o período de ascensão das teorias triunfalistas do *nihonjinron* (teorias da japonicidade que muitas vezes discorrem sobre a singularidade cultural e social nipônicas) no Japão, e em ambos os países isso serviu para legitimar ideologias desenvolvimentistas e modernizantes em voga na época.

(ODA, 2010, p. 112-113)

Documento 4

Há vinte e dois anos era uma cidade do interior. Não era ainda da Grande São Paulo. É verdade que nunca teve mesmo só cara de subúrbio, de “periferia”, como diz o paulistano. Essa mescla de Interior com faceta suburbana foi adquirida mais recentemente, nos últimos dez anos. Veio com a migração nordestina, que inicialmente, há coisa de quinze anos, não era significativa. Mas hoje, quando pesquisas informam que os migrantes representam cinquenta por cento dos habitantes locais, não há como deixar de reconhecer. O significado da contribuição cultural dessa migração ainda é modesto numa visão macro, mas já se faz perceptiva em bairros periféricos, como Badra, Colorado, Casa Branca, Dona Benta, Vila Fátima. Não apenas no jeito das feiras, mas até mesmo já na arquitetura das casas, nas formas de vida e convivência.

(AZEVEDO, 1994, p. 16-17)

Documento 5

Se lembrarmos da nossa Cidade há vinte ou trinta anos, tínhamos nossa população composta em um terço por japoneses ou seus descendentes. Grupo étnico esse que sempre valorizou muito a Educação dos seus. E como esse grupo possuía nível sócio econômico entre médio e alto eram eles determinantes na manifestação cultural da Suzano de então. Até mais que isso, sob alguns aspectos chegavam a ser predominantes.

(AZEVEDO, 1994, p. 17)

Documento 6

O prefeito Rodrigo Ashiuchi (PR) ressaltou a importância da homenagem para a cidade e destacou a sua localização em frente a Índio-Tibiricá, uma das mais importantes vias de acesso do município. "Esse local marca uma das grandes obras que o Pedro Miyahira fez em Suzano. Ele era uma pessoa visionária que na década de 1960 e 1970 pensava em uma Suzano do futuro, uma cidade com indústrias e com empregos. O que seria Suzano sem a Índio-Tibiricá e suas empresas como a Komatsu? O que seria Suzano sem um olhar para o futuro? Pedro foi uma pessoa que pensava além e Suzano deve muito a ele. Por isso estamos realizando essa homenagem, para preservar seus feitos", realça.

Disponível em: <https://www.diariodesuzano.com.br/cidades/busto-de-pedro-miyahira-ex-prefeito-de-suzano-e-inaugurado/43116/>. Consultado em: 02/08/2020

Exercícios

1. Leia o documento 1.

a) Quem é o autor do documento?

b) Quando ele foi escrito?

c) O documento em questão é uma memória ou um texto historiográfico? Justifique sua resposta com elementos do texto.

d) Para o autor, a respeito da política migratória do início do século XX, quais eram os imigrantes “indesejáveis” e os “desejáveis”?

e) O que pensava sobre esse assunto o deputado constituinte Félix Pacheco? Sua visão é a mesma que a do autor do documento? Explique.

2. Leia os textos 2 e 3 e identifique:

a) Quem são os autores do documento?

b) Em que época foram escritos?

c) Compare (diferenças e semelhanças) entre os textos em relação as explicações sobre a imigração japonesa para o Brasil.

d) A que conclusão você chegou?

e) A partir de sua conclusão qual texto seria um relato memorialístico e um texto historiográfico? Explique.

3. Releia o documento 3 e identifique:

a) A partir da década de 1960 o Japão passou a ser visto de outra forma pelo governo brasileiro. Quais são essas características?

b) Qual a relação entre essa mudança de visão e a presença de empresas instaladas em Suzano e o prefeito da cidade eleito em 1971?

c) Por que essas informações estão ausentes no documento 2?

4. Releia o seguinte trecho do documento 4: “Essa mescla de Interior com faceta suburbana foi adquirida mais recentemente, nos últimos dez anos. Veio com a migração nordestina, que inicialmente, há coisa de quinze anos, não era significativa”.

a) O que o autor quis afirmar com “faceta suburbana”? Explique.

b) Qual a relação entre essa “faceta suburbana” e a vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil presentes no documento 2 para cidade de Suzano?

c) Com base nos documentos, você concorda ou não com essa relação? Justifique sua resposta.

- d) O autor dos documentos 2 e 4 concordaria ou não com essa relação? Por quê?
- e) A partir das respostas anteriores, quais as semelhanças e diferenças entre a memória e História para explicação da vinda dos imigrantes japoneses para Suzano?
5. Levando em consideração as diferenças entre memória e História, qual a principal crítica seria possível elaborar sobre a visão do autor do documento 5.
6. Com base no documento 6 e nas suas respostas anteriores construa uma pequena síntese escrita mostrando as permanências e mudanças que envolvem à homenagem do prefeito à cidade e do jornal ao prefeito.

Sugestões para problematizar os exercícios:

1.

- a) O autor do documento é VIEIRA, Liszt.
- b) Este documento foi produzido no ano de 2009.
- c) Trata-se de um documento de características historiográficas, expõe historicamente as dificuldades enfrentadas pelos japoneses.
- d) Para o autor os imigrantes “indesejáveis” eram os asiáticos e africanos, já os “desejáveis” eram os brancos europeus.
- e) O deputado Félix Pacheco “lamentava” a imigração japonesa ao Brasil, afirmava preconceituosamente como “indigestão japonesa”. O autor do documento afirma tratar-se de uma política abertamente racista, no sentido de analisar o contexto de discriminação racial daquela época.

2.

- a) O autor do documento 2 é AZEVEDO, já o do documento 3 é ODA.
- b) O documento 2 foi escrito em 1994. Já o documento 3 no ano de 2010.
- c) Principais diferenças entre os textos: O autor do texto 2 procura “promover” a imagem dos japoneses sem criticidade, pois enaltece os “feitos” japoneses. Já o autor do texto 3 mostra diversos aspectos que comprovam que existia um movimento econômico de expansão das

empresas japonesas, muitas delas se instalaram em Suzano a partir da década de 1970, analisa que foi nessa década que ocorreu a consolidação de uma imagem positiva dos japoneses e seus descendentes como: “trabalhadores e aplicados nos estudos”. Principal semelhança: trata-se da mesma temática “imigração japonesa para o Brasil”.

d) Que o aluno seja capaz de compreender que dois autores podem escrever a respeito de uma mesma temática “imigração japonesa para o Brasil” e exporem suas ideias de modo particular devido a suas formações e interesses serem diferentes.

e) O aluno deve identificar o texto 2 como memorialista, principalmente pelo aspecto “enaltecedor” dos elementos japoneses, pois não há a apresentação de elementos contraditórios que questionem essa hegemonia. Já no texto 3 é esperado que o aluno compreenda os aspectos de um texto historiográfico, no seguinte sentido: observar que o texto apresenta diversas informações de como essa hegemonia da memória japonesa foi construída.

3.

a) A partir da década de 1960 o Japão passou a ser visto pelo governo brasileiro com positividade, pois segundo o autor, as opiniões negativas passam a se tornar minoritárias, e o Japão se torna gradativamente um símbolo de modernidade, desenvolvimento e progresso, um país que, por ter se tornado uma das maiores potências econômicas mundiais deveria ser visto como modelo no caminho do Brasil rumo ao primeiro mundo.

b) Que o aluno seja capaz de perceber que a mudança da visão do governo brasileiro se relaciona com a chegada de empresas japonesas no Brasil no mesmo período (1971) em que Pedro Sinkaku Miyahira, primeiro prefeito de origem japonesa administra a cidade de Suzano.

c) Essas informações estão ausentes pelo fato de o autor memorialista não problematizar o contexto histórico no qual as empresas japonesas chegaram ao Brasil. Percebe-se que no documento 2 têm características de “enaltecimento” da cultura japonesa.

4.

a. O aluno deve identificar a visão do autor como preconceituosa, pois adjetiva os “migrantes nordestinos” como responsáveis por “mudar” a imagem de Suzano que teria deixado de se parecer com uma cidade do interior e passar a ter “faceta suburbana”.

b. Que o aluno relacione a afirmação do memorialista “essa faceta suburbana” como uma visão preconceituosa e identifique o “enaltecimento” a presença dos japoneses no Brasil.

c. O aluno deve ser capaz de se basear nas informações dos documentos e se posicionar criticamente justificando de modo argumentativo sua resposta.

d. O aluno deve ser capaz de identificar se o que ele argumentou na questão anterior vai ao encontro do que pensa o autor memorialista ou é uma crítica a sua visão frente ao imigrante nordestino e o imigrante japonês.

e. Que o aluno seja capaz de explicar que as semelhanças estão interligadas pelo fato de trabalharem o mesmo tema “cultura japonesa”. No que se refere as diferenças: o aluno deve perceber a construção do discurso da memória japonesa seguindo estereótipos de que os “japoneses” são “superiores”, “melhores” e contrariamente a isso, os memorialistas construíram uma imagem do “migrante nordestino” como “indesejado” que destruiu a cidade interiorana de Suzano, que segundo o memorialista passou a ter uma “faceta suburbana”. Já a História procurou explicar a vinda dos japoneses seguindo uma cronologia temporal, contextualizando os diversos períodos, analisando e comparando documentos, desde a visão de alguns políticos brasileiros como “imigrantes indesejáveis” que a partir de diversos acontecimentos históricos desencadeou a “aceitação” e conseqüentemente os japoneses passaram a ser “desejados” devido a vinda de diversas empresas para o Brasil e sua cultura passou a ser hegemônica em Suzano.

5. É possível elaborar críticas a visão excludente do memorialista e a partir desse tipo de perspectiva o aluno pode perceber como ocorre a construção do silenciamento de outras memórias.

6. O objetivo dessa pergunta é o aluno elaborar uma síntese articulando as permanências e mudanças nas diferentes temporalidades históricas: passado, presente e futuro, que perceba que é do tempo presente que o poder público municipal constrói a atualização da memória hegemônica japonesa e que cada vez que é inserida uma nova homenagem no município é uma demonstração de força política da elite local manipulando essa memória e apagando outras

memórias, o aluno também deve se atentar como o jornal *Diário de Suzano* dá respaldo com uma “visão apaziguadora” e não crítica, indo na mesma direção dos memorialistas que escrevem livros enaltecendo essa construção da memória japonesa.

ATIVIDADE 2: EM SALA DE AULA

Título da aula: O período da ditadura civil militar e o apoio a hegemonia japonesa em Suzano.

Objetivo:

- Analisar fonte histórica oriunda de um arquivo de jornal e identificar seu período de produção;
- Desenvolver a percepção de diferentes temporalidades;
- Analisar as fotografias no intuito de favorecer o entendimento das mudanças e permanências, por intermédio de um estudo comparativo.

Duração desta atividade: Uma aula.

Materiais necessários: Folha com o texto impresso, caderno do aluno, lápis, borracha, caneta.

Organização da sala de aula: Em dupla.

Metodologia: Nesta segunda atividade é importante que o docente explique o que foi a ditadura civil militar, principalmente no que consistiu a perseguição política de opositores, tortura, censura aos meios de comunicação, proibição da liberdade de expressão, deixar claro que o protesto do ex-combatente da FEB vai ao encontro do que a ditadura propagava, com seu desejo de ter uma sociedade que seguia a “obediência”, “ordem”, “disciplina”, todos esses, estereótipos sociais construídos a respeito da cultura e modo de ser dos japoneses numa tentativa de aproximação com o ideário militar. Feita essa explanação, deve-se apresentar aos alunos esse trecho do jornal *A Comarca de Suzano* como fonte histórica do período da ditadura civil militar (1970), a partir de um “protesto” do intitulado ex-combatente Sr. Antônio Garcia. Explicar aos alunos que essa fonte histórica foi consultada no Arquivo do Jornal *Diário de Suzano* e dizer a eles que se trata de um Arquivo particular, aberto ao público para consultas, desde que se tenha uma autorização do editor-chefe.

Documento 1

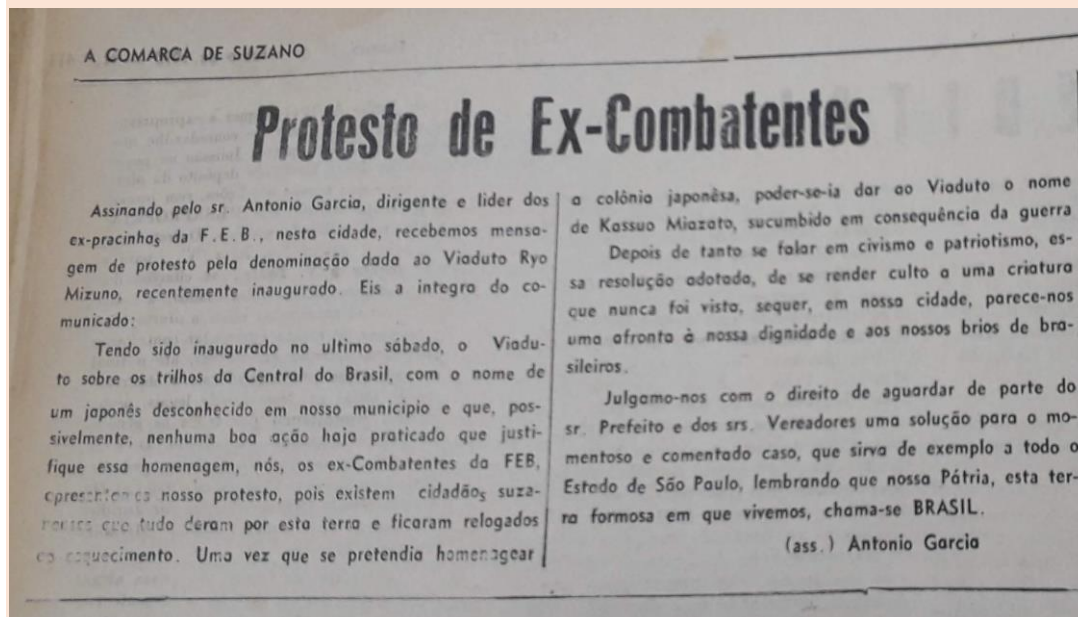


Figura 30 - Protesto de Ex-Combatentes. 31 de outubro de 1970. Foto registrada no Arquivo do Jornal *A Comarca de Suzano* em: 08/01/2020.

Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Exercícios

1. Em qual ano essa fonte histórica foi escrita / produzida?
2. Qual é o motivo pelo qual o ex-combatente da FEB Antônio Garcia escreveu esse protesto no jornal *A Comarca de Suzano*?
3. Quem Antônio Garcia queria que fosse homenageado? Qual o motivo que ele utiliza para apontar uma alternativa de escolha ao dar nome ao viaduto?

Sugestões para problematizar os exercícios:

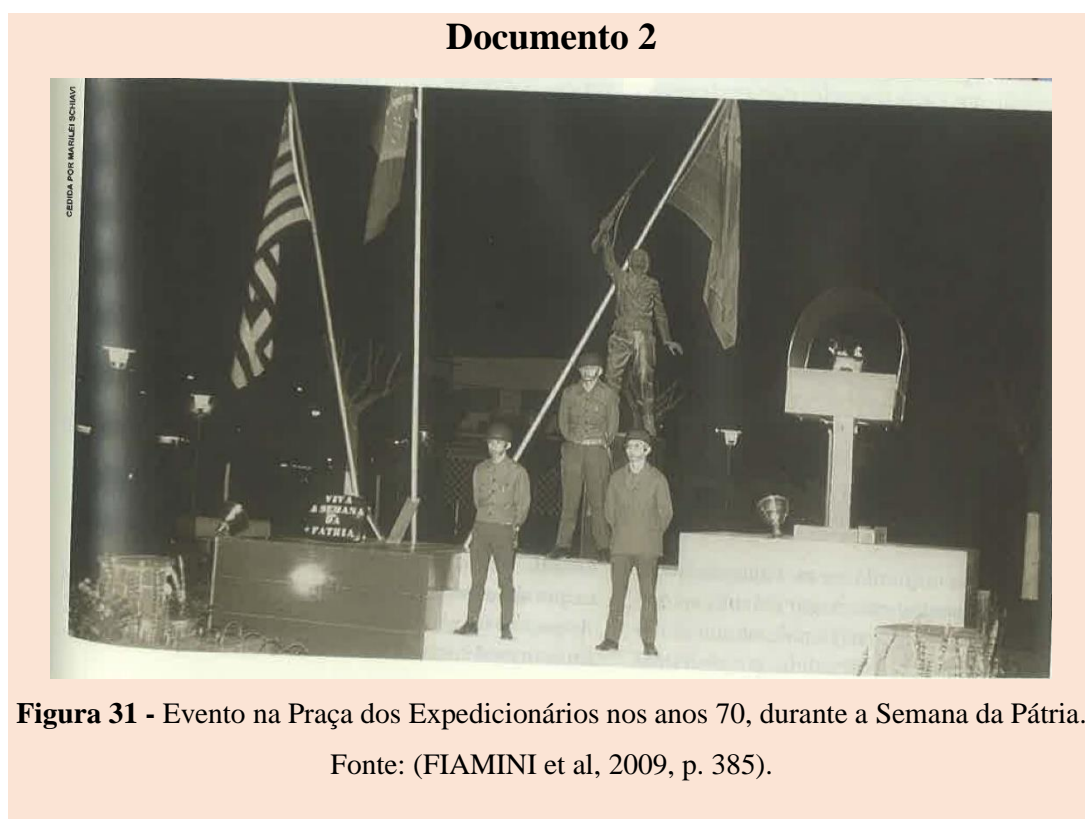
1. Identificar a datação da fonte histórica estudada.

2. O aluno deve ser capaz de identificar no texto que Antônio Garcia gostaria que alguém de origem militar fosse homenageado, já que ele exerceu atividade militar durante a Segunda Guerra Mundial, numa tentativa de construir uma memória ligada ao militarismo.

3. Antônio Garcia queria Kassuo Miazzato como homenageado no nome do viaduto. Ele utiliza como motivação o fato de Kassuo Miazzato ter sido morto na guerra, numa tentativa de criar a figura de um “mito de herói”, aquele que “morreu por nós”.

Sequência de duas atividades na mesma aula:

Observe as imagens abaixo.



Documento 3



Figura 32 - Praça dos Expedicionários e os *pokemóns*.
Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos 10/03/2020.

Exercícios

1. Quais os tipos de imagem dos documentos 2 e 3?
2. Descreva os documentos 2 e 3: pessoas, vestimentas e objetos.
3. Qual é a perspectiva de quem produziu o documento 2 e o documento 3?
4. O que as diferenças de perspectivas entre os documentos 2 e 3 podem nos dizer sobre suas autorias?
5. Quais as diferenças e semelhanças entre as imagens dos documentos 2 e 3 em relação ao tempo, a cidade e o seu espaço?
6. Relacione as suas respostas dadas sobre os documentos 1, 2 e 3 e identifique as mudanças e permanências que ocorreram nesse lugar.

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. O aluno deve identificar esses dois documentos imagéticos como fotografias.
2. Os objetivos são descrever as duas fotografias e por meio da comparação perceber que se trata do mesmo lugar, porém em diferentes temporalidades.
3. Quem produziu o documento 2 priorizou uma intencionalidade em mostrar o enaltecimento dos feitos militares associado a semana da pátria. Já quem produziu o documento 3 teve a intenção de mostrar a “ocupação” da praça pelo *Pokémon*, que é um símbolo da cultura pop japonesa e um exemplo de como é operada a atualização da memória.
4. O documento 2 permite perceber que o autor da fotografia se preocupou em “enquadrar” os militares de um modo que lhes desse destaque e protagonismo, expondo uma “valorização” do militarismo. Já o documento 3 o autor se difere no sentido de expor o *pokémon*, uma clara referência à memória japonesa construída no espaço público.
5. O aluno deve se atentar às diferenças desde o elemento mais básico que é a cor preta e branca da fotografia, mostrando um aspecto “antigo”, assim como o momento fotografado que foi no período noturno, bandeiras estendidas, aspecto comemorativo de como a cidade era influenciada pelo militarismo. Já o documento 3 é colorido, registrado durante o dia, mostra um momento em que a estatueta de *pokémon* “disputa” o território da cidade com essa memória militar, pois muitas pessoas vêm de outras cidades para visitar os *pokémons* e não a estátua em homenagem aos expedicionários.
6. O objetivo dessa pergunta é que o aluno seja capaz de relacionar 3 documentos diferentes e perceber a ligação entre eles no que se refere a permanências no tempo, por exemplo: a estátua do soldado expedicionário permanece no mesmo lugar. As mudanças estão ligadas à presença das estatuetas de *pokémons*, mostrando a força da hegemonia da memória japonesa em Suzano em ocupar espaços públicos.

ATIVIDADE 3: EM SALA DE AULA

Título da aula: As críticas da “quebrada”, a periferia reivindica ruas asfaltadas, luz e fim das enchentes.

Sugestão: Trabalhar com a perspectiva de interdisciplinaridade com a disciplina de língua portuguesa.

Objetivo: Possibilitar ao aluno leitura de gênero textual notícia que propicie uma visão crítica.

Duração desta atividade: Uma aula.

Materiais necessários: Folha com o texto impresso, caderno do aluno, lápis, borracha, caneta.

Organização da sala de aula: Em dupla.

Metodologia: Esta aula tem o objetivo de possibilitar aos alunos a leitura e reflexão de um trecho de uma “matéria jornalística” de um portal de notícias (2018) e de uma outra reportagem (2019) em que ambas possuem um teor de crítica ao poder público municipal utilizando imagens associadas à cultura pop japonesa. Na perspectiva dessa pesquisa de mestrado, trata-se de uma crítica a constante “atualização da memória japonesa” no município de Suzano, a ideia é mostrar aos alunos como essa memória, mesmo sendo hegemônica, tem sido criticada ao ter suas estatuetas de *pokémons* pichadas, demonstrando insatisfação de parte da população, principalmente da periferia que reivindica ruas asfaltadas, saneamento básico, luz e o fim das enchentes⁴⁷, o que é muito comum nos períodos de chuvas no município de Suzano. Essas reclamações têm como alvo a atual gestão municipal que, segundo grande parte da população, não vem fazendo um bom trabalho e precisa prestar mais atenção às necessidades básicas da população mais vulnerável.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.diariodesuzano.com.br/cidades/so-pensei-em-salva-los-nao-pensei-no-pior-diz-homem-que/51614/>. Acessado em: 15/08/2020.

Documento 1

Mas nem tudo são pokéboas cheias nessa história. Por trás da novidade há um contexto de críticas ao suposto abandono de Suzano por parte da administração pública. E isso explicaria o vandalismo contra a estátua de Bulbassau, que foi pichada, mas depois lavada por alguns moradores. "Suzano está abandonada. Nossas praças viraram dormitório de moradores de rua. Ruim para eles, inclusive por conta do frio e fome. E as estátuas forçam algum tipo de mobilização por parte da prefeitura", diz a fã Thabata Rodrigues.

Em um grupo de Facebook com notícias sobre a cidade, "Suzano Agora", entre elogios à iniciativa também sobraram críticas à prefeitura. "Aqui na quebrada tem vários Pokémons também: Buracossauro, Sendluzdeer, Enchentender. A prefeitura deveria vir aqui para resolver, ops, capturar esses problemas, ops, Pokémons", ironiza um comentário de internauta em postagem no grupo de Facebook "Pokémon Brasil".

Procurada, a prefeitura diz realizar a manutenção em praças frequentemente, com duas revitalizações por semana. Sobre furtos e roubos, disse que a questão deve ser encaminhada à Polícia Militar. Também deixou claro que a confecção das estátuas e suas instalações não trouxeram custos aos cofres públicos.

Disponível em: <https://www.uol.com.br/start/ultimas-noticias/2018/06/19/por-que-suzano-e-a-capital-nacional-de-pokemon.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 10/05/2020

Exercícios

1. Qual o tipo e o ano em que foi produzido o documento 1?
2. Qual é o assunto principal do documento 1 e sobre a que local se refere?
3. Em qual trecho do documento 1 são feitas críticas à prefeitura? O que você pensa a respeito dessas críticas? O bairro onde você mora necessita de algum serviço público? Se sim, quais?
4. Qual relação poderíamos estabelecer no documento 1 entre o local, seus objetos e os interesses envolvidos em sua manutenção?
5. O autor do documento 1 representa o interesse de toda população da cidade? Explique.

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. Identificar o documento como jornal e o ano de 2018 como o de sua produção.
2. O aluno deve ser capaz de identificar que existem no texto críticas da população contra a prefeitura. Devem fazer referência a Praça dos Expedicionários, local onde as estatuetas de *pokémons* estão inseridas.
3. É necessário identificar o trecho. O aluno será levado a questionar e pensar a sua realidade.
4. A partir da leitura e interpretação do documento 1 o aluno deve compreender como a Praça dos Expedicionários é um local importante de memória de Suzano e como existe uma “proteção” a esses bens públicos e ao mesmo tempo existe a contestação da população utilizando-se de analogias como “Buracossauro” como meio de se manifestar por conta da falta de asfaltamento nas ruas de Suzano.
5. Os alunos devem perceber que as críticas que aparecem no documento 1 representam o interesse de reivindicação da população que vive nas periferias de Suzano, eles podem se identificar com a exposição desses problemas, já que a maioria deles residem nas periferias, localidades onde frequentemente ocorrem enchentes, falta asfalto, luz e a negação de equipamentos culturais.

Documento 2

Moradores instalam faixa de "rally" em rua esburacada de Suzano

Situação preocupa moradores há anos no Distrito dos Palmeiras.

Por Carolina Paes, Diário TV 1ª Edição

18/06/2019 16h24 Atualizado há um ano

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/06/18/moradores-instalam-faixa-de-rally-em-rua-esburacada-de-suzano.ghtml>. Acessado em: 05/10/2020.

Documento 3



Figura 33 – Parabéns prefeito! Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/06/18/moradores-instalam-faixa-de-rally-em-rua-esburacada-de-suzano.ghtml>. Acessado em: 05/10/2020.

Exercícios:

1. Qual é a data do documento 2?
2. Leia a mensagem do documento 2 e relacione com a do documento 3.
3. Por que existe no documento 3 uma referência a personagem *Pikachu* do desenho *pokémon*? Qual a intenção principal dos seus autores?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. Data do documento é 18/06/2019
2. Que os alunos sejam capazes de perceber que os moradores do bairro Caulim, periferia de Suzano, fizeram críticas ao descaso do poder público municipal.

3. Os alunos provavelmente irão associar a personagem *pikachu* ao atual prefeito que é de origem japonesa. A intenção dos autores da faixa foi utilizar-se da ironia que é uma figura de linguagem que consiste em sugerir o contrário do que se afirma. Pode também ser entendida como uma zombaria. Portanto, o que parece um “elogio” pela frase: “Parabéns Prefeito!”, foi a maneira que a população encontrou para fazer a crítica sobre a ausência do poder público.

ATIVIDADE 4: EM SALA DE AULA

Título da aula: Escola de judô Terazaki, um símbolo japonês ameaçado pela especulação imobiliária?

Sugestão: Trabalhar a interdisciplinaridade com a disciplina de Geografia.

Objetivo:

- O objetivo dessa atividade é fazer com que os alunos compreendam, primeiramente, os conceitos de lugar e de especulação imobiliária e, a partir dessa leitura teórica, terem “ferramentas analíticas” para, na sequência, refletirem a respeito da importância de se posicionarem frente ao avanço da especulação imobiliária;
- Localizar-se no tempo e no espaço.

Duração desta atividade: Uma aula, a qual inclui uma tarefa complementar que será realizada na casa dos alunos.

Materiais necessários: Folha com a atividade impressa, caderno do aluno, lápis, borracha, caneta.

Organização da sala de aula: Individual.

Metodologia: Com a seleção de um documento, “abaixo assinado”, essa atividade consiste em exemplificar ao aluno que qualquer cidadão brasileiro tem por direito solicitar e reivindicar a preservação de um patrimônio que se entenda histórico ou cultural e, principalmente, que ele conheça os meios democráticos de manifestação. Além disso, o aluno perceberá que existe um esforço de algumas pessoas para que se perpetue a memória japonesa em Suzano. Nesse contexto interdisciplinar, entre conceitos da Geografia de “lugar” e “especulação imobiliária”, Circe Bittencourt (2008, p. 274) nos ensina que “surge a oportunidade de dialogar com pessoas, identificar construções privadas e públicas, atentar para fatos cotidianos que geralmente passam despercebidos e transformá-los em objeto de estudo, de análise, de descoberta”.

O lugar e a especulação imobiliária

O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. Trata-se, na realidade, de espacialidades carregadas de laços afetivos com os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas na convivência com o lugar e com os outros. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, houve um profundo envolvimento com o local para adquirir tal pertencimento (Staniski et al,2014).

Traduzindo em outras palavras, o sentimento de pertencimento ao lugar ocorre devido ao estabelecimento de laços de afetividade, de carinho e de amizade entre a pessoa e o seu lugar. Portanto, o lugar pode ser a escola onde estudamos desde o primeiro ano; a casa de um avô que gostamos de frequentar; a casa do nosso melhor amigo ou amiga; a rua de casa onde estamos sempre brincando; um parque de diversão que visitamos com frequência, etc.

Nesse sentido, a academia de judô Terazaki, com certeza, é o lugar de muitas pessoas que moram ou já moraram em Suzano. Essas pessoas fizeram aulas de judô nessa academia, ou brincaram nos seus arredores, desenvolvendo profundos laços de afetividade com ela.

Quanto à especulação imobiliária, verifica-se que é o ato de investir em bens imóveis – como casas, edifícios, salas comerciais ou terrenos – esperando obter lucros acima da média dos demais investimentos com sua venda ou aluguel em um momento futuro. O lucro obtido com a especulação imobiliária não é decorrente de investimentos feitos pelo proprietário em seu imóvel ou do uso que lhe é dado, mas sim de um aumento nos preços do solo urbano (Dicionário Financeiro, 2020).

Sendo assim, devido à especulação imobiliária, a qual atrai os “olhares” do mercado, a academia de judô Terazaki, que é o lugar de tantas pessoas, está correndo o risco de desaparecer. Se isso acontecer, essa academia, que já participou da vida de muitos, ficará apenas nos registros históricos e na memória dos cidadãos suzanenses.

Exercícios

1. De acordo com o texto o que é lugar?
2. Cite três exemplos de lugares que são seus (que são lugares para você).
3. Você considera a escola onde estuda como o seu lugar? Por quê?
4. Você considera a academia de judô Terazaki como o seu lugar? Por quê?
5. Converse com algumas pessoas da sua família sobre a academia de judô Terazaki. Pergunte a elas se consideram essa academia como o seu lugar.
6. Se as pessoas que você conversou consideram essa academia como o seu lugar, peça a elas que relatem algumas experiências que tiveram com esse lugar.
7. De acordo com o texto, que é especulação imobiliária?
8. De que maneira a especulação imobiliária pode acabar com alguns lugares?
9. Levante hipóteses sobre o que podemos fazer para preservar esses lugares da especulação imobiliária?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. O aluno deve ser capaz de compreender o conceito de lugar e dar exemplos de lugares que são seus.
2. O aluno deverá identificar 3 lugares com os quais ele se identifique.
3. Importante que o aluno reflita sobre seu sentimento de pertencimento à escola e registre e que explique.
4. O aluno deve pensar a respeito da academia e verificar se ele tem algum laço afetivo com esse lugar de memórias.
5. Reflexão sobre seus pensamentos individuais e pesquisa sobre o que seus pais ou responsáveis pensam a respeito da Academia Terazaki.
6. Pergunta que tem o objetivo de desenvolver nos alunos a percepção do que o “outro” pensa a respeito das experiências vividas nesse lugar.
7. Compreensão que a especulação imobiliária está interessada em lucros e não é decorrente de investimentos feitos pelo proprietário em seu imóvel ou do uso que lhe é dado, mas sim de um aumento nos preços do solo urbano.

8. Como os especuladores estão interessados em lucrar não se importam com a demolição de prédios “antigos” e nem com a História que lhes é inerente.
9. Essa pergunta é importante para levantar possibilidades de como os alunos podem pensar alternativas de preservação dos patrimônios culturais.

Vamos salvar o judô Terazaki



Beatriz B.

começou essa petição para **Iniciativa público privada**

A primeira academia de Judô da América Latina está correndo perigo de desaparecer. Mesmo tendo entrado em uma zona especial de preservação cultural (ZEPEC), o local hoje, está dentro de um bairro onde estão surgindo cada vez mais empreendimentos imobiliários, o que deixa o potencial de venda do prédio em alta.

Além disso, desde sua fundação pelo Sensei Terazaki em 1952, a academia tem os mesmos preceitos, que nada mais são do que difundir o judô a preços acessíveis e até sem custos para crianças e adolescentes, além de difundir as bases do esporte, como construção pessoal e retorno para a sociedade.

Se você mora em Suzano, tenho certeza que conhece alguém que já tenha feito Judô na academia Terazaki.

Peço que assinem e compartilhem essa petição, para que possamos apresentar à iniciativa pública e/ou privada, e assim, encontrarmos investidores que queiram manter essa história viva e ativa no cotidiano da cidade por mais muitos anos.

Suzano já está quase sem memória. Precisamos nos unir para que não precisemos mais contar a história da cidade por livros e desenhos, e sim pela realidade do cotidiano!

Postado: 13 fevereiro 2020 (Atualizado: 24 fevereiro 2020)

Figura 34 – Judô Terazaki. Disponível em: -

https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/iniciativa_publico_privada_vamos_salvar_o_judo_terazaki/. Consultado em: 06/08/2020.

Exercícios

1. Você conhece a academia de judô Terazaki?
2. Você sabia que existe um abaixo assinado pedindo para que haja a preservação dessa academia de judô de Suzano? Quem fez o pedido? Em que data foi feito?
3. A autora do abaixo-assinado afirmou o seguinte: “Suzano já está quase sem memória. Precisamos nos unir para que não precisemos mais contar a História da cidade por livros e desenhos, e sim pela realidade do cotidiano!” Como morador de Suzano você percebe ações da prefeitura em favor da preservação dos patrimônios culturais? Se sim, quais?
4. A academia Terazaki encontra-se localizada na Vila Urupês, numa região próxima ao centro de Suzano e está sendo alvo de “especulação imobiliária”, o que isso significa?
5. Esta academia de judô deve ser preservada? Por quê?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. Mesmo que o aluno não conheça, que passe a identificar a existência da academia de judô Terazaki.
2. Que identifique a existência do abaixo-assinado, da cidadã Beatriz B. e a data 13 de fevereiro.
3. O aluno deve ser capaz de pensar criticamente se ele observa locais pela cidade que são preservados pela prefeitura.
4. A ideia de “especulação imobiliária” deve ser compreendida.
5. Devem refletir sobre a importância da preservação de um patrimônio e justificar sua resposta.

ATIVIDADE 5: EM SALA DE AULA

Título da aula: Compreendendo o conceito de monumento

Objetivo: Compreender o conceito de monumento com a intenção de fornecer aos alunos elementos para que possam compreender os monumentos na Praça do Sol Nascente.

Duração desta atividade: Uma aula.

Materiais necessários: Folha com o texto impresso, caderno do aluno, lápis, borracha, caneta.

Organização da sala de aula: Em dupla.

Metodologia: Essa aula tem o intuito de que os alunos, a partir de leituras e reflexões, conheçam e reconheçam alguns instrumentos de análise sobre monumentos. Com isso, essa lição teórica propiciará um olhar mais crítico na leitura de “construção” e “desconstrução” dos monumentos e suas intencionalidades.

Conceito de monumento

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2017, p. 17-18)

Exercícios:

1. Segundo Françoise Choay, qual é o sentido de monumento?
2. Você como aluno já visitou algum monumento? Se sim, qual monumento viu, o que observou?
3. De acordo com o texto, por que alguém constrói um monumento?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. Para a autora, monumento é tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos a fim de rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas lembrem de acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.
2. Pergunta com objetivo de levar o aluno a lembrar se já visitou algum monumento.
3. Esta questão busca fazer o aluno pensar o porquê de os monumentos serem construídos, perceber que a intenção não é apenas decorativa e de contemplação, mas pode ser objeto de estudo.

ATIVIDADE 6: FORA DA ESCOLA, ESTUDO DO MEIO

Título da aula: Roteiro de visita à Praça do Sol Nascente pelos monumentos que representam uma construção da memória japonesa em Suzano.

Objetivo: Possibilitar que os alunos “in loco” interajam e compreendam o conceito de monumento, assim como a oportunidade de analisar a construção da memória japonesa em Suzano.

Sugestão: Trabalhar a interdisciplinaridade com a disciplina de artes e geografia.

Duração desta atividade: Sugere-se que a visita dure uma hora.

Materiais necessários: Folha com o texto impresso, caderno do aluno, lápis, borracha, caneta, chapéu, boné, algo que proteja a cabeça do sol, repelente, protetor solar, uso de tênis e roupas confortáveis.

Organização da sala de aula: Todos os alunos juntos de uma série acompanhando as orientações do professor.

Metodologia: O mapa abaixo mostra o trajeto entre a Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo e a Praça do Sol Nascente, com distância aproximada de 4,3 km e cerca de 6 minutos de transporte de ônibus. São informações iniciais importantes para que o docente saiba como proceder na organização da visita, independente da escola que o professor for partir, é importante se atentar a distância e como será feito o transporte para que tudo ocorra de modo seguro. Sabe-se que no dia a dia escolar todos os passeios, visitas, ou qualquer saída da escola, deve-se solicitar com antecedência a autorização dos pais e responsáveis. Feito isso, o professor organizador do roteiro de estudo do meio deve pedir aos alunos que levem determinados materiais, tais como: chapéu, boné, guarda-chuva, ou seja, algo que proteja a cabeça das intempéries, repelente, protetor solar, uso de tênis e roupas confortáveis. Sabe-se de antemão que na Praça do Sol Nascente não há locais para se abrigar da luz do sol ou de possível chuva, portanto, para a observação e análise das obras sugere-se a duração de cerca de 1 hora para todo o passeio pela Praça, para evitar alguma complicação de saúde tais como insolação ou sintomas gripais e de resfriados, no caso de se molharem na chuva.

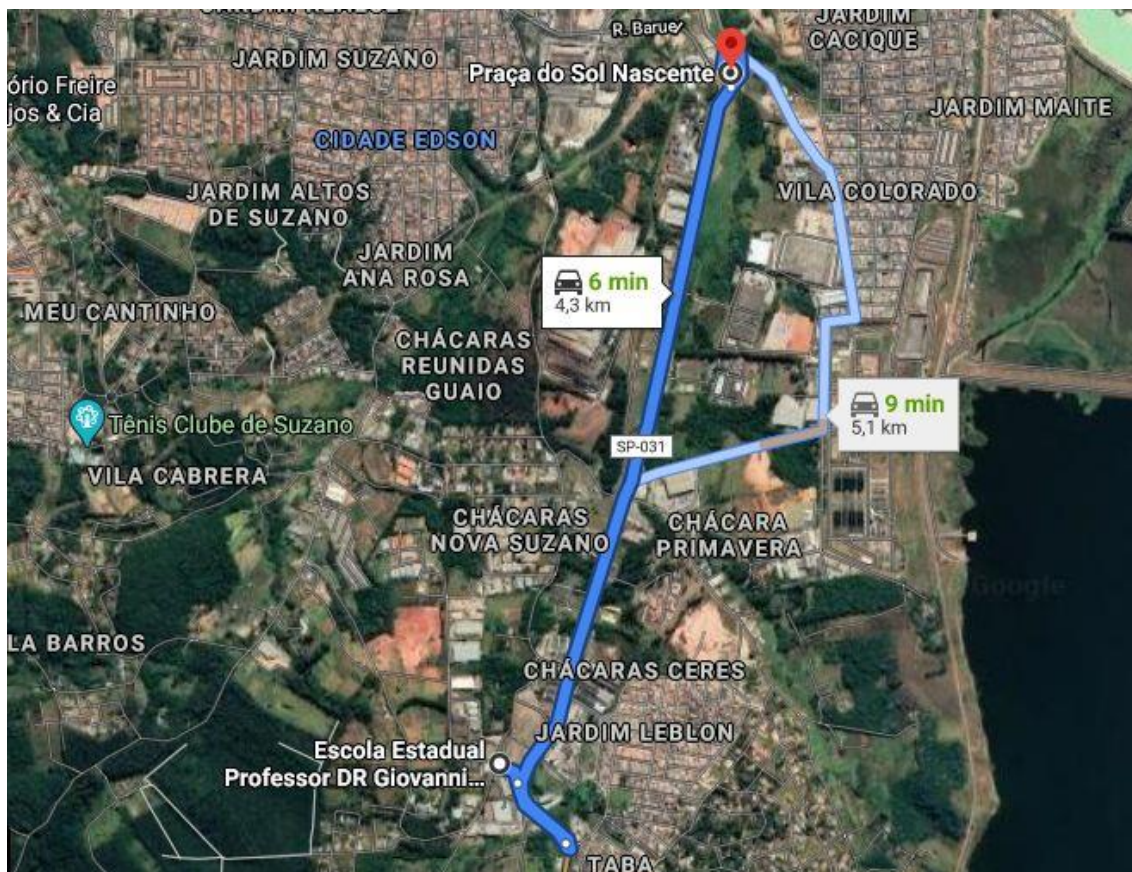


Figura 35 - Vista via Satélite - Mapa do trajeto para estudo do meio. 05/05/2020. Fonte: Google Maps.

Para além dos preparativos de organização, como foi exposto acima, sugere-se ao professor conduzir os alunos nessa visita ao lugar de memória japonesa em Suzano, deixando claro aos discentes que trata-se de uma praça que representa pessoas em determinada época e que existem dois tempos a serem considerados: o tempo do acontecimento e o tempo da construção do monumento. Conforme nos alerta Salgueiro,

Mas se toda sociedade possui seus lugares de memória, cada época desenvolve seus recursos próprios para corporificá-la. Monumento em forma de estruturas compreendendo uma base sólida em pedra, sustentando uma escultura de mármore ou o bronze moldado de um vulto retratado de pé ou montado a cavalo, ou na forma mais simples de um busto apoiado sobre uma base vertical possuem uma história de muitos séculos, que remonta a Antiguidade (SALGUEIRO, 2008, p. 17).

Nesse sentido, é importante que o professor que conduza o roteiro de estudo do meio faça uma exposição oral, sensibilizando o olhar dos alunos, pois no decorrer do roteiro haverá a análise do busto do primeiro prefeito de origem japonesa: Pedro Sinkaku Miyahira, demonstrando que esse tipo de homenagem remonta a tempos antigos, e esse modo de

construção da memória se perpetua materialmente no presente, como eles observarão nessa e em outras obras.

Tomie Otake



Figura 36 - Monumento Sol Nascente. Foto registrada em: 05/07/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Exercícios

1. Em qual data esse monumento foi inserido nesta praça?
2. Quem é a artista criadora dessa obra? Qual sua origem é sua ascendência?
3. O professor conduz os alunos a lerem a placa de acrílico a qual contém palavras da própria artista explicando sua obra: “Arco e escultura, na linguagem contemporânea da arte. Afirma que, trata-se de um tubo metálico, que singra os ares, percorre uma volta completa em movimentos ascendentes e descendentes. Em movimentos às vezes repentinos ou calmos, instigantemente irregulares, o giro da rotatória, o giro do mundo. A celebração das populações

do mundo e da cidade, pela arte. São Paulo, julho de 2006”. Segundo a leitura do texto da artista sua observação e análise da obra, qual mensagem Tomie Otake quis transmitir?

4. O que essa obra significa para você?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. Devido a precariedade de uma educação patrimonial, faz-se necessário um exercício que estimule os alunos a procurar informações no monumento, talvez a partir dessa experiência eles tornem-se mais observadores.
2. Tomie Otake. “Sua origem é japonesa”, pode responder o aluno, ao ler o painel que existe no interior da obra. É importante dar liberdade aos alunos para “explorarem” os arredores da obra.
3. Ao se aproximar do interior da obra, existe uma explicação da própria artista Tomie Otake para o significado de sua obra, o intuito dessa pergunta é desenvolver a observação de uma obra de arte contemporânea e fazer os alunos perceberem que todo artista tem intencionalidade de transmitir algo com sua obra.
4. O aluno deverá explicar conforme sua leitura de mundo.

Ponte arcada na Praça do Sol Nascente



Figura 37 - Ponte arcada na Praça do Sol Nascente. Foto registrada em: 05/07/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Exercícios

1. Você já viu uma ponte parecida como essa em outro lugar? Se sim, onde foi?
2. Quais características que você vê nesta ponte que podem ser associadas ao Japão?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. Pode ser que os alunos tenham visto uma ponte parecida na cidade vizinha, Mogi das Cruzes no Parque Centenário. O objetivo dessa pergunta é que o aluno perceba que na cidade de Suzano não tem outra ponte com essas características: curvada e que remeta à cultura japonesa.
2. As características predominantes são as cores do Japão, branco e vermelho, e o formato curvado da ponte, que não é usual nas pontes brasileiras, as quais costumam ser retas.

Bosque das Cerejeiras



Figura 38 - Bosque das Cerejeiras. Foto registrada em: 05/07/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Exercícios

1. Esta é uma das 30 árvores cerejeiras que compõem a Praça do Sol Nascente. Você já tinha visto esse tipo de árvore? Se já viu, onde foi?
2. Esta árvore cerejeira não é nativa do Brasil. Qual a intenção da elite política de Suzano ao escolher exatamente essa árvore para ser plantada nessa praça?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. O objetivo dessa pergunta é fazer os alunos identificarem que esse tipo de árvore não é muito comum pela cidade.

2. Essa pergunta visa problematizar as intenções políticas da elite de Suzano, promover no aluno um questionamento mais crítico, mostrando que há intencionalidades em construir uma memória hegemônica japonesa em Suzano.

Pista de caminhada “sol nascente”



Figura 39 - Pista de caminhada. Foto registrada em: 05/07/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Exercício

1. Esta pista ao redor dos monumentos é usada pelas pessoas para caminhar ou andar de bicicleta. Quais as cores da pista? Você acredita que essas cores possuem algum significado?

Sugestões para problematizar o exercício:

1. Que associem a cor vermelha e branca a uma referência direta às cores da bandeira do Japão.

Tsuru



Figura 40 - Pássaro tsuru. Foto registrada em: 05/07/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Exercícios:

1. Quem é o artista criador desta obra? Em que ano foi feita?
2. O que significa essa obra?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. Pai e filho da família Bittencourt. Os alunos já devem saber identificar o nome do artista e o ano de término da obra no próprio tsuru, devido a exercícios anteriores de identificação básica.
2. Um pássaro chamado tsuru, que representa uma lenda japonesa.

Busto do prefeito Miyahira



Figura 41 - Busto do primeiro prefeito de origem japonesa: Pedro Sinkaku Miyahira. Foto registrada em: 05/07/2020. Fonte: Arquivo pessoal | Foto: Douglas Santos.

Exercícios:

1. Quem foi homenageado com este busto?
2. Qual é ascendência do representado?
3. A face do busto está voltada para a Rodovia Índio Tibiriça. Que mensagem a elite política e econômica quis transmitir?

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. O homenageado é Pedro Sinkaku Miyahira, primeiro prefeito de origem japonesa de Suzano entre 1968 – 1972. Explicar aos alunos que o prefeito Rodrigo Achiushi também de origem japonesa inseriu esse busto apoiado pela elite política e econômica de Suzano.

2. Origem japonesa.
3. O olhar do busto é propositalmente direcionado em direção a Rodovia Índio Tibiriçá, que na década de 1970 recebeu diversas fábricas e “indústrias” multinacionais as quais resolveram se instalar no Brasil, a partir daquela gestão houve a construção de uma memória japonesa em plena ditadura civil-militar. Sugere-se ao professor que releia com os alunos o documento 6 da atividade número 1 dessa sequência didática para relembrar com os alunos o contexto em que esse busto foi inserido.

ATIVIDADE 7: EM SALA DE AULA

Título da aula: Reflexões pós-estudo do meio.

Objetivo:

- Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas;
- Possibilitar ao aluno uma reflexão individual acerca de como a História local e o estudo do meio podem ser ferramentas que sirvam para a construção de uma História mais plural, menos homogênea e que não silencie a variedade de vozes dos diferentes sujeitos da História;
- Compreender que a História local e o estudo do meio podem propiciar a inserção na comunidade da qual ele faz parte, criando sua própria historicidade e identidade;
- Localizar-se no tempo e no espaço.

Duração desta atividade: Duas aulas, sendo a primeira para apresentar as perguntas e a segunda para que os alunos apresentem o que colheram como resultado.

Materiais necessários: Folha com o texto impresso, caderno do aluno, lápis, borracha e caneta.

Organização da sala de aula: Individual.

Metodologia: Tendo como uma maneira de fechamento dessa sequência didática, que envolveu diversas atividades de leituras, reflexões, discussões e por fim o estudo do meio na Praça do Sol Nascente, propõe-se nessa última atividade que o aluno reflita individualmente sobre sua realidade social local e relacione com o contexto social mais amplo, o qual foi discutido ao longo de todas as atividades. Portanto, nesse momento é esperado que esse aluno tenha repertório para voltar-se a si mesmo, perceber seus pertencimentos, sua identidade de grupo, seus vínculos culturais, suas memórias, como também, enxergar os silenciamentos impostos por aqueles que estão no poder e tem a autoridade de selecionar memórias, impondo-as em praças públicas, nomes de ruas, escolas, dentre tantos bens públicos que elas nomeiam. Mesmo diante desse contexto de forças poderosas que manipulam a memória, o aluno possa, acima de tudo, enxergar-se como sujeito transformador da História.

Exercícios:

1. Ao circular e conhecer todas essas obras, monumentos, ponte estilo japonês, mito do pássaro Tsuru e o busto do prefeito Miyahira, você, como morador de Suzano se vê representado nesse conjunto de símbolos japoneses?
2. Existe algum lugar da cidade de Suzano que você possa visitar que tenha algo sobre sua própria História pessoal? Ou da sua família? Se sim, qual?
3. A memória japonesa está em evidência em Suzano. Você já percebeu algum monumento ou atividade cultural relacionado à memória de outras culturas? Se sim, onde? Qual?
4. Existe algum outro grupo de migrantes ou imigrantes que contribuiu para o desenvolvimento da cidade além dos japoneses? Se sim, quais?
5. De qual região do Brasil ou do mundo seus pais vieram?
6. O que você achou do passeio pela Praça do Sol Nascente de Suzano? O que você descobriu?
7. O fato de ter contato com a construção da memória japonesa de Suzano, mudou a sua visão sobre a disciplina de História? Explique.
8. Após a sequência de aulas presenciais e as observações nos lugares de memória de Suzano, como você enxerga seu bairro? Explique.
9. Existe alguma festa ou alguma outra atividade cultural que acontece em Suzano com a qual você se identifica? Se sim, qual?
10. Você se sente representado nos monumentos da cidade? Explique.

Sugestões para problematizar os exercícios:

1. O objetivo é promover reflexão a respeito de como o aluno se reconhece, ou não, dessa memória hegemônica japonesa.
2. O aluno deve registrar algum lugar que ele se considere pertencente.
3. O aluno deverá ser capaz de verificar se existe outra memória recebendo tanta atenção pelo poder público.
4. O discente precisa ter a noção de que vários povos e culturas contribuíram na formação de Suzano.
5. O intuito dessa pergunta é ajudar o aluno a identificar suas origens familiares, lembrando que segundo o PPP de 2019 da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo mais de 76% dos alunos não sabem responder a naturalidade de seus pais.
6. Importante que o aluno registre suas impressões e descobertas.
7. O objetivo dessa pergunta é provocar uma reflexão sobre a disciplina de História e aumentar o interesse do aluno no estudo da construção do conhecimento histórico.
8. Após a realização das atividades dessa sequência didática, espera-se que o aluno perceba as semelhanças e diferenças entre os ambientes que ele visitou e o bairro que reside.
9. O aluno deve expressar o que lhe dá identidade, qual seu principal interesse no município de Suzano.
10. O aluno deve registrar se ele se vê representado nos monumentos do município de Suzano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mestrado Profissional em Ensino de História, o ProfHistória, foi essencial para o aperfeiçoamento de minha formação como pesquisador e docente. O objetivo desse programa de mestrado é a elaboração de pesquisas inspiradas nas implicações e problematizações provenientes da atuação como professor em sala de aula para a melhoria do ensino de História.

O objetivo geral desse trabalho foi explorar a inserção de monumentos e compreender a construção de uma memória hegemônica japonesa de acordo com o interesse das elites econômicas e políticas, relacionado com uma proposta metodológica de estudo do meio e História local de Suzano de modo a descobrir outras memórias e histórias da cidade. A intenção de colocar em prática com os alunos a proposta de uma sequência didática e estudo do meio não foi contemplada.

Algumas das razões que impossibilitaram as atividades práticas foi a grande demora em ser concedido o meu afastamento da sala de aula, que só ocorreu em meados de novembro de 2019 e além disso, no início do ano de 2020, já na prorrogação do curso, ocorreu a pandemia de covid-19. Com isso, o distanciamento social tornou-se obrigatório e as escolas foram fechadas, o ensino passou a ser a distância, o que impossibilitou o contato físico e, conseqüentemente, causou o impedimento de visitas à Praça do Sol Nascente. Na maior parte do curso de mestrado, lecionei por 52 horas em acúmulo de cargo entre Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos e estado de São Paulo, esse é um outro motivo que atrapalhou o andamento dessa pesquisa.

Cabe uma crítica às redes de ensino público que não facilitaram o meu afastamento e dificultaram a flexibilidade de horários. Essa permissão concedida pelo estado de São Paulo dura 2 anos e não é remunerada, conseqüentemente, não é todo professor que pode se afastar, tive a oportunidade de ser contemplado com uma das bolsas da CAPES, o que possibilitou meu afastamento e a escrita dessa dissertação.

Ao procurar perceber e discutir a construção de uma hegemonia da memória japonesa em Suzano, entre os anos de 1921 e 2019, foi necessário buscar fontes históricas das mais diversas como também a produção delas por minha autoria, principalmente das fotografias que registram e possibilitaram a análise imagética de aspectos importantes dessa pesquisa. Além disso, as buscas no arquivo do *Jornal Diário de Suzano* durante as férias escolares foram determinantes para a apuração de dados e fontes que compõem esse trabalho.

No levantamento bibliográfico foi possível perceber a escassez de estudos acadêmicos sobre o município de Suzano, sendo que o mesmo se encontra predominantemente em livros

cujos autores são memorialistas e jornalistas que tem uma abordagem não propriamente crítica histórica, mas de enaltecimento da memória da elite local.

Essa pesquisa contribuiu para o ensino de História ao propor um projeto de História local utilizando o estudo do meio como metodologia, tentando preencher essa lacuna presente no Projeto Político Pedagógico (2019) da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo, podendo ser utilizada em qualquer escola do município de Suzano, seja estadual, municipal ou particular. Essa proposta metodológica poderá servir de inspiração para outros professores tratarem sobre a História local de suas cidades.

BIBLIOGRAFIA

ALEM, Nathalia Helena. Apropriações. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Orgs). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019

AMORIM, Mariana Moreira de. **Patrimônio histórico, memória e turismo: o legado da Força Expedicionária Brasileira**. Uma reconstrução possível? Dissertação (Mestrado em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais). - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARANTES, Antônio A. Patrimônio Cultural e Cidade. IN: **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. (Orgs.). FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

AZEVEDO, Suami Paula de. **Suzano Estrada Real: roteiro emocionado da minha cidade**. Suzano - SP: Empresa Jornalística e Editorial Alto do Tietê Ltda, 1994.

AZEVEDO, Suami Paula de. **Retratos de Suzano canto meu recanto**. Suzano -SP: Oriom, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN . Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais História e Geografia. Secretaria de Educação Fundamental** – Brasília: MEC, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas**. Revista USP, São Paulo, n.119.p.115 - 130 - outubro/novembro/dezembro, 2018.

CIAMPI, Helenice. Os desafios da História Local. In: Ana Maria Monteiro; Arlette Medeiros Gasparello; Marcelo de Souza Magalhães. (Org.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. 2ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, v. 199-214.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

DEMO, Pedro. **Educação & Conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. **Especulação imobiliária**. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/especulacao-imobiliaria/>>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

ESCOLANO, Augustín; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FAUSTO. Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) **História: novos objetos**. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 199 – 216, 1976.

FIAMINI, Carla; LEONE, Simone; PIRES, Douglas; ZARBIETTI, Gisleine. **Memórias de Suzano Histórias e fotos de todos os tempos, do vilarejo à grande cidade**. Suzano - SP: DAT Editora, 2009.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológica do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRAGO, Antonio Viñao. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Portugal, Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.

GONÇALVEZ, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 55, vol. 28, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GONZAGA, Elizabeth. **Buda de casa faz milagre? Estudo sobre o conflito entre tradição e modernidade em grupos da escola Jôdo shinshu em Suzano (SP)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - PUC, São Paulo, 2006.

GRINBERG, Issac. **História de Mogi das Cruzes**. São Paulo: Saraiva, 1961.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade presentismo e experiências do tempo**. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos O breve século XX 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOBBSAWN, Eric ; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, nº 1, pp. 9-44, 2001.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia O efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê, 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. Cotia: Ateliê, 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [original de 1948].

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MENDONÇA, Paulo Knauss. **A interpretação do Brasil na escultura pública: arte, memória e História**. Conferência de posse. RIHGB, Rio de Janeiro, Ano 171, n. 449, p. 219-232, out./dez. 2010. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/artigos-de-periodicos/item/80666-a-interpreta%C3%A7%C3%A3o-do-brasil,-na-escultura-p%C3%BAblica-arte,-mem%C3%B3ria-e-hist%C3%B3ria-confer%C3%Aancia-de-posse.html>. Acesso em 20 de abr. 2020.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p.89-103, 1998.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

MORAES, Mário Sérgio. **História da Imigração japonesa em Mogi das Cruzes**. Mogi das Cruzes: Editora Mogi News, 2008.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos: a história da Shindo Renmei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10. 1993.

ODA, Ernani. Interpretações da “cultura japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista brasileira de estudos sociais**. São Paulo. RBCS Vol. 26 nº 75 fevereiro/2011.

OHNO, Massao. **Centenário da Imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora Escala. 2008.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante Japão e Modernidade – Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2018.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. IN: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença. **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

SÁ, Lais Mourão. Pertencimento. In: **ENCONTROS e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Coautoria de Luiz Antônio Ferraro Junior. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p. 245 - 256.

SALGUEIRO, Valéria. **De pedra e bronze: um estudo sobre monumentos. O monumento a Benjamin Constant**. Niterói: EdUFF, 2008.

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Revista Perspectiva Geográfica/ISSN 1981-4801**, v.9, nº11, 2014. ISSN 1981-4801. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/11154-43420-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

VIEIRA, Liszt (org.). **Identidade e globalização, impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

YASSUDA. Fabio Riodi. O Cooperativismo e a Organização Rural. In: **O Japonês em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1971.

Periódicos:

REVISTA - **Especial 50 anos**, DS Comemora cinquentenário e conta sua História em edição especial desta Revista. 2011.

Arquivo do Jornal **A Comarca de Suzano** (1968 – 1972).

Web sites

Dados sobre a memória de Suzano:

<<https://memoriaefuturosuzano.com.br/turismo-e-festas>>

Informações sobre eventos culturais que a prefeitura de Suzano promove:

<<https://www.suzano.sp.gov.br/web/criancas-visitam-imoveis-historicos-de-origem-niponica-em-suzano/>>

Acesso a figura da Igreja Evangélica Cristã de Suzano:

<<https://www.facebook.com/photo?fbid=714470775248568&set=a.391627024199613>>

Consulta de leis a respeito da imigração de chineses e japoneses:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html>>

Blog do memorialista Suami de Paula Azevedo:

<<http://suamiazvedo.blogspot.com/p/educacao.html>>

Kazuhiro Mori:

<<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/tmori.htm>>

Portal de notícias:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi09029919.htm>>

Portal de notícias:

<<https://oglobo.globo.com/economia/bndes-aprova-fusao-entre-suzano-fibria-22495546>>

Explicação sobre quinta coluna:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna>

Símbolos de Suzano:

<<http://www.camarasuzano.sp.gov.br/historiasuzano/#simbolos>>

Portal de notícias Diário de Suzano:

<<http://digital.maven.com.br/pub/diariodesuzano/?edicao=32146#page/8>>

Portal de notícias Oi Diário:

<<https://oidiario.com.br/imigracao-japonesa-ex-prefeito-miyahira-e-homenageado-com-busto-por-ter-iniciado-a-industrializacao-de-suzano/>>

Explicação do funcionamento do jogo Pokémon go:

<<https://www.pokemongo.com/es-la/>>

Dados sobre Suzano:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=444472&view=detalhes>>

Portal de notícias:

<<https://jogos.uol.com.br/ultimas-noticias/2018/06/19/por-que-suzano-e-a-capital-nacional-de-pokemon.htm>>

Blog da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo:

<<http://gbrnarede.blogspot.com/p/atividades-desenvolvidas.html>>

Empresas localizadas ao redor da Escola Estadual Professor Doutor Giovanni Battista Raffo:

<<http://www.dagquimica.com.br/historia.html>>

<<http://www.glassbombas.com.br/>. >

<<https://www.polienge.com.br/>>

<<http://www.aparas2010.com.br/>>

<<https://www.jffibras.com.br/>>

< <https://www.ecolab.com/nalco-water/locations/nalco-suzano-brazil>. >

.
< <https://cervejariazev.com.br/a-cervejaria/>>

<<https://bifum.com.br/>. >

<<http://www.englisher.com.br/mundo.php>>